



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

JAYCE LAYANA LOPES CALLOU

**ROTAS PERCORRIDAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA**

Salvador
2012

JAYCE LAYANA LOPES CALLOU

**ROTAS PERCORRIDAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Lúcia Ferreira

Salvador
2012

C163 Callou, Jayce Layana Lopes
Rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro / BA / Jayce Layana Lopes Callou. – Salvador, 2012. 184 f.: il.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvia Lúcia Ferreira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

1. Mulheres. 2. Violência. 3. Violência contra as mulheres – Juazeiro – Bahia. I. Ferreira, Silvia Lúcia. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.42

TERMO DE APROVAÇÃO

JAYCE LAYANA LOPES CALLOU

ROTAS PERCORRIDAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, 30 de agosto de 2012

BANCA EXAMINADORA

Silvia Lúcia Ferreira - Orientadora
Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo --- 2004
Professora do Departamento de Enfermagem da UFBA PGENF/ UFBA – PPG
NEIM/UFBA

Valéria dos Santos Noronha Miranda
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro ---2002
Professora do Departamento de Serviço Social da UFRB

Silvia de Aquino
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia --- 2006
Professora do Departamento de Ciências Política e do Bacharelado em Estudos de
Gênero e Diversidade da UFBA

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram essenciais e parte deste processo. Meus sinceros agradecimentos ...

À minha querida família, em especial minha mãe Neiva, meu pai Luis e irmão Lázaro. Agradeço toda compreensão e apoio durante todos esses anos. Sem vocês, nada seria possível: cada palavra de incentivo, acolhida e apoio diário me deram forças para conseguir visualizar que eu conseguiria;

Ao companheiro/amigo de todas as horas Pablo, pela parceria constante nesses últimos anos;

Às minhas amigas e amigo que construí nas lutas diárias do mestrado. Em especial: Natália, Candidinha, Deazita, Claudinha, Letícia, Edu, Dalila, Neu. Muito obrigada por tornarem meus dias mais coloridos, principalmente por estarem sempre comigo para além do “sofá” do PPG NEIM;

Às minhas eternas amigas Psicólogas que mesmo distantes estiveram presentes partilhando angústias e realizando “terapias telefônicas” ou “(msn)ênicas”: Rose, Paula, Luana, Bruna, Ilka e Gabrielle;

Com um carinho especial, à minha orientadora Silvia Lúcia Ferreira, por ser sempre atenciosa e disponível. Obrigada pela compreensão e companheirismo nas angústias diárias;

Aos profissionais da Delegacia Especializada, do Centro Integrado de Atendimento à Mulher e Centro de DST/Aids pela receptividade, apoio e disponibilidade frente a pesquisa;

Às mulheres entrevistadas por acreditarem na pesquisa e se disporem a relatarem suas histórias de vida em momentos tão delicados;

A FAPESB pelo incentivo a pesquisa;

E por fim, às mulheres do PPG NEIM, pelo aprendizado diário. Em especial, Ana Alice por ser tão acolhida sempre.

Muito Obrigada!

Tu tens um medo: Acabar
Não vês que acabas todo o dia
Que morres no amor
Na tristeza
Na dúvida
No desejo
Que te renovas todo o dia
No amor
Na tristeza
Na dúvida
No desejo
Que és sempre outro
Que és sempre o mesmo
Que morrerás por idades imensas
Até não teres medo de morrer
E então serás eterno.

Cecília Meireles

RESUMO

A rota crítica é compreendida como o conjunto de comportamentos e decisões realizados pelas mulheres em situação de violência e das respectivas respostas encontradas na busca por apoio. O processo de rota crítica é complexo e repetitivo, composto de elementos relacionados as percepções femininas e suas ações empreendidas, e das respostas sociais encontradas no caminho traçado, tanto no que refere ao contexto familiar quanto ao institucional. Este estudo teve por objetivo geral analisar as rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA, e como objetivos específicos identificar as vivências das mulheres frente o fenômeno da violência; investigar as redes relacionais e os serviços buscados pelas mulheres no apoio ao enfrentamento da situação de violência; e, caracterizar as rotas percorridas pelas mulheres que se encontram em situação de violência, conhecendo os principais fatores que impulsionam e obstaculizam o início da rota crítica. Para tal, foram realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas com usuárias da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM). A partir da Análise de Conteúdo, foi possível realizar a sistematização dos dados, da qual foram construídas três categorias temáticas: a vivência da violência, a rede relacional de apoio, e as respostas institucionais. Estas categorias serviram como base para a construção dos critérios de classificação das rotas percorridas pelas mulheres, sendo identificadas três tipos de rotas: simples, intermediárias e complexas. Conclui-se que apesar dos percalços enfrentados pelas mulheres nas rotas traçadas, muitas foram as estratégias adotadas pelas entrevistadas na tentativa de romper com a situação de violência impetrada pelo companheiro e/ou ex-companheiro. Defende-se a importância de criação e articulação de uma rede de serviços em efetivo funcionamento no município de Juazeiro/BA, só assim o apoio ideal e integralizado a essas mulheres será alcançado.

Palavras-Chaves: Rota Crítica, Violência, Mulheres, Rede.

ABSTRACT

The critical path is understood as the set of behaviors and decisions made by women in situations of violence and their responses found in search for support. The critical path process is complex and repetitive, composed of elements related to female perceptions and actions undertaken, and social responses found in the path, both as regards the family as the institutional context. This study aimed at analyzing the routes taken by women in situations of violence in the service of Juazeiro / BA, and as specific objectives, to identify the experiences of women facing the phenomenon of violence; investigate the relational networks and services sought by women in support of facing the situation of violence; and characterize the routes taken by women who are in violent situations, knowing the main factors that drive and hinder the start of the critical path. To this end, there were 23 semi-structured interviews with users of Specialized Police Service to Women (DEAM) and the Center for Integrated Assistance to Women (CIAM). From the content analysis it was possible to perform the data systematization, from were built three themes: the experience of violence, relational network of support, and institutional responses. These categories were the basis for the construction of the classification criteria of the routes taken by women, identified three types of routes: simple, intermediate and complex. We conclude that despite the obstacles faced by women in the routes outlined, many were the strategies adopted by respondents in an attempt to break with the violence brought by the partner and / or ex-partner. Advocates the importance of creating and articulating a service network to function effectively in Juazeiro / BA, just so ideal and fully support will be achieved for these women.

Key Words: Critical Path, Violence, Women, Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 01	Diagrama Rota Crítica	50
Quadro 01	Distribuição dos critérios para classificação da complexidade das rotas percorridas pelas mulheres no município de Juazeiro/BA	116
Figura 01	Rota percorrida por Mariana (23) com 3 anos vivenciando violência	119
Figura 02	Rota percorrida por Dona (43) com 14 anos vivenciando violência	122
Figura 03	Rota percorrida por Taís (30) com 11 anos vivenciando violência	123
Figura 04	Rota percorrida por Letícia (37) com 5 anos vivenciando violência	126
Figura 05	Rota percorrida por Carolina (39) com 17 anos vivenciando violência	129
Figura 06	Rota percorrida por Bárbara (22) com 3 anos vivenciando violência	130
Figura 07	Rota percorrida por Marcela (49) com 22 anos vivenciando violência	133
Figura 08	Rota percorrida por Mara (33) com 12 anos vivenciando violência	134
Figura 09	Rota percorrida por Fátima (21) com 3 anos vivenciando violência	135
Figura 10	Rota percorrida por Ana (49) com 10 anos vivenciando violência	138
Figura 11	Rota percorrida por Alice (29) com 6 anos vivenciando violência	139
Figura 12	Rota percorrida por Rafaela (24) com 13 anos vivenciando violência	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a faixa etária (Juazeiro/BA, 2011)	70
Tabela 02	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a raça/cor (Juazeiro/BA, 2011)	71
Tabela 03	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Escolaridade (Juazeiro/BA, 2011)	72
Tabela 04	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Ocupação (Juazeiro/BA, 2011)	73
Tabela 05	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Renda Pessoal (Juazeiro/BA, 2011)	74
Tabela 06	Distribuição de mulheres entrevistadas segundo o/a Principal responsável pelo sustento familiar (Juazeiro/BA, 2011)	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPMB	Batalhão de Polícia Militar da Bahia
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CECF	Conselho Estadual de Condição Feminina
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CIAM	Centro Integrado de Atendimento às Mulheres
COMVIDA	Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
CRLV	Centro de Referência Loreta Valadares
ESF	Estratégia Saúde da Família
JECRIM	Juizados Especiais Criminais
SEDIS	Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Social
SOTE	Serviço de Ortopedia e Traumatologia Especializada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: TRAÇANDO ROTAS DE APOIO	23
1.1 GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA HISTÓRIA FEMINISTA	23
1.2 AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO	37
1.3 ROTA CRÍTICA: TRILHANDO AS REDES RELACIONAIS E DE SERVIÇOS	48
2 METODOLÓGIA	56
2.1 APROXIMAÇÃO COM UMA ABORDAGEM QUALITATIVA	56
2.2 JUAZEIRO/BA UM CENÁRIO DE ESTUDO	58
2.3 O TRABALHO DE CAMPO: PROCESSO DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	62
3 PROCESSO DE ROTA CRÍTICA: VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA, REDE RELACIONAL DE APOIO, RESPOSTAS INSTITUCIONAIS	69
3.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	69
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	75
3.3 VIVÊNCIAS DA VIOLÊNCIA	81
3.3.1- O processo de ruptura da situação de violência	92
3.4 REDE RELACIONAL DE APOIO	95
3.5 RESPOSTAS INSTITUCIONAIS	100
3.5.1 Setor Segurança Pública	100
3.5.2 Setor Jurídico	106
3.5.3 Setor de Assistência Social	107
3.5.4 Setor da Saúde	110
4 ANÁLISE DAS ROTAS TRAÇADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	114

4.1	ROTAS SIMPLES	118
4.2	ROTAS INTERMEDIÁRIAS.....	124
4.3	ROTAS COMPLEXAS	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS		143
REFERÊNCIAS		148
APÊNDICES		163

INTRODUÇÃO

A violência, no seu sentido mais amplo, é um fenômeno socialmente construído incluído em todas as culturas, até então investigadas (MINAYO, 1994). Variadas são as expressões do fenômeno da violência, estando presente nas relações estabelecidas em sociedade entre homens, mulheres, crianças, jovens, idosos e diferentes outros grupos sociais. No caso da violência perpetrada nas mulheres, foco dessa dissertação, o feminismo foi um dos grandes movimentos políticos sociais responsáveis em trazer para o conhecimento público problematizações, até então remetidas, exclusivamente, à esfera íntima das pessoas (GREGORI, 1993).

A denúncia da violência contra a mulher é decerto, preocupação constante por parte do movimento feminista e de mulheres, os quais através de pesquisas apontam resultados que expressam epidemiologicamente a complexidade e periodicidade do fenômeno. O estudo realizado pelo Instituto Patrícia Galvão¹ (2004), desenvolvido em setembro de 2004 no Brasil, divulgou que a cada 15 segundos uma mulher era agredida por um homem. Outra pesquisa realizada em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), no município de São Paulo, que objetivava definir o perfil epidemiológico da violência física intra-familiar, entre os anos de 2001 e 2005, constatou, mediante a análise de 7.750 inquéritos, que nos casos de violência, envolvendo casais, a grande predominância das vítimas são as mulheres, especificamente, 98,7% (DOSSI *et al*, 2008).

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001) com mulheres de idade superior a 15 anos constatou-se, ainda, que uma em cada cinco brasileiras, afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem, que na sua grande maioria, é o companheiro ou ex/companheiro. Dez anos mais tarde, após realização de novas investigações, resultados indicam a persistência do fenômeno da violência doméstica. Cita-se, por exemplo, a investigação realizada pelo Instituto Avon e Ipsos (2011), que se propôs a analisar as percepções, de homens e

¹ O Instituto Patrícia Galvão recebe esse nome em homenagem a escritora e jornalista Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), conhecida pelo seu ativismo político na luta pela igualdade de direitos para as mulheres.

mulheres, acerca da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Foi evidenciado que 59% da população entrevistada tem conhecimento de uma mulher que passou por alguma situação de violência doméstica. Desses, 63% tiveram algum comportamento de apoio frente a situação, sendo importante enfatizar que a grande maioria foi representada pelas mulheres, com um índice de 73%. Apesar da maior visibilidade, as discussões acerca do seu enfrentamento são cada vez mais atuais e complexas, principalmente quando se sabe que um dos pilares de sustentação da violência contra a mulher são as relações inequânimes, firmadas entre homens e mulheres diariamente (SAFFIOTI, 2004).

Na Bahia, o município de Salvador/BA inaugurou o funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em meados de outubro de 1986, sendo realizadas neste ano, 8.460 denúncias. Nos dez anos subseqüentes (1987 a 1997) a delegacia chegou a alcançar 101.059 registros. Já nos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008 a DEAM de Salvador/BA contabilizou, respectivamente, 8.481, 8.644, 8.875 e 7.520 ocorrências (GOMES, 2009; SANTOS, C., 2007). Destaca-se que não necessariamente a totalidade dessas ocorrências foram transformadas em inquéritos judiciais. No ano de 1997, por exemplo, foram registradas 9.772 queixas-crimes realizadas por mulheres em situação de violência, sendo que dessas, apenas 0,5% das ocorrências foram levadas adiante ao sistema judiciário baiano, o que não necessariamente implicava que os casos iriam resultar em respostas positivas às mulheres (AMARAL *et al*, 2001).

Para Saffioti (1999) raramente uma mulher conseguirá cessar a situação de violência sem apoio externo. Nessa direção, compreende-se que a garantia de um atendimento integralizado² para essas mulheres só será possível com o auxílio de uma rede de apoio efetiva. Paralelo a formatação dessa rede, outro ponto importante é a necessidade dessas mulheres se sentirem acolhidas e assistidas frente a cada demanda levantada. É nesse contexto, que o objeto de investigação da presente dissertação foi definido quanto às *rotas percorridas por mulheres que vivenciam episódios de violência perpetrada por companheiro e/ou ex-companheiro nos serviços do município de Juazeiro/BA*. A presente investigação pautou-se na

² O conceito de Integralidade da Atenção foi incorporado nas discussões acerca da garantia de um atendimento ampliado para as mulheres que vivenciam alguma situação de violência, nesses moldes, no capítulo 01 essas discussões serão mais aprofundadas.

seguinte questão norteadora: “Quais as rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA?”. Os caminhos percorridos pelas mulheres que vivem situações de violência existem para além dos fluxos de referências e contra-referências produzidos a partir do contato dessas mulheres com os serviços especializados. Tais caminhos refletem as rotas traçadas por cada mulher na busca de uma rede de cuidado e necessitam ser (re)conhecidos e problematizados para que possam ser utilizados enquanto estratégias visíveis ao enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA, e como objetivos específicos (a) identificar as vivências das mulheres frente o fenômeno da violência; (b) investigar as redes relacionais e os serviços buscados pelas mulheres no apoio ao enfrentamento da situação de violência; e, (c) caracterizar as rotas percorridas pelas mulheres que se encontram em situação de violência, conhecendo os principais fatores que impulsionam e obstaculizam o processo da rota crítica.

O interesse em trabalhar esta temática originou-se durante a graduação na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com o curso de Psicologia, nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, entre os anos de 2005 a 2009. O contato com os estudos feministas e de gênero se deram em diferentes espaços disciplinares, a saber, a Clínica Fenomenológica e a Psicologia da Saúde pela realização de projetos de pesquisa, extensão e experiências de estágios básicos e profissionalizantes. A primeira aproximação com a temática da violência contra a mulher foi dada por intermédio das atividades do Núcleo Temático³, em 2006, realizadas no Centro de Referência da Mulher (CIAM) na cidade de Juazeiro/BA, onde eu (juntamente com as colegas de graduação) desempenhava atividades de grupos com mulheres que procuravam a instituição devido a violência sofrida. Os grupos eram denominados *Fotografia da Alma* e objetivavam propor um espaço a mais de acolhimento dentro da instituição para essas mulheres. De uma maneira geral, as temáticas trabalhadas levavam em consideração a demanda e desejos de todas as participantes. Esse momento configurou-se para mim, enquanto profissional de psicologia em formação, o primeiro contato direto com as histórias de

³ O Núcleo Temático correspondia a uma atividade curricular obrigatória para todos os cursos da graduação da UNIVASF, que objetivava, dentre outras ações, colocar a aluna em contato com atividades de pesquisa, extensão e de estágios, ainda no início do processo de formação acadêmica.

violência vivenciadas por essas mulheres e fui percebendo a diversidade de problemas a cada nova história conhecida.

De 2006 até o primeiro semestre de 2009 participei de projetos de iniciação científica que tinham como foco de discussão as práticas de prevenção em DST/Aids com adolescentes nas Estratégias Saúde da Família (ESF) tanto de Juazeiro/BA, como de Petrolina/PE. Inicialmente foi realizado um estudo para diagnosticar a realidade local acerca das ações em saúde que eram direcionadas ao público adolescente e das representações de gênero e sexualidade que eram comumente utilizadas pelos profissionais de saúde e adolescentes das comunidades investigadas. Após concluirmos que não existiam ações específicas direcionadas aos adolescentes, decidimos implantar por meio de uma pesquisa-ação, grupos de trabalhos de adolescentes com parcerias entre as equipes de saúde das ESF e instituições de referências para cada comunidade, como por exemplo, escolas, Ong, igrejas, dentre outras. A partir dessa experiência iniciei, mais intensamente, leituras acerca das conceituações de gênero e da teoria feminista não apenas para a pesquisa, mas também para a atuação junto aos adolescentes, tendo em vista que nos grupos de trabalhos eram discutidas tais conceituações e problematizações.

Nos anos de 2008 e 2009 iniciei o estágio profissionalizante na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Petrolina/PE e Juazeiro/BA; realizando atendimento clínico, por meio da modalidade de Plantão Psicológico⁴, com mulheres que buscavam atendimento e com os próprios profissionais da instituição. A partir da experiência com a prática de estágio percebi a complexidade e impacto da violência contra a mulher, tanto no que refere a sua compreensão, como às tentativas de resolução do problema. Esses processos de descobertas eram maturados, para além do campo de estágio, já que semanalmente ocorriam supervisões junto ao professor/supervisor no interior da universidade. Essas sessões de supervisões objetivavam não apenas as exposições e discussões acerca das atividades realizadas no DEAM, mas também (e não menos importante) as implicações dessas intervenções práticas nas minhas subjetivações e das/os demais

⁴ O Plantão psicológico é compreendido como uma modalidade adequada em contextos institucionais por atender um número mais significativos de pessoas. Configura-se como um atendimento no momento da emergência, que pode possibilitar desde uma organização de demanda, até momentos propulsores de angústias. O foco é o cliente e não um problema apriori, como ocorre nas psicoterapias usuais (BARBANTI; CHALOM, 1999).

estagiárias/os. Considerando a condição de que também sou mulher, já tendo presenciado situações de violência de pessoas próximas ao meu âmbito familiar, acolher mulheres em situação de violência, implicava em grandes investimentos emocionais e empáticos frente as demandas que se apresentavam. No tocante fazia-se presente a necessidade de abrir espaços de supervisões clínicas objetivando, acima de tudo, o cuidar das/os então cuidadoras/os. Nesse momento decidi que para além de um simples objeto de estudo, a luta contra a violência vivenciada por mulheres, é, antes de qualquer interesse acadêmico, uma causa social que carregarei enquanto um compromisso pessoal, político e profissional.

Em 2009, decidi realizar o meu trabalho de conclusão de curso investigando como se deu a formação de uma rede de serviços no apoio às mulheres em situação de violência no município de Juazeiro/BA, a partir do ano de 2006. O trabalho resgatou a história do processo de implantação de uma rede de serviços, por parte do município, a partir de relato dos profissionais de diferentes serviços que prestavam atendimentos para essas mulheres. A experiência de pesquisa proporcionou uma aproximação com a realidade local quanto aos investimentos em políticas públicas que estão sendo realizados na região nos últimos anos.

Após a conclusão do curso de Psicologia, resolvi dar prosseguimento a minha formação acadêmica na mesma área temática, com a realização do curso do Mestrado, em 2010. Sendo assim, a escolha por um programa de pós-graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG NEIM) e pela temática da violência contra a mulher não foram aleatórios, pelo contrário, situa-se a partir de toda uma trajetória acadêmica que vem sendo traçada, especificamente, no cenário interiorano da Bahia.

A partir de um levantamento realizado por mim no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos últimos 08 anos e utilizando como descritores: violência, mulher, redes, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA e rotas foram possíveis identificar 28 resumos que faziam referência à temática violência sofrida por mulheres no contexto doméstico. Destes, apenas um não foi realizado no município de Salvador/BA e outro correspondeu a um estudo comparativo entre a capital e outros municípios baianos. Doze estudos reconhecem a complexidade do fenômeno da violência e a importância, necessidade e legitimidade que se deve dar ao trabalho em redes, na luta contra o fenômeno da violência contra a mulher. Todos foram

realizados a partir de algum serviço que compõe a rede de atenção à mulher em Salvador/BA. No entanto, não focavam a possibilidade de traçar as rotas percorridas pelas mulheres, nem as redes sociais envolvidas nesse processo.

O local de realização da presente pesquisa foi no município de Juazeiro/BA, situado em uma região do nordeste brasileiro, marcada por uma lógica patriarcalista, onde a história de construção da identidade do sujeito nordestino foi profundamente arraigada por códigos de gêneros naturalizados que acabavam por justificar a dominação masculina e submissão feminina (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003). Tais códigos de gênero legitimam socialmente a perpetração de violência em mulheres. Evidenciou-se, por exemplo, que em uma pesquisa realizada por Gomes *et al* (2007) no complexo policial civil do município de Juazeiro/BA, na caracterização das queixas-crimes realizadas entre 2000 e 2004, foram identificados 6.162 queixas com crimes de violência contra a mulher. Levando em consideração que na época não existia no município uma DEAM, ao menos oficialmente, nem uma ampla divulgação acerca dos dispositivos institucionais que prestariam atendimento para essas mulheres, pode-se supor a existência de um número significativo de casos na região. Deste modo, as ideias apresentadas nesse parágrafo reforçam a necessidade de estudos que enfoquem o alcance das ações de assistência à mulher que convive com a situação de violência na cidade em questão. Analisar as rotas percorridas pelas mulheres entre os serviços, é pensar a história das mulheres baianas; dar visibilidade às mesmas no cenário político do município; questionar os valores culturais e machistas predominantes na região; e conseqüentemente, fornecer subsídios para o enfrentamento da violência de gênero.

Entre os estudos realizados sobre rotas críticas a investigação operacionalizada em países da América Latina pela Prof^a. da Universidade de Costa Rica, Montserrat Sagot (2000, 2007) é referência para a área. Intitulada *A rota crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina*⁵, além de tentar delimitar as rotas, a pesquisa apreendeu as representações sociais acerca da violência intrafamiliar das mulheres, dos profissionais dos serviços contatados e de pessoas da comunidade. Ao todo foram dois anos de coleta de dados envolvendo, um total, de 10 países, respectivamente, Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador,

⁵ Texto original em espanhol: *La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina* (SAGOT, 2000).

Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e Belize. O estudo correspondia a uma pesquisa parte de um processo maior da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que tinha como missão inicial diagnosticar as realidades locais frente a problemática da violência intrafamiliar, para posteriormente promover ações de prevenção e assistência. A importância desse estudo estava pautada justamente na ideia de que pouco se investia em ações de políticas públicas nos países investigados. Até então, não era de conhecimento público o impacto do fenômeno da violência intrafamiliar às mulheres nessas regiões.

No que tange às pesquisas realizadas sobre rotas percorridas por mulheres em situação de violência no contexto brasileiro, foram identificados alguns estudos já concluídos, concentrados nas regiões sul e sudeste. Acrescenta-se ainda, que tais estudos acabaram fundamentando seus procedimentos metodológicos e teóricos a partir da pesquisa desenvolvida por Sagot (2000).

Um primeiro estudo identificado corresponde a dissertação de mestrado intitulada *Mulheres Enfrentando a Violência de Gênero – a voz dos operadores sociais*, uma pesquisa desenvolvida no município de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre/RS, pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Inserida na temática da violência intrafamiliar e de gênero, objetivava investigar as trajetórias das mulheres em situação de violência, a partir dos discursos dos profissionais dos serviços contatados (PRESSER, 2007; PRESSER; MENEGHEL; HENNINGTON, 2008). Recortes semelhantes a essa pesquisa foram realizados na mesma região de Porto Alegre/RS e São Leopoldo/RS por estudantes de Iniciação Científica da mesma universidade, especificamente *Violência intrafamiliar e de gênero – o caminho das mulheres no enfrentamento do sofrimento e Rotas Críticas: a trajetória de mulheres na superação das violências* (MENEGHEL, 2007, 2009; MENEGUEL *et al*, 2011). Como parte destes estudos, desde 2006 vem sendo realizado na UNISINOS o *Seminário Rotas Críticas*, objetivando a publicização de dados das pesquisas citadas, como também a divulgação de outros estudos e perspectivas teóricas que foquem a temática. Acrescenta-se que atualmente o seminário está no seu terceiro ano de execução (MENEGUEL; HENNINGTON, 2007; MENEGUEL; VIAL, 2008).

Outro estudo realizado no Brasil sobre rotas foi desenvolvido em São Paulo/SP, pela Universidade de São Paulo (USP), uma dissertação de mestrado intitulada *Rota Crítica: os (des)caminhos trilhados por mulheres em situação de*

violência na busca por ajuda, que objetivava investigar o processo de permanência das mulheres nas situações de violência e os caminhos percorridos na busca por ajuda pelo enfrentamento da violência sofrida. Para isso, o estudo foi efetivado no município de São Paulo/SP, através da ESF do Bom Retiro, utilizando os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como informantes-chaves no acesso às mulheres em situação de violência (SILVA, 2008).

Toda essa preocupação direcionada à violência, por meio da realização de diferentes estudos é defendida pelas características de complexidade e prevalência que são demandadas ao fenômeno, a tal ponto, de ser considerado como um problema de saúde pública, com impacto na qualidade de vida dos sujeitos e não meramente uma questão de polícia; demandado para o seu enfrentamento um atendimento para a mulher em situação de violência multidimensional, setorializado e integralizado (ADEODATO *et al*, 2005). É justamente, a partir desse caráter multifacetado da violência, que as estratégias de atuação frente a sua erradicação são pensadas. Autoras como Pasinato e Santos (2008) defendem a proposta do trabalho em redes, como uma importante estratégia para abarcar o fenômeno da violência contra a mulher. Deste modo, a atuação em redes pode ser considerada uma forma de ação inovadora, por focar a atenção integral à mulher em situação de violência e prever ações articuladas e co-participativas entre os atores envolvidos (FARAH, 2004). Ao mesmo tempo, o trabalho em redes exige um maior comprometimento por meio dos diversos serviços implicados na atenção à mulher em situação de violência, a fim de possibilitar a efetivação das ações a serem desenvolvidas (NJAINÉ *et al*, 2007).

A atuação conjunta de serviços seja na área jurídica, de segurança pública, saúde, assistência social, amplia as chances das mulheres conseguirem sair de uma situação de violência. Daí a importância de trilhar os caminhos, ou mais especificamente, as rotas percorridas por essas mulheres, a fim de identificar quais serviços e demandas estão sendo consideradas como estratégias efetivas, no rompimento das relações violentas. E ainda, quais redes relacionais estão por trás desses caminhos traçados pelas mulheres frente às situações adversas provocadas pela violência.

Para delinear essas rotas e redes relacionais foram realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas e estruturadas com mulheres em situação de violência doméstica, perpetrada tanto por companheiro, como por ex-companheiro. O contato com as

entrevistadas foi possibilitado com a entrada da pesquisadora, durante quatro meses, na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM).

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo refere-se à exposição teórica acerca de conceitos-chaves que possibilitam a compreensão dos caminhos trilhados por mulheres que encontram-se em situação de violência e decidem procurar apoio institucional e de redes relacionais, afim de cessar o ciclo da violência doméstica, como por exemplo as conceituações acerca da violência de gênero; da categoria gênero e o seu surgimento enquanto objeto de estudo do movimento feminista; dos principais avanços das políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de violência; da rota crítica; e reflexões sobre as redes de serviços e redes de relações enquanto apoiadores no enfrentamento à violência.

No segundo capítulo foram expostos elementos referentes ao *corpus* metodológico: reflexões sobre a pesquisa qualitativa e a abordagem feminista, o contexto de realização da pesquisa, descrição das técnicas de coleta e análise dos dados, delimitação de critérios para selecionar as mulheres investigadas, e por fim, as abordagens utilizadas para a efetivação das entrevistas.

Posteriormente iniciou-se a descrição e problematização das categorias de análise no terceiro capítulo. Primeiramente discutiu-se a descrição dos perfis sócio, demográficos e econômicos das entrevistadas, como também, aspectos referentes a *vivência da violência* por parte das entrevistadas, mais especificamente fatos relacionados ao início da perpetração da violência; tipificações e periodicidade do ciclo da violência e as suas relações com fatores externos, como por exemplo a ingestão de drogas lícitas e ilícitas por parte do agressor; relação da violência com outros membros da família, principalmente os filhos/as; e fatores relacionados a saúde e doença desencadeados pelos eventos da violência. Em seguida inicia-se a discussão acerca do processo de ruptura com a situação de violência, os principais fatores que impulsionaram e obstaculizaram as mulheres na tomada de decisão de procurar alguma forma de apoio seja esta institucional ou referente a rede relacional disponível. Posteriormente iniciou-se as discussões da segunda categoria de análise na delimitação das principais *redes relacionais de apoio* elencadas pelas mulheres e que constituem uma das principais estratégias no enfrentamento a violência de gênero. Por último, foram descritas e caracterizadas individualmente as *respostas*

institucionais dos setores envolvidos nas rotas destacadas pelas entrevistadas, respectivamente, segurança pública, jurídico, assistência social e da saúde.

No quarto, e último, capítulo, fechando os objetivos propostos pela presente investigação, foram analisadas, classificadas e expostas as rotas institucionais das entrevistadas que vivenciaram violência no município de Juazeiro/BA.

1- O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: TRAÇANDO ROTAS DE APOIO

1.1- GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA HISTÓRIA FEMINISTA

A violência perpetrada em mulheres é um fenômeno social que possui suas bases ancoradas nas desigualdades de gênero. Diferentes categorizações dessa violência são identificadas nos estudos feministas sobre a violência praticada contra as mulheres, a exemplo da violência doméstica, violência familiar, violência conjugal, violência contra a mulher e violência de gênero (PASINATO, 2003). É importante salientar que esse é um debate complexo, dada às dificuldades de tornar os significados de cada categoria fixos, não existindo na literatura feminista definições precisas quanto às diferenciações entre tais categorias (PASINATO, 2006a). Ao mesmo tempo é um debate a ser mencionado e considerado, partindo da perspectiva que muitas vezes as diferentes nomeações são utilizadas como sinônimos, sem que os sejam (SAFFIOTI, 2004).

A expressão violência contra a mulher, surge a partir da década de 1960 com as articulações do movimento feminista, para dar visibilidade aos atos violentos perpetrados contra as mulheres (DEBERT; GREGORI, 2008). Para Saffioti (2002a) o uso dessa expressão amplia o campo de atuação da violência doméstica, mas perde muito no que refere a violência de gênero, principalmente nas violências sofridas por outros grupos como crianças, idosos e adolescentes. Apesar da expressão ser cunhada mais sistematicamente a partir dos anos 60, a violência praticada contra as mulheres esteve imersa nas relações estabelecidas em sociedade, apenas não era de conhecimento público as suas configurações. Como afirmou Soares (2002, p.39) “[...] ao mesmo tempo que o fenômeno da violência contra a mulher ia sendo revelado, desenvolvia-se também seu próprio processo de construção”.

Para Saffioti (1997a), existe uma violência que se desenvolve dentro do contexto familiar entre parentes, chamada de violência familiar ou, como também é conhecida, intrafamiliar. Pode ocorrer no interior do mesmo domicílio e/ou em ambientes diversificados, como também, na família extensa e nuclear, independentemente de serem parentes consangüíneos ou por afinidade, dada às convenções sociais que determinam os parentescos. A violência familiar não é

praticada exclusivamente por homens, apesar destes serem os principais agressores; nem se restringe a violência perpetrada entre casais, ela é multidirecional, ou seja, outros grupos são afetados, citam-se aqui novamente adolescentes, idosos e crianças. Por essa ampla abrangência do termo “família” o uso dessa terminação, em referência a violência vivenciada por mulheres, começa a ser problematizada, principalmente por tornar o fenômeno da violência contra mulher invisível em referência à garantia de assistência a unidade familiar (PASINATO, 2003).

No caso da violência doméstica, a categoria refere-se à perpetração de violência entre pessoas que podem ou não possuir laços de parentescos e que convivem na mesma residência. Destaca-se que apesar da violência doméstica ocorrer, mais usualmente, no interior do domicílio, a sua perpetração não está obrigatoriamente vinculada ao espaço físico do lar. Nas palavras de Saffioti (1999) o território de domínio do agressor não é delimitado apenas geograficamente, mas sim e principalmente simbolicamente “assim, um elemento humano pertencente àquele território pode sofrer violência, ainda que não se encontre nele instalado” (SAFFIOTI, 1999, p. 83). A exemplo desta última pode ser citada a situação em que o companheiro agride sua esposa na porta do trabalho, por não aceitar a atuação dela na função vigente, ou até mesmo a violência envolvendo agregados/as e empregados/as. Existem sobreposições conceituais entre a violência familiar e violência doméstica. Nessas linhas, Saffioti (2002b) considera a categoria da violência doméstica mais ampliada do que a familiar, tendo em vista a possibilidade de atingir não parentes que moram no mesmo domicílio e a ampliação simbólica dos espaços de atuação da violência doméstica.

A cientista social Wânia Pasinato (2003) que realizou em um dos capítulos da sua tese de doutoramento um inventário dessas categorizações acerca da violência, a partir de diferentes pesquisas nacionais e norte - americanas, acrescenta que além da violência doméstica e familiar existe a nomeação da violência conjugal, comumente utilizada para se referir as violências que são praticadas quanto ao tipo de relacionamento das pessoas envolvidas. Usualmente representadas pelas personificações de esposas/maridos, ex-companheiros/ex-companheiras, namorados/as, noivos/as, dentre outros tipos relacionais.

Assim como o termo família trouxe algumas limitações no enfrentamento à violência vivenciada por mulheres, tanto a utilização do termo *doméstico*, como

conjugal também contribuiu para a invisibilidade do fenômeno da violência contra a mulher devido o seu espaço de atuação (doméstico/privado). Nesse sentido, Pasinato (2003) continua sua discussão, mencionando que as categorias de violência doméstica, familiar e conjugal tornaram-se aos poucos limitadoras, no que tange as construções teóricas para a compreensão da “persistência da violência contra a mulher e a ausência de respostas mais efetivas para seu enfrentamento” (PASINATO, 2003, p. 71). A necessidade de qualificar a violência a partir dos relacionamentos das pessoas envolvidas e/ou do local de perpetração cede espaço para a necessidade de demonstrar que o fenômeno da violência contra a mulher também é uma questão de luta política ideológica e garantia de direitos humanos.

No caso do termo violência de gênero, o mesmo passa a ser utilizado no Brasil, a partir da década de 90, correspondendo a uma das principais perspectivas adotadas pelo movimento feminista e de mulheres nos dias atuais. De acordo com Santos e Izumino (2005) uma das primeiras publicações foi datada no ano de 1995, intitulada *Violência de Gênero: poder e impotência* de Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida (PASINATO, 2003). Para Saffioti (2004) a violência de gênero corresponderia a categoria mais ampliada em termos conceituais, a qual abrangeria tanto a violência doméstica como a intrafamiliar/familiar, referenciando tanto mulheres como homens: “[...] a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais vastamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher” (SAFFIOTI, 2004, p.71). Tal vetor é reforçado por várias pesquisas (GOMES, 2009; MOREIRA, 2005; PASSOS, 2010; PRATES, 2007; PRESSER, 2007; RIBEIRO, 2011) que apontam o expressivo número de mulheres que vivenciam violências realizadas por homens, pelo simples fato de serem mulheres. Pasinato (2006a) discorda dessa última assertiva, alegando que esse discurso acaba por engessar uma imagem vitimista da mulher que sofre violência. De acordo com a autora citada, a categoria violência de gênero deve ser pensada á luz das relações de poder que são estabelecidas entre homens e mulheres.

Para a presente dissertação optou-se pela utilização da categoria violência de gênero, justamente por acreditar que as mulheres entrevistadas que iniciaram as rotas de apoio na busca por uma rede de cuidados não assumem uma postura apática e “vitimista” no enfrentamento a violência sofrida, de alguma maneira as entrevistadas conseguiram estabelecer “estratégias” para lidar com as situações de

violências. Não obstante, cabe acrescentar que a citação das categorias (doméstica / familiar / conjugal / violência contra a mulher) no corpus deste texto, estão sendo empregadas enquanto modalidades da violência de gênero, considerando a possibilidade de intersecção com a respectiva categoria analítica (gênero).

É necessário explicitar que não existe um único modelo de análise feminista a seguir nas problematizações acerca da violência contra a mulher que envolve a categoria analítica gênero. Tirando a ideia de que gênero corresponde a uma modelagem social e relacional, o consenso nos diferentes posicionamentos teóricos defendidos pelas feministas, acaba por aí (SAFFIOTI, 2001).

Abrindo caminho para as discussões acerca da corrente relacional na abordagem da violência de gênero, explana-se que existe na prática uma organização social do gênero que acaba por privilegiar o homem, em detrimento das mulheres, repercutindo na vulnerabilidade dessas últimas à violência (SAFFIOTI, 2004). A utilização do conceito de gênero no contexto das relações entre homens e mulheres, tal qual se conhece atualmente, está profundamente enraizado com a história do movimento feminista contemporâneo, pode-se considerar, inclusive, que a utilização do gênero enquanto categoria social é uma das mais importantes contribuições da historiografia feminista (ESCANDÓN, 1992).

É a partir do século XIX que o movimento feminista passa a ser (re)conhecido como movimento social e politicamente organizado, até então as iniciativas existentes aconteciam pontualmente de maneira isolada (LOURO, 1997). Uma das principais reivindicações do movimento na luta contra as práticas sexistas, na época, foi o direito ao sufrágio por parte das mulheres, mais especificamente, o acesso ao direito político tanto de votar, como de se eleger. Posteriormente essa fase do movimento feminista veio a ser nomeada como *primeira onda*, um momento que envolveu, além da luta a uma política igualitária, a reclamação quanto o acesso à educação e ao exercício profissional⁶, dentre outras pautas.

⁶ Cabe salientar que uma das principais críticas ao movimento feminista nessa época, foi o seu recorte de classe e raça que era visivelmente tendencioso. A grande proporção das feministas que lutavam por tais reivindicações pertencia à classe média e eram brancas. Deste modo, as mulheres de baixa renda, sendo dessas a maioria negra, não se sentiam contempladas pelas pautas do movimento feminista. Como pode ser evidenciado nas palavras de Bairos (2008) “Fala-se da necessidade da mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal

As construções teóricas sobre a utilização e conceituação da categoria gênero veio ocorrer, mais especificamente, na *segunda onda* do feminismo, a partir da segunda metade da década de 60, onde o movimento feminista ganhou novos impulsos principalmente em alguns países Europeus e nos Estados Unidos. Muitos movimentos contestatórios marcam essa década, principalmente no ano de 1968, a exemplo do movimento internacional hippie, as lutas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, o movimento estudantil na França e a luta contra o regime ditatorial militar brasileiro (COSTA, 2005).

Na prática, o movimento feminista ressurgiu⁷ a partir de novos pilares ideológicos, refletindo que o alcance à uma sociedade igualitária não seria possível apenas com mudanças nos direitos sociais e políticos. Instala-se um movimento mais radical levantando a premissa de que “o pessoal é político”. Ao mencionar esta frase as ativistas estavam não apenas traçando uma bandeira de mobilização, mais também, colocando em xeque as problematizações acerca da dicotomia entre público-privado, fundadas pelo movimento liberalista. Nas palavras de Costa (2005), ainda no que refere a afirmação anterior, “[...] o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal” (COSTA, 2005, p. 11).

A partir da segunda onda do feminismo, discussões até então privadas foram publicizadas, como as questões referentes a sexualidade feminina (desejo, relação com o corpo) e o próprio fenômeno da violência contra a mulher. Cabe salientar que além das articulações na luta por políticas igualitárias entre homens e mulheres, por

remunerada por excelência. Fala-se na necessidade da mulher pensar o seu próprio prazer, o conhecimento do corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em geral, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água. Tenho a impressão, que a bica d'água foi muito mais uma imposição externa das mulheres brancas, com toda aquela vontade de participarem próximo às mulheres do movimento popular.” (p.141). Enfatiza-se ainda que o movimento de mulheres negras atuou mais incessantemente nas discriminações de gênero e raça a partir da década de 80. No caso do Brasil, por exemplo, em meados do final da década de 80 e início da 90 foram que pesquisas começaram a observar a categoria raça/etnia dentro da temática da violência contra a mulher. Como ressalta Diniz (2006) ainda “Precisamos de dados dissociados por raça/etnia, dos quais ainda dispomos raramente. O movimento de mulheres negras tem tido um papel de destaque, tendo criado serviços, organizado redes, e impulsionado debates cruciais como o sobre saúde mental das mulheres na interface entre a violência e o racismo.” (p. 37).

⁷ Utiliza-se o termo ressurgiu devido a desmobilização que ocorreu após algumas conquistas fomentadas pela primeira onda do feminismo, como o direito ao voto (sufrágio) e alguns direitos civis, em países ocidentais (COSTA, 2009).

meio de movimentos pró-ativos, esse momento do feminismo também é marcado por investimentos na área conceitual, através de publicações de livros, jornais e discussões teóricas nos espaços acadêmicos (LOURO, 1997).

A entrada de militantes feministas no âmbito acadêmico deu a largada na busca pela legitimidade “científica” da mulher enquanto objeto de estudo e desejo, até então as mulheres eram invisibilizadas. Em consequência, poucos eram os estudos que focavam as mulheres e quando ocorriam, essas representações estavam pautadas por um olhar sexista/machista (SOIHET; MARIA PEDRO, 2007). Dentre algumas teóricas que iniciaram o debate e denúncia acerca da “condição” das mulheres nas sociedades cabe destacar a obra de Simone de Beauvoir (1949) com o *best – seller O Segundo Sexo* (vol. I) o qual realiza um tratado acerca da condição da mulher nas sociedades, colocando-a como o outro sexo inferiorizado ao homem. Apesar de não nomear o termo “gênero” nessas publicações, Beauvoir absorve e problematiza algumas considerações sobre o conceito de gênero, principalmente quando afirma a sua célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Até chegar às conceituações acerca da categoria gênero identificada como uma organização social da relação entre os sexos e mediada por relações de poder, um longo caminho foi realizado pelas teóricas feministas. Desde iniciativas de investigações que preocupavam-se em descrever o cotidiano de mulheres, até diferentes matrizes explicativas que por vezes provocavam aproximações e afastamentos quanto as suas bases epistemológicas (LOURO, 1997). O fato é que independentemente das diferentes perspectivas adotadas pelas feministas (com raízes Marxista, Psicanalista, Existencialista, dentre outras) percebe-se que existia um projeto comum a todas, que propõem descobrir o que rege essa opressão feminina e o que elas, enquanto feministas, podem fazer para promover um “[...] caminho lógico para a emancipação das mulheres” (LOURO, 1997, p. 20). É nesse contexto que surgem problematizações mais sistemáticas sobre o conceito de gênero⁸, aparecendo primeiramente entre as feministas saxãs (inglesas,

⁸ A partir da década de 80 os estudos das mulheres abrem espaços para os estudos de gênero, assim “Sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero”. Apesar das diferentes áreas temáticas e correntes teóricas, há um consenso de que a categoria *gênero* abre caminhos para um novo paradigma no estudo das questões relativas às *mulheres*.” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p.12).

americanas), objetivando, inicialmente, romper com o determinismo biológico que acompanhavam o uso de palavras como sexo e diferença sexual (SAFFIOTI, 2001).

Uma das matrizes explicativas mais difundidas sobre gênero corresponde ao conceito exposto pela historiadora, pós – estruturalista Joan Scott (1986) no seu artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Com esse título, a autora, enfatiza tanto a reflexão do gênero enquanto categoria analítica - a qual estaria propensa a romper com paradigmas até então dominantes, por exemplo, quanto as teorizações acerca da subordinação feminina que acabavam buscando possíveis origens em substratos biológicos⁹ – como a importância da categoria gênero não apenas para o contexto dos estudos da história das mulheres, mas para a história como um todo, seja estas nos espaços públicos e/ou privados.

O conceito de gênero utilizado por Scott (1986) é compreendido a partir de duas proposições, as quais são interrelacionadas. A primeira refere-se ao gênero enquanto “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebida entre os sexos” (p.14), aqui fica expresso o caráter de modelagem social inerente a categoria.

[...] ‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas. (SCOTT, 1986, p.21)

Com esse conceito de gênero Scott (1986) propõe a negação da existência de categorias sociais fixas e universais. Pelo contrário, o conceito está sustentado por pilares que reforçam o aspecto relacional da construção de tais categorias. Usualmente a figura do homem é pensada sobre estereótipos de virilidade, autonomia e considerado o grande procriador nas relações interpessoais; Já à mulher seria a impotente, reprodutora, dependente, resultando na interiorização do que Rosaldo e Lamphere (1979, p.17) chamam de uma visão “depreciativa e constrangedora de nós mesmas”. Essas construções sociais necessitam ser relativizadas para que seja possível a percepção de uma sociedade igualitária.

⁹ As problematizações acerca das possíveis “origens” da subordinação feminina pode ser encontrada nas seguintes obras: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Orgs). *A Mulher, a cultura e a sociedades*, 1979. / ROSALDO, M.Z. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural*, 1995.

Pasinato (2006a) destaca que é justamente esse caráter relacional que possibilita também a interiorização, por parte das mulheres, de uma cultura machista, possibilitando a “criação e reprodução de tradições violentas” (PASINATO, 2006a, p.142).

Nessa primeira proposição do conceito de Scott (1986), gênero caracteriza-se a partir de quatro elementos imbricados uns com os outros, o primeiro refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam variadas representações múltiplas, muitas vezes contraditórias. O conceito de gênero ganha um forte apelo representativo, sobre isso Lauretis (1994) reafirma o potencial para sistema de representação exposto pela categoria gênero, principalmente devido ao movimento constante de construções e desconstruções nas relações estabelecidas em sociedade. O cinema, por exemplo, constitui uma dessas vias de representações paradigmáticas acerca do gênero, e podem assim, atuar junto nas formações das identidades de gênero dos sujeitos sociais.

O segundo elemento corresponde aos conceitos normativos que acabam por evidenciar diferentes interpretações dos símbolos, limitando as possibilidades metafóricas.

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (SCOOT, 1986, p. 15)

O terceiro expressa as instituições e organizações sociais, nesse sentido considera-se que variadas são as instituições e práticas sociais que possuem processos de engendramentos e acabam por (re)produzir sujeitos, como por exemplo, a justiça, igreja, práticas educativas, governo, espaços sociais, dentre outros. Louro (1997) concorda com Scott (1986) ao afirmar que tais instituições não são moderadas única e exclusivamente a partir das relações de gênero, mas também, por outros marcadores sociais, como classe, idade, geração, raça, etnia, regionalização, entre outros. Deve-se, inclusive, tomar cuidado com a não manutenção de práticas enrijecidas para que seja possível visualizar que tais práticas estão interseccionadas com diferentes categorias sociais para além das relações de gênero, afetando diretamente a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher.

O quarto e último elemento refere-se as Identidades subjetivas que são produzidas por meio das representações de gênero. Acerca do conceito de Identidade, Hall (2005) afirma que vivemos atualmente uma época marcada pelo descentramento do sujeito, mediado cada vez mais por uma sociedade globalizada. Conseqüentemente, um arcabouço imenso de significações e culturalismos são mediados nas relações em sociedade. Daí a afirmativa de que “o sujeito [...] está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas.” (HALL, 2005, p.12). Ainda, na mesma direção, Kellner (2001) discute que esses processos de formação de Identidade acabam sendo cada vez mais fragilizados, dada essa multiplicidade de Identidades que podemos nos identificar enquanto sujeitos sociais. Sobre isso Louro (1997) complementa:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. (p.25)

A segunda proposição quanto a categoria do gênero exposta por Scott (1986), considerada inclusive como a teorização em si, refere-se a gênero enquanto “uma forma primeira de significar as relações de poder” (p.14). Apesar de não ser o único campo de atuação no qual o poder é articulado, o gênero constituiu-se um dos lócus de significações mais utilizados, principalmente nas culturas ocidentais.

A obra acadêmica de Michel Foucault vêm fornecendo novos subsídios para as teóricas feministas pensarem as relações de poder que são construídas entre homens e mulheres, principalmente por se saber que os gêneros se produzem e reproduzem constantemente a partir das relações de poder que são exercidas entre os mesmos. Cabe acrescentar, que a utilização do conceito de poder exposto por Foucault não é consenso entre as teóricas feministas, algumas acadêmicas criticam, por exemplo, a ausência das questões de gênero na construção da sua analítica do poder (NARVAZ; NARDI, 2007).

Para Foucault (1979), o poder está inserido em variados espaços da sociedade, é desorganizado e não obedece a um sentido único. Não existe uma centralidade a ser buscada nas relações de poder que são estabelecidas em sociedade, pelo contrário, nas próprias palavras do autor em questão “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em

cadeia” (FOUCAULT, 1979, p. 183). O poder seria exercido e funcionaria enquanto uma rede, onde os sujeitos circulariam e poderiam estar propensos tanto a exercer o poder, como a sofrer seus efeitos.

No capítulo que explana sobre o dispositivo da sexualidade, no volume I da *História da sexualidade*, Foucault (1988) aprofunda suas discussões acerca do poder desenvolvendo algumas proposições que podem ser pensadas aqui enquanto características relacionadas a sua analítica do poder. A primeira remete a idéia de que o poder pode ser exercido a partir de situações diferenciadas, desiguais e móveis. Uma segunda refere-se as relações de poder como imanentes a outros tipos relacionais, a exemplo dos processos econômicos e das relações sexuais. Uma terceira, sobre a não existência de oposição binária e global entre os pólos dominantes e dominados nas relações de poder. A quarta, sobre as relações de poder enquanto intencionais e subjetivas; e por fim, quinta e última sobre a presença de resistência nas relações de poder.

A partir de tais proposições expostas por Foucault (1988), Pasinato (2006a) desenvolve que pensar a categoria analítica gênero a partir do conceito de poder Foucaultiano, implica em (re)significar as relações firmadas entre homens e mulheres. Nessa linha, as relações sociais entre os gêneros seriam dinâmicas, derrubando o argumento determinista naturalizante de uma possível dominação masculina estática e polarizada. A dicotomia entre dominado e dominante é negada, aliás, a luta pela desconstrução do caráter permanente das posições binárias como público/privado, masculino/feminino, dominante/dominado foi defendida por teóricas (LOURO, 1997; SCOTT, 1986) e encaradas como um dos principais caminhos existentes para romper com essa desvalorização da mulher nas sociedades, e conseqüentemente com a vulnerabilidade a situações de violência. O cuidado que se deve ter em não reforçar tais dicotomias pode ser pensado tanto em relação aos limites entre elas, por serem tênues; ou ainda por correr-se o risco de recair sob a mesma lógica da divisão dos papéis de gênero. Nesse movimento, Louro (1997, p. 34) conclui: “[...] penso que o conceito [de gênero] só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos [ou seja, as desconstruções das dicotomias]”. Utilidade teórica esta, que implica diretamente no seu reconhecimento e eficiência enquanto uma das principais ferramentas teóricas utilizadas na briga contra a violência de gênero perpetrada em mulheres.

Acrescenta-se que a perspectiva relacional (pautada nas reflexões de gênero) não é a única matriz explicativa adotada para discutir as questões relacionadas a violência contra a mulher. Pelo contrário, Santos e Izumino (2005) identificaram, a partir de publicações na área das Ciências Sociais, além dessa corrente relacional, mais duas correntes teóricas que problematizaram as conceituações acerca da violência contra a mulher e o binômio dominação - vitimização no Brasil nas últimas décadas, as quais foram denominadas de *Dominação Masculina* e outra de *Dominação Patriarcal*.

As autoras supracitadas desenvolvem que a primeira perspectiva refere-se a Dominação Masculina e possui como principal referência a publicação de Marilena Chauí, em 1985, intitulada *Participando do debate sobre mulher e violência* que afirmava que o fenômeno da violência contra a mulher seria resultado da dominação masculina frente a condição de inferioridade feminina, (re)produzida tanto por homens, como por mulheres. Para Chauí (1985) a violência é considerada sob dois ângulos, um primeiro como a transformação das diferenças e assimetrias em desigualdades hierárquicas, objetivando a opressão, dominação e exploração; e um segundo que trata as mulheres enquanto objetos de dominação, não sujeitos, vítimas e cúmplices da violência recebida. Nessa perspectiva, a mulher “[...] se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência” (CHAUÍ, 1985, p. 35).

A segunda corrente apontada por Santos e Izumino (2005) denomina-se Dominação Patriarcal e expõe o posicionamento da socióloga Heleieth Saffioti que representa a principal teórica no Brasil a realizar uma defesa do conceito de Patriarcado. A discussão quanto ao Patriarcado não é algo consensual nos estudos feministas. Mesmo não existindo uma definição exata, destaca-se um mesmo raciocínio ao apontar o patriarcado enquanto um sistema social de dominação dos homens para com as mulheres. Nessa mesma linha argumentativa, Saffioti (1997a) define patriarcado como um pacto masculino a fim de garantir a opressão das mulheres. A autora em questão segue afirmando parecer existir uma economia doméstica ou domesticamente organizada que acaba por sustentar essa ordem patriarcal. As mulheres são alicerçadas por um movimento ideológico machista, sendo dominadas e exploradas pelos homens. A junção entre dominação e exploração é compreendida por Saffioti (2005) como opressão, sendo que o

fenômeno da violência contra a mulher ocorre justamente quando os homens decidem colocar em prática esse projeto de dominação-exploração feminina, onde uma das partes freqüentemente detém maior poder que a outra, usualmente representada pela figura masculina. Apesar de perceber as mulheres enquanto sujeitos autônomos frente a situação de violência vivenciada, já que nas suas próprias palavras “[...] não se pode admitir que uma pessoa se converta em objeto, ainda que ela possa ser tratada enquanto tal” (SAFFIOTI, 1997a, p. 73), Saffioti acabou reforçando o discurso vitimista das mulheres, ao considerar que historicamente as mulheres estiveram subordinadas a uma ordem patriarcal (PASINATO, 2006a).

Ao longo das décadas, Saffioti (2004, 2009) avançou nas discussões acerca do Patriarcado, admitindo, mesmo que não com exclusividade, a possibilidade do uso da categoria gênero. Nas suas últimas publicações, a autora discutiu a utilização do conceito de gênero conjuntamente com o do Patriarcado, por acreditar numa incompatibilidade epistemológica de uma possível substituição do segundo (patriarcado) para com o primeiro (gênero). Para Saffioti, seria um equívoco negar a influência e persistência da ideologia patriarcal nas construções sociais da masculinidade e feminilidade, nesses moldes, Patriarcado qualificaria gênero – ampliando o conceito para *Ordem Patriarcal de Gênero*.

Diferente do exposto por Chauí a abordagem defendida por Saffioti (2004) relaciona a dominação masculina a outros sistemas estruturantes da sociedade, como ocorre com racismo e capitalismo. A autora defende que existe “[...] uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social” (2004, p. 19). Apesar de ter avançando nessas discussões ao longo de suas publicações, uma obra de Saffioti (1997b) que introduziu esse debate foi a *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro*. A qual desenvolveu o seu argumento a partir de uma analogia das “relações” estabelecidas entre os galináceos (galinhas e galo). Para a autora, no texto em questão, a sociedade humana está organizada em hierarquias, possuindo uma “ordem das bicadas” bem mais complexa do que a exposta na sua analogia entre os galináceos. Socialmente são construídas várias gramáticas nas relações estabelecidas entre os sujeitos nas sociedades, as quais configuram conjuntos de regras para gerir tais relações, como ocorrem com a gramática sexual/gênero, raça/etnia e classe social.

Ainda discordando de Chauí, Saffioti rejeita a idéia de “cumplicidade” e passividade das mulheres na relação violenta. Para a autora, é necessário pensar a problemática enquanto pertencente a toda uma categoria social de gênero e não individualmente para cada mulher. Dialogando com Mathieu, Saffioti (1985 *apud*, 1994a) esclarece que o consentimento é apenas uma aparência do fenômeno da violência, considerando que na relação violenta os envolvidos acabam por assumir consciências diferenciadas à luz do fenômeno da violência, especificamente uma dominadora e outra dominada, “[...] as duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas e antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os copartícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais.” (SAFFIOTI, 1994a, p. 445-446). As mulheres não teriam como ser cúmplices já que não existe uma igualdade de poderes entre ambas as partes, sendo assim “as relações de gênero não podem dar lugar a consentimento da parte mais fraca [...] as mulheres cedem, quando premidas pelas circunstâncias, mas não consentem quando sujeitas a maus - tratos por parte dos homens” (SAFFIOTI, 1994a, p. 446). Sobre isso Saffioti (2001) acrescenta que de alguma maneira as mulheres sempre reagem ao agressor, independentemente de tais reações serem suficientes para cessar ou impedir a situação de violência impetrada.

No que se refere a problematização do binômio dominação – vitimização observa-se que essa preocupação na literatura brasileira apareceu na década de 90. Possuindo maiores picos de discussões com a introdução do conceito de gênero e a partir da realização de pesquisas em diferentes campos institucionais, como por exemplo, o contexto da delegacia especializada da mulher e a expressiva frequência de retirada da denúncia contra o agressor, por parte da mulher agredida (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Até a década de 80, pouco se problematizava sobre o papel vitimista colocado para as mulheres que estavam em alguma situação de violência, até então, existia uma necessidade de definir politicamente essa violência enquanto um crime¹⁰ merecedor de específicas punições. Nesse caminho, tornava-se necessário

¹⁰ De acordo com Pasinato (2003; 2006a) apesar do conceito de violência ser confundido, em algumas situações, com o de crime, compreende-se que o primeiro possui um sentido mais ampliado que o segundo. “[...] crime é um conceito jurídico. Todo comportamento criminoso encontra-se definido na legislação penal, no caso do Brasil, no Código Penal Brasileiro e em algumas Leis Especiais (Lei dos Crimes Hediondos, Lei do Crime Organizado, por exemplo). Contudo, nem todo crime previsto na legislação é violento. Da mesma forma, alguns comportamentos socialmente

delimitar “[...] a fronteira que separava inocentes de culpados, vítimas de agressores e superpor essa demarcação ao recorte de gênero era quase uma necessidade lógica” (SOARES, 2002, p. 39).

Uma das primeiras contribuições da época em que se abre o debate sobre a vitimização foi a publicação de Gregori (1993) no livro *Cenas e Queixas – Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, ao relatar sua pesquisa sobre a implantação e funcionamento do SOS Mulher em São Paulo. A autora destaca que os discursos das profissionais feministas, que atuavam no SOS do município de São Paulo, representavam as mulheres usuárias do serviço, enquanto vítimas da dominação masculina. Para elas, as mulheres só saíam das situações de violências a partir de uma intervenção pautada na conscientização feminista, visando a separação e punição do agressor. No entanto, não necessariamente as mulheres atendidas pelo SOS possuíam como projetos de vida a sua separação do agressor. Daí uma das indicações para a inferência de que tais mulheres não seriam necessariamente meras vítimas dos seus parceiros.

Ainda sobre as discussões acerca da vitimização Santos e Izumino (2005) problematizam:

É necessário relativizar o modelo de dominação masculina e vitimização feminina para que se investigue o contexto no qual ocorre a violência. As pesquisas sobre o tema vêm demonstrando que a mulher não é mera vítima, no sentido de que, ao denunciar a violência conjugal, ela tanto resiste quanto perpetua os papéis sociais que muitas vezes a colocam em posição de vítima. O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência como também não oferece uma alternativa para a mulher. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 9).

Soares (2002) destaca que os avanços na temática da violência contra a mulher levaram a percepção do fenômeno para além da violência física e sexual, nas quais os pólos agressor *versus* vítima eram bem delimitados até então. A visualização de uma violência moral, psicológica, patrimonial, por exemplo, exigiam abordagens mais complexas, como também as próprias tipificações de violências física e sexual. A autora complementa que a abordagem vitimista é uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que é limitada do ponto de vista das mulheres por percebe-las como meras vítimas, pode ser útil quando pensada no campo

percebidos como violência não são definidos como crime ou não encontram na legislação o correto enquadramento penal” (PASINATO, 2003, p.65).

institucional por ressignificar a imagem das mulheres que vivenciam violência. Sobre isso, Soares (2002) relatou a sua experiência ao realizar treinamentos com policiais que atendiam mulheres em situação de violência e afirmou o emprego da ênfase vitimista na figura feminina, como uma estratégia metodológica de abordar o assunto em grupos de trabalhos. Tal estratégia tentava evitar uma nova vitimização [institucional] da mulher frente ao fenômeno da violência.

A desconstrução do discurso vitimista aos poucos foi sendo incorporada aos discursos e publicações de ativistas e acadêmicas feministas. Muitas deixaram, inclusive, de utilizar o termo “mulher vítima de violência” e passaram a utilizar a expressão “mulher em situação de violência”. A ênfase na relativização da mulher enquanto vítima, a partir da abordagem de gênero, amplia a compreensão da mulher enquanto um sujeito autônomo e que também detém poder nas relações estabelecidas em sociedade.

1.2- AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Uma das grandes causas do movimento feminista é a inclusão da luta pelo fim da violência contra a mulher como parte de sua agenda política. No contexto brasileiro, inicialmente essas reivindicações estiveram centradas na realização de ações mais diretas pelas próprias feministas do movimento, para depois reclamar a implantação de políticas públicas junto ao Estado brasileiro. Um dos motivos que contribuíram para o pioneirismo das feministas na efetivação de ações independentemente do Estado, pode estar no fato do Brasil nessa época encontrar-se sob influência do regime ditatorial militar (DINIZ, 2006). A invisibilidade da garantia de políticas públicas demandadas às mulheres era uma prática até então usual, sem grandes apropriações por parte dos governantes.

As pautas do movimento feminista brasileiro, anteriores a década de 80, pouco aludiam a violência contra a mulher. As ações eram centradas na divulgação por meio de jornais. De acordo com Gregori (1993) as mulheres se organizavam “em torno de questões como a conquista de creches, a luta pela anistia e pela imediata redemocratização da sociedade brasileira” (p. 25). Apesar de em alguns momentos

a violência contra a mulher ser mencionada por esses grupos de mulheres¹¹, nenhum trabalho mais efetivo havia sido proposto e realizado até esse presente momento da história das mulheres brasileiras.

Após denúncias de homicídios de mulheres assassinadas pelos seus então companheiros e ex-companheiros, as feministas por meio de grupos organizados em algumas capitais do país (a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro) realizaram passeatas a fim de denunciar o fenômeno. Esse momento contestatório ficou conhecido por meio do slogan *Quem ama não mata*. Uma das primeiras passeatas em outubro de 1979, foi motivada pelo julgamento de Doca Street autor do assassinato de sua companheira Ângela Diniz. Os advogados utilizando-se de argumentos sexistas como a legítima defesa da honra, ao acusar Ângela de ir contra aos bons costumes, conseguiram junto ao júri popular uma sentença de dois anos com suspensão condicional da pena, termo popularmente conhecido por *sursis*. Nesse regime de pena, Doca poderia ter sua sentença de dois anos reavaliada chegando, inclusive, a não ser preso. No entanto, com as passeatas e as denúncias do movimento feminista, Doca foi novamente julgado em 1981, tendo a pena recolocada para 15 anos de detenção, da qual ficou apenas cinco em regime fechado (GROSSI, 1994).

Para além da precária falta de investimentos por parte do Estado, esses grupos de feministas, citadas no parágrafo anterior, sentiram-se comprometidas em pensar estratégias de acolhimento a favor dessas mulheres que vivenciavam o tormento da violência e o prenúncio da própria morte. Nessa direção, foi em meados de outubro de 1980, na cidade de São Paulo, a criação de uma primeira instituição que dava suporte às mulheres em situação de violência, denominada SOS Mulher. Cabe acrescentar, que em outras cidades como Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/BH a criação do SOS também esteve associada com a necessidade que o movimento feminista teve em responder politicamente aos assassinatos de mulheres (GREGORI, 1993).

Nas palavras de Diniz (2006), e de maneira bem concisa, a missão institucional do SOS esteve pautada em atender mulheres que se encontravam na

¹¹ Destaca-se que esses grupos eram formados por mulheres com características similares, na sua totalidade de classe média e branca, as quais se reuniam para discutir temas e problemáticas feministas (GREGORI, 1993).

situação de vulnerabilidade à violência, por meio de atividades individuais e com grupos de reflexões orientados por profissionais voluntárias, como psicólogas/os e advogadas/os. Apesar da importante iniciativa de criação do SOS paulista, acabou funcionando apenas por três anos, tendo como uma das causas para o fechamento a falta de recursos humanos, financeiros e de segurança para dar conta da demanda de mulheres que se apresentavam a cada dia. A proporcionalidade e impacto da violência contra a mulher no Brasil exigiam que a luta do movimento feminista fosse estendida para uma luta de governos, exigindo dentre outras reivindicações mudanças tanto nas legislações estatais, como na formatação de políticas públicas no âmbito governamental (GREGORI, 1993).

Uma das grandes estratégias que o movimento feminista brasileiro utilizou foram os acordos nacionais e internacionais, que impulsionaram maior força política às mulheres tanto na esfera conceitual, por possibilitar um caminho para as problematizações teóricas frente a ideologia machista; como mudança nas práticas de atuação, através da criação de serviços com políticas que garantiriam atendimentos à essas mulheres que estavam vivenciando situações de violência diversificadas.

No que tange aos acordos Internacionais destaca-se a importância da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 1979 e suas recomendações aos Estados membros, ratificada pelo Brasil em 1984 com ressalvas quanto aos artigos que faziam referência a igualdade entre homens e mulheres no contexto familiar¹²; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará realizada no ano de 1994¹³; As

¹² Apenas no ano de 1994 a CEDAW foi ratificada pelo Brasil sem ressalva alguma; Sendo que em 2002 o Brasil apresentou o primeiro relatório para o monitoramento das ações expostas pela CEDAW referentes aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001. Já em 2003, a CEDAW divulgou um relatório comentando e recomendando ao governo brasileiro algumas ações frente a eliminação das discriminações contra as mulheres. Dentre as principais recomendações referentes a esfera da violência contra a mulher, destacam-se os dispositivos discriminatórios presentes na legislação penal brasileira, a tese da “legítima defesa da honra”, a necessidade de dados estatísticos e informações sobre a violência contra a mulher no país e a priorização de criação de uma legislação específica acerca da violência vivenciada por mulheres e crianças (AGENDE, 2005). Após a entrega de um novo relatório brasileiro, a CEDAW divulgou um informe em 2007, o qual continuou a reiterar a importância de investimentos no enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher (BARSTED, 2011).

¹³ No Brasil, os ditames da Convenção de Belém do Pará foram incorporados em 1995 o que representa uma grande conquista para as mulheres, considerando que o país passava a ter referências mais específicas quanto as definições acerca da violência contra a mulher e outras conceituações no que tange a perpetração do fenômeno.

conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente, Viena em 1993, Cairo em 1994 e Beijing em 1995. É importante salientar, as grandes conquistas conceituais dessas conferências e convenções como a defesa da utilização do ideal de igualdade dos direitos humanos, para o contexto da violência contra a mulher (PANDJIARJAN, 2006). Com a concentração da maioria dessas conferências na década de 90 o movimento feminista internacional e nacional pôde comemorar a institucionalização de muitas de suas propostas sob a forma de políticas públicas. Entretanto, os resultados ainda não eram tão favoráveis, tendo em vista o impacto da violência na vida das mulheres (DINIZ, 2006).

A legislação do Brasil demorou para incluir nos ordenamentos jurídicos, leis que defendessem as mulheres das situações de violência e que, inclusive, reconhecessem estas enquanto indivíduos de direito e cidadania. Na verdade, essa “omissão” é resultado de um pensamento pautado no ideal de universalidade, que na prática não possuía nada de universal, mas sim a valoração de grupos sociais minoritários. Daí as afirmações de autoras como Phillips (2002) e Pateman (1993) ao questionarem as leis e políticas que afirmam possuir um “gênero neutro”. Para estas autoras, deve-se desconfiar de qualquer política desse tipo por existirem sérias probabilidades de serem baseadas na experiência masculina.

No contexto brasileiro, como grandes conquistas do ordenamento jurídico que enfatizam, direta ou indiretamente, a situação da violência contra a mulher pode-se citar a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes no ano de 1986; a Constituição Federal em 1988; e as alterações de alguns artigos referentes ao Código Penal a partir de 2004, por exemplo, quanto a inclusão da tipificação do crime de violência doméstica, perpetrado dentro do contexto familiar; as atualizações contra crimes de violência sexual, que até poucas décadas atrás, ainda era tipificado como um crime contra os costumes, não contra a pessoa que é mulher e cidadã; a retirada de expressões discriminatórias como “mulher honesta”; dentre outras alterações (BARSTED, 2011; PANDJIARJAN, 2006).

No que se refere a Constituição Federal de 1988, a mesma pode ser considerada uma grande conquista do movimento de mulheres e feminista da época, por contemplar novos direitos das mulheres, ampliando a sua cidadania. Tais conquistas resultaram da campanha *Mulher e Constituinte* realizada pelo movimento feminista, conjuntamente com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, que

resultou na transcrição da *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes* entregue no congresso nacional em 1986. Esse momento ficou marcado na história do movimento feminista brasileiro e conhecido popularmente como o *lobby do batom*. Cabe salientar, que boa parte das propostas defendidas pela carta da mulher foram aceitas e incluídas na Constituição (PANDJIARJIAN, 2006). Como exemplos, cita-se um dos itens abarcados pela constituição situado no capítulo que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, o qual prevê a igualdade de direitos independentemente de classe, raça/etnia, sexo/gênero.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa constituição. (BRASIL, 1988, p. 01)

Apesar de muitas propostas da *Carta da mulher brasileira aos constituintes* serem incluídas na constituição, cabe mencionar que com relação ao fenômeno da violência contra a mulher a única alusão incluída no texto da constituição refere-se ao artigo 226, no parágrafo 8º quando afirma que o Estado irá assegurar a família mecanismos para coibir a violência (BRASIL, 1988). Sobre isso Pandjarian (2006) aponta que esse avanço foi paradoxal, pois ao mesmo tempo em que teve a sua importância por mencionar a garantia de mecanismo para coibir a violência no contexto familiar, por outro ponto acabou por obscurecer a figura feminina, já que em nenhum parágrafo da constituição fala-se especificamente sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Essa luta ainda teve que ser travada nas décadas posteriores, estendendo-se aos dias atuais.

Após a constituição de 1988, uma das legislações que mais causou polêmicas e discussões frente ao fenômeno da violência contra a mulher foi a Lei 9.099/95. Esta lei introduziu os Juizados Especiais Criminais (JECRIM) que estabeleceram procedimentos específicos para os crimes considerados de menor potencial ofensivo, objetivando desafogar o sistema judiciário brasileiro com crimes que são previstos pelo código penal com penas de até dois anos. O grande impasse foi que apesar da Lei 9.099/95 não ter sido criada especificamente para os casos de violência perpetrados em mulheres, esses eventos começaram a ser julgados pelos

JECRIMs, refletindo uma banalização já histórica do fenômeno da violência contra a mulher por não serem percebidas as especificidades das relações de gênero presentes no fenômeno (PANDJIARJIAN, 2006). Nos casos de lesões corporais leves e ameaças, por exemplo, não eram elaborados inquéritos investigativos por parte da delegacia especializada. Após a denúncia, eram redigidos termos circunstanciados e encaminhados para os JECRIMs, caso a mulher tivesse interesse em representar juridicamente contra o agressor¹⁴. (MACHADO, 2010).

Um dos principais problemas em direcionar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher para os JECRIMs estavam no quesito resolutividade dos conflitos, representados por três mecanismos: um primeiro referente à conciliação entre as partes e reparação de danos para a pessoa agredida; o segundo, quanto à transação penal, que o Ministério Público poderia propor ao agressor a aplicabilidade de penas alternativas ao invés da privação de liberdade, a exemplo de multas e cestas básicas; e por fim, a suspensão condicional do processo que poderia ser feita sob o consentimento do agressor, sem recorrer a mulher agredida (PANDJIARJIAN, 2006). Nessa linha, é visível que a mulher não tinha nenhuma autonomia sobre os procedimentos desenvolvidos no JECRIM e o agressor acabava sendo privilegiado com as punições brandas e a retirada do processo.

Atualmente, uma das grandes conquistas no ordenamento jurídico brasileiro se deu pela criação de uma lei específica a favor das mulheres que estão em situação de violência, lei 11.340/2006¹⁵ (BRASIL, 2008a), popularmente conhecida como *Lei Maria da Penha*, sancionada em 7 de agosto de 2006, entrando em vigor a partir de 22 de setembro do referido ano¹⁶. O nome da lei homenageia a

¹⁴ Acrescenta-se que a mulher que não desejava representar o agressor em um primeiro momento, possuía até seis meses para fazê-lo (PANDJIARJIAN, 2006).

¹⁵ O projeto da lei sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres (PL 4.559/04) foi concluído em 2004 por um Consórcio formado por alguns especialistas e organizações feministas, como a Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI); Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE); Instituto para Promoção da Equidade (IPÊ); Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Ação e Informação (CEPIA); Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (THEMIS). No intervalo entre a submissão do projeto e a aprovação em 2006, muitas foram as discussões e ativismos do movimento feminista e de mulheres para que fosse possível garantir um efetivo mecanismo de proteção para essas mulheres (PANDJIARJIAN, 2006; SARDENBERG; GOMES; TAVARES, 2010).

¹⁶ Destaca-se que desde 2007 existe no país o Observatório da Lei Maria da Penha, criado a partir de um consórcio entre 12 organizações influentes no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, responsáveis por desenvolver ações para acompanhar e implementar a aplicação da Lei Maria da Penha, em diferentes contextos institucionais. (SARDENBERG; GOMES; TAVARES, 2010).

farmacêutica Maria da Penha, considerada um símbolo na luta da violência contra mulheres, a qual vivenciou 19 anos de violência perpetrada pelo então companheiro. Por duas vezes, em 1983, o seu companheiro tentou assassiná-la ficando esse, ao longo de anos, ileso sem responder ao episódio juridicamente. Maria da Penha juntamente com a mobilização de grupos feministas publicizou para a sociedade o descaso do sistema judiciário para com a sua história, que era inclusive, estendível a grande parte das mulheres que sofriam violência doméstica no país. Diante da situação exposta, o Estado brasileiro foi denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, e considerado “negligente e tolerante” à Violência Contra a Mulher. Em resposta, foram criadas várias medidas, dentre elas, a Lei 11.340 em 2006, “Lei Maria da Penha”, que no geral expõem mecanismos para coibir e erradicar o fenômeno da violência doméstica (BRASIL, 2008a).

A lei Maria da Penha tornou-se um marco no cenário político, não apenas por tornar público um debate, até então, marginalizado na sociedade, mas também, por atuar em consonância e articulada com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), entre outras normas que atravessam o ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, 2008a).

Dentre os avanços que compõe o texto da lei, destacam-se: a conceitualização mais precisa da violência contra a mulher e suas tipificações; a ampliação do conceito de família; o reconhecimento e cobertura aos casos de violência nas relações homoafetivas; a ideação da necessidade de atendimento especializado para o agressor; a necessidade de medidas protetivas de urgência a depender da situação e risco de violência vivenciado pelas mulheres; e o reconhecimento da necessidade de criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher¹⁷, inseridos na lógica do atendimento integralizado, por meio de uma equipe multidisciplinar (BRASIL, 2008a; SARDENBERG; GOMES; TAVARES, 2010).

Nesses moldes, a lei 11.340/2006 prevê, ações no âmbito da prevenção, proteção, assistência e punição, envolvendo, diretamente, a mulher e o agressor. É

¹⁷ Atualmente o Brasil possui 94 Juizados Especializados/Varas adaptados de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2011).

justamente no capítulo II “Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar” que a lei defende um atendimento integralizado e conseqüentemente em rede com diferentes serviços na assistência a essa mulher em situação de violência.

De acordo com a pesquisa Ibope, Instituto Avon (2009) houve um expressivo aumento no conhecimento da população brasileira acerca da existência da Lei Maria da Penha, do ano de 2008 para 2009, especificamente de 68% para 78%. Quanto à aplicabilidade da Lei Maria da Penha, apenas 44% da amostra afirma que a lei vai contribuir realmente para o fim da violência perpetrada em mulheres, outros 29% acreditam que levará ainda certo tempo para que seja possível visualizar possíveis efeitos da lei e por fim, 14% afirmaram que a lei não é, e continuará não sendo, cumprida pela população e demais dispositivos institucionais. Já no ano de 2011 (INSTITUTO AVON; IPSOS, 2011) essa lembrança sobre a existência da lei 11.340/2006 cresceu ainda mais para 94%, sendo que não existiram diferenças significativas entre homens e mulheres. Acrescenta-se que saber da existência, não significa que a população entrevistada possui conhecimento expressivo sobre o texto da lei 11.340/2006. Dos 94% que responderam saber da sua existência, apenas 13% dos/as entrevistados/as informaram saber muito sobre a lei, na contramão dos 36% que declararam conhecer apenas de ouvir falar.

No que tange à criação de serviços direcionados às mulheres que passaram por episódios de violência, sublinha-se que a partir da década de 80 serviços e instituições foram sendo fundados, a exemplo: de serviços de saúde especializados na assistência de mulheres em situação de violência sexual, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); Casas Abrigo; Centros de Referências multiprofissionais, dentre outros (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008). Vale destacar, no entanto, que a construção e consolidação desses serviços ocorreram de maneiras individualizadas, sem que se estabelecesse nenhuma relação entre eles como pode ser observados nos parágrafos a seguir.

Na área da saúde, uma das primeiras propostas organizadas, responsáveis por avanços no campo da saúde sexual e reprodutiva foi o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) proposto por articulações do movimento feminista juntamente com o Ministério da Saúde, no ano de 1984 (BANDEIRA, 2009; GALVÃO, 1999; SILVEIRA, 2006). A proposta do programa estava respaldada por um modelo conceitual de apoio integral à saúde da mulher, no qual o atendimento

no serviço deveria focar para além do ciclo grávido-puerperal, incluindo a noção de saúde reprodutiva e sexual. Nesse momento, apesar da violência ser considerada como uma das necessidades a serem supridas no PAISM, as conquistas na área da saúde vieram a ocorrer, mais precisamente, em anos posteriores. Dentre alguns serviços criados ao longo das décadas de 80/90 citam-se: Serviço de Aborto Legal no Hospital do Jabaquara, no município de São Paulo em 1989; Atendimento à Violência Doméstica e Sexual na rede de saúde de Porto Alegre, nos anos 90; a criação da Câmara Temática sobre Violência Sexual e Doméstica, junto ao Ministério da Saúde no ano de 1999; entre outros (SILVEIRA, 2006).

Ainda no campo da saúde, acrescentam-se os sistemas de dados de informação os quais possuem um enorme impacto no enfrentamento ao fenômeno da violência de gênero, justamente por possibilitar o mapeamento da atuação desse fenômeno no território brasileiro. O primeiro sistema deste tipo na saúde, foi criado e regulamentado pelo Ministério da Saúde na forma da Lei 10.778, através das fichas de notificações de violência para as mulheres atendidas nos serviços de saúde (BRASIL, 2003).

Na área da segurança pública, uma das principais propostas de serviços que teve maior expressão quanto ao fenômeno da violência contra a mulher no território brasileiro foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (BANDEIRA, 2009). Cabe acrescentar, que a proposta do SOS mulher serviu para denunciar à sociedade o quanto os atendimentos para essas mulheres nas delegacias comuns, eram inadequados à demanda que se apresentava. Em decorrência das articulações entre o Conselho Estadual de Condição Feminina (CECF), a Secretaria do Estado de Segurança Pública, o Movimento Autônomo de Mulheres e a Ordem de Advogados do Brasil foi implantada no estado de São Paulo, a primeira delegacia, em agosto de 1985 (AZEVEDO, 1985; MACHADO, 2010; PASINATO; SANTOS, 2008; SILVEIRA, 2006).

Posteriormente esse processo de criação das delegacias especializadas foi estendido a outros Estados brasileiros, mesmo que de maneira desigual. Nos dias atuais, observa-se que, apesar de existirem 359 delegacias especializadas em todo o território nacional, dessas cerca de 40% estão contidas, apenas no Estado de São Paulo e 13% em Minas Gerais (BRASIL, 2011; MACHADO, 2010). Na Bahia, por exemplo, a primeira delegacia especializada iniciou seu funcionamento em 16 de outubro de 1986 na cidade de Salvador/BA; existindo um número pequeno de

delegacias especializadas quando o contingente populacional de todo o Estado e de mulheres em situação de violência são relacionados. Até o ano de 2006 existiam apenas oito delegacias funcionando efetivamente nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Candeias e Camaçari. De acordo com Aquino (2006), no estudo que realizou analisando o funcionamento de delegacias especializadas de atendimento na Bahia, além desses municípios, estavam passando pelo processo de implantação mais sete delegacias em todo o território baiano: nas cidades de Juazeiro (2004), Alagoinhas (2006), Barreiras (2006), Jequié (2006), Paulo Afonso (2006), Porto Seguro (2006) e mais uma unidade para Salvador (2006). Atualmente, de acordo com dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres até o ano de 2009 a Bahia possuía 14 Delegacias Especializadas da Mulher (BRASIL, 2009).

No que concerne a Política de Abrigamento, de caráter sigiloso e temporário constitui como essencial entre os dispositivos disponíveis às mulheres, principalmente, nas situações consideradas limítrofes, tendo em vista que “[...] neste momento, a única alternativa possível tem sido a retirada da mulher da sua moradia, juntamente com seus filhos” (SILVEIRA, 2006, p. 66). O Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência (COMVIDA) foi uma das primeiras instituições criadas dentro dos moldes da Casa Abrigo no Estado de São Paulo em 1986, a partir de articulações entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Promoção Social (FALCÃO, 2008). O Brasil possui nos dias de hoje uma média de 72 Casas Abrigos, sendo que na Bahia, até o início do ano 2000 um dos únicos dispositivos institucionais que prestavam atendimento especializado frente ao fenômeno da violência contra a mulher era a DEAM. A primeira Casa Abrigo do Estado foi implantada em maio de 2000, a partir de articulações entre um comitê de voluntárias sociais e o governo do estado (BRASIL, 2011; FALCÃO, 2008).

Já no que referem aos Centros de Atendimentos às Mulheres, esses foram criados a partir da experiência traçada pelo SOS Mulher obedecendo a mesma lógica de atendimento: intervir processualmente no “ciclo da violência” para que a mulher consiga sair da situação de vulnerabilidade a violência (SILVEIRA, 2006). De acordo com a norma de uniformização (BRASIL, 2006), lançada em 2006, os centros representam um dos principais espaços de acolhimentos para as mulheres entre os serviços disponibilizados pelo Estado. Nas palavras de Silveira (2006):

O trabalho no centro permite à mulher recuperar a história de violência e posicionar-se em relação a ela, inclusive reconhecendo seus limites para lidar com a situação. Os centros têm, entre seus objetivos, a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, auto-estima e confiança nas próprias percepções e decisões. Um importante diferencial é que o processo de ambigüidade é acolhido e enfrentado, enquanto um plano de saída da dinâmica violenta pode ser desenhado. A aposta é no *desejo* da mulher, seja ele qual for e no tempo que for possível e necessário. A ênfase é “no processo” de superação da relação violenta, o que não necessariamente significa a separação conjugal. (p.64)

Apesar da importância dos Centros de Referências entre os principais serviços que apóiam as mulheres, por muito tempo a maioria dos investimentos governamentais acabavam sendo no eixo Delegacia – Casa Abrigo. Só a partir da metade da década de 90 que houve um maior reconhecimento por parte dessa proposta; sendo que nos dias atuais, o Brasil possui cerca de 187 Centros de Referências de Atendimento às Mulheres, sendo desses apenas 05 em todo o Estado da Bahia (BRASIL, 2009, 2011).

Direcionando as discussões para o plano governamental, um importante avanço no Brasil, foi à criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) em, 2003. Para o seu funcionamento foi lançado o plano de políticas para as mulheres, que atualmente encontra-se na sua segunda versão, do qual prevê, entre outras metas, o incentivo para diferentes serviços realizarem ações pautadas na proposta de redes de apoio no enfrentamento ao fenômeno da violência contra a mulher. Em 2007, com o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres essa proposta de atuação de redes é novamente reforçada como um dos principais caminhos para o enfrentamento do fenômeno em questão (BRASIL, 2007, 2011).

A atuação governamental, portanto, deixa de constituir apenas o apoio a serviços emergenciais e a campanhas isoladas, avançando para uma atuação mais ampla que contempla – além do apoio a serviços especializados – as seguintes ações: a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública. (BRASIL, 2011)

Acrescenta-se ainda, a importância do funcionamento da SPM para a criação de diferentes serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência. Entre os anos de 2003 até setembro de 2011, houve um visível aumento

de 161,75% na porcentagem de novos serviços criados em todo o território nacional (BRASIL, 2011).

Deste modo, evidenciando que a construção de redes de serviços para atenção à mulher em situação de violência é um desafio em várias regiões do Brasil defende-se nesse trabalho, a identificação das rotas traçadas pelas mulheres em situação de violência como um meio de fornecer informações acerca das principais redes de apoio constatadas pelas mulheres, sejam estas relacionadas aos serviços ou outros contextos sociais.

1.3 – ROTA CRÍTICA: TRILHANDO AS REDES RELACIONAIS E DE SERVIÇOS

Nos estudos de Sagot (2000; 2007) acerca da violência contra a mulher, o termo rotas vem sendo utilizado juntamente com a palavra “crítica”, gerando um conceito com valor teórico de grande influência no enfrentamento à violência de gênero. Para a autora em questão (2000; 2007) o processo de rota crítica corresponde ao conjunto de ações realizadas por mulheres em situação de violência que se inicia após a tomada de decisão pela ruptura do ciclo de violência, através da procura de apoio nas redes sociais e de serviços disponibilizados.

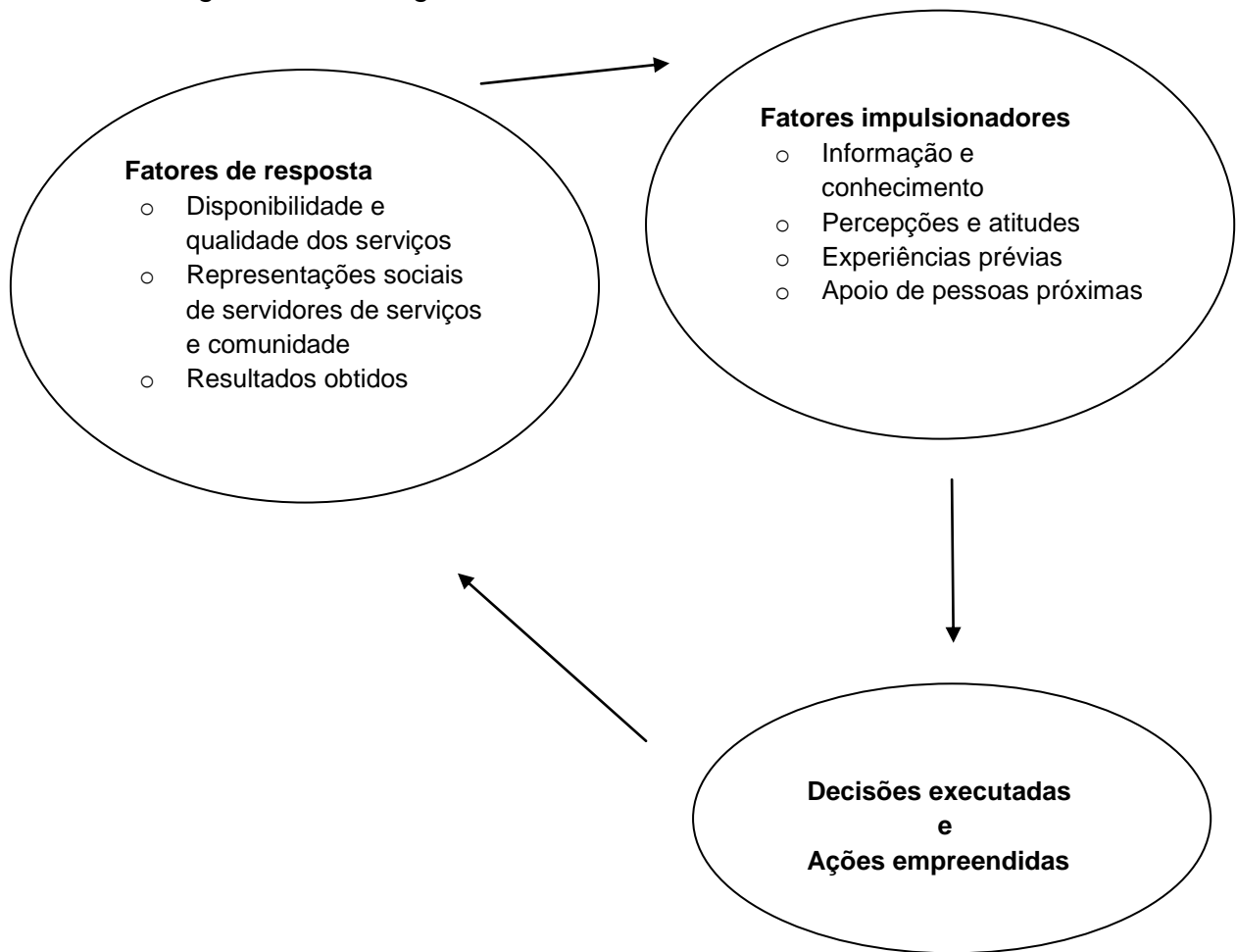
A rota crítica é iniciada quando a mulher decide procurar ajuda fora do âmbito doméstico, rompendo o silêncio e tornando público o que até então era remetido ao campo privado da relação com o companheiro. Dentre as características principais do processo de rotas críticas destaca-se o caráter complexo de não linearidade com avanços e/ou retrocessos, envoltos na apresentação do fenômeno. Nessa direção, o primeiro passo na procura por ajuda em uma instituição pode ser seguido, por exemplo, de retrocessos ou por procuras de outras vias institucionais, não obedecendo, necessariamente, a uma lógica linear e previsível na escolha dos serviços. Nas palavras de Minayo “Geralmente, as rotas femininas são sofridas e difíceis; muitas não têm volta e prenunciam a liberação, algumas têm um desfecho dramático, outras apenas enunciam um vó não cumprido, tamanho foi o preço da tentativa” (2007, p.13).

Uma mesma mulher pode percorrer diferentes rotas e itinerários antes de encontrar a solução que almeja. Nessas condições, a rota crítica acaba ocasionando diferentes situações para as mulheres, que vão desde o aumento da frequência de violência, até o cessar da relação violenta (SAGOT, 2000). Apesar de serem situações aparentemente contraditórias é nessa ambivalência de comportamentos/ações que o caminho para romper a situação de violência começa a ser traçado.

O processo de rota crítica é repetitivo, composto de elementos relacionados as percepções femininas e suas ações empreendidas, e das respostas sociais encontradas no caminho traçado, tanto no que refere ao contexto familiar quanto ao institucional. Nos elementos relacionados às mulheres Sagot (2007) destacou a importância da informação sobre os serviços que prestam atendimento às mulheres em situação de violência; as percepções e atitudes frente o fenômeno da violência contra a mulher; experiências prévias relacionadas a violência; e, o apoio de pessoas próximas. No campo das respostas institucionais, destacou-se elementos relacionados ao campo estrutural/normativo como a disponibilidade e qualidade dos serviços prestados; e elementos relacionados às representações sociais, atitudes e comportamentos dos profissionais acerca das concepções de violência.

Para melhor delineamento da relação entre esses fatores que compõe a rota crítica, Sagot (2007) desenvolveu um *Diagrama Rota Crítica*, reproduzido na figura a seguir:

Diagrama 01 – Diagrama Rota Crítica



Fonte: SAGOT, p. 27, 2007.

Os fatores que reforçam a manutenção ou esgotamento da rota crítica podem ser pensados enquanto impulsionadores e obstacularizadores: destacando-se dentre eles os de âmbitos internos (que se constituem como os processos pessoais das mulheres, tendo como exemplo emblemático os sentimentos); e os externos (relacionados às ações realizadas pelas mulheres, assim como as respostas encontradas por elas no ambiente familiar, comunitário e institucional visando a resolução do seu problema). Segundo Sagot (2000), ambos os fatores estão extremamente inter-relacionados e deveriam encontrar equilíbrio favorável para o possível rompimento com a situação de violência. Caso contrário poderá gerar “[...] exposição da usuária a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos, isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008, p.268).

A título de exemplificação, como fator interno, podem ser citados, por exemplo, o sentimento de saturação vivenciado pela mulher frente à violência. No que tange os fatores externos, pode-se elencar o aumento da periodicidade da violência, a ameaça de perda de bens materiais, a iminência da violência aos filhos, o acesso a informações sobre os serviços que garantem atendimento especializado e a proximidade de serviços qualificados (SAGOT, 2000).

As rotas críticas são geradas justamente quando os serviços não realizam o atendimento previsto e as mulheres continuam a peregrinar pelas instituições em busca de resolutividade. É nesse contexto que se coloca a extrema relação existente entre os conceitos de redes e rotas, já que a garantia de um atendimento integralizado possibilitaria uma trajetória eficiente no sentido da tentativa de romper com o ciclo da violência.

O conceito de redes enquanto objeto de estudo tem suas origens remontadas às ciências biológicas e físicas. Nas ciências sociais, o conceito foi introduzido por volta da década de 40 em diferentes campos disciplinares, como a Psicologia, Antropologia e Sociologia. Já relacionado às problemáticas sociais, o conceito de rede vem ganhando mais destaque a partir da década de 90 (GUIMARÃES, 2007).

De acordo com o paradigma ecossistêmico, mais especificamente a partir de estudos aplicados à prática sistêmica, Sluzki (1997) desenvolve o conceito de rede social incluindo “[...] todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais” (SLUZKI, 1997, p. 37). Transferindo essa conceituação para o campo dos estudos da violência de gênero destaca-se a importância das redes sociais para as mulheres em situação de violência doméstica como um dos principais suportes iniciais frente às agressões perpetradas pelo companheiro.

Diferentes autores (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2006) enfatizam que para se trabalhar o fenômeno da violência contra a mulher sob a perspectiva das “redes” pode-se pensar em duas vertentes: as redes de relações e as redes de serviços. A primeira faz referência a todos os sujeitos e organizações que estão inseridos no dia-dia das mulheres. Estas redes podem ser classificadas em primárias (redes entre sujeitos, como por exemplo, vizinhos, amigos e familiares); secundárias (as redes entre os sujeitos e as instituições governamentais e não-governamentais que podem ter ou não algum vínculo direto com a mulher); e intermediárias (representadas pelas pontes existentes entre as

redes primárias e secundárias). Já a segunda, as redes de serviços, fazem referência à relação entre os diferentes serviços e grupos da sociedade civil que se unem para dar conta do fenômeno da violência. Nessa mesma linha argumentativa, o conceito de redes na presente dissertação estará entrelaçado tanto as redes relacionais, como as redes de serviços.

Nessa direção, o trabalho em redes, pode ser pensado metaforicamente como diferentes fios que se unem, formando uma teia, em prol de um resultado mais amplo. Pensar as redes relacionais é visualizar esses diferentes vínculos como agregadores de maiores possibilidades de atuações, levando as mulheres a respostas mais efetivas frente às problemáticas vivenciadas (SCHLITHLER, 2007).

Já no que se refere às redes de serviços, Martins e Fontes (2004) ao discutirem acerca do conceito de redes, as compreendem como um “sistema complexo formado pela articulação institucional de ações envolvendo ao mesmo tempo governo, comunidades, organizações civis e instituições científicas.” p. 109). Schraiber e D’Oliveira (2006) destacam que diferentes estudos vêm sendo realizados, evidenciando que para que o Estado e a sociedade civil atinjam seus objetivos quanto à prevenção, assistência e erradicação da violência contra a mulher, tornam-se necessárias ações integradas e articuladas com diferentes serviços. Nesses moldes, a *rede de enfrentamento* a violência contra a mulher pode ser compreendida como uma atuação articulada entre diferentes eixos sociais, objetivando o desenvolvimento de ações de prevenção e políticas “que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2011, p. 13).

Para dar conta da complexidade do fenômeno da violência a rede de enfrentamento está embasada nos quatro eixos expostos pelo Plano de Políticas Públicas para as Mulheres, especificamente, combate, prevenção, assistência e garantia de direitos ao público feminino. É dentro do eixo da assistência que está contida a *rede de atendimento* às mulheres em situação de violência, sendo conceituada enquanto um conjunto de ações de diferentes setores “que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento” (BRASIL, 2011, p. 14).

Carreira e Pandjarian (2003) destacam que existem diferentes variações quanto às configurações das redes, as quais dependerão dos equipamentos sociais que o Estado dispõe. Os autores citados destacam que existem algumas instituições, governamentais ou não, que seriam consideradas imprescindíveis, no contexto da violência contra a mulher, por proporem ações que entram em contato mais direto com as mulheres. Dentre essas, eles citam: Polícia Militar; Delegacias de Polícia (especializadas ou não); Instituto médico legal (IML); Ministério Público; Defensoria Pública; Poder Judiciário; Casas abrigo; Centros de Referência; Serviços de Saúde e Conselhos Tutelares.

No que se refere a Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2011), a rede de atendimento à mulher em situação de violência é pensada a partir da divisão entre quatro setores/áreas, a saber: saúde, justiça, segurança pública e assistência social; como também, a partir de duas categorias de serviços quanto ao atendimento disponibilizado para o público feminino: os especializados e os não-especializados. Entre os serviços especializados citam-se os Centros de Referências de Atendimentos às Mulheres; Casas Abrigo; Casas de Acolhimentos Provisórios, referentes ao tempo de até 15 dias, sem possuir o caráter sigiloso; Delegacias Especializadas de Atendimentos às Mulheres; Núcleos da Mulher nas Defensórias Públicas; Promotorias Especializadas; e os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Muitas dificuldades são identificadas na atuação desses diferentes serviços, no apoio às mulheres em situação de violência doméstica, como: a falta de recursos humanos e materiais; inexistência de fluxogramas; e a própria falta de aproximação dos atores envolvidos com a metodologia de trabalho de gestão em redes. Estes fatos puderam ser evidenciados por Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007) em estudo realizado no município de São Paulo, ao investigarem a dificuldade de articulação entre os diferentes serviços que integram a rede de assistência à mulher em situação de violência, tanto no aspecto interno das instituições, quanto intersetoriais.

A perspectiva do trabalho em redes de serviços possui como características centrais: a presença de um *trabalho não hierarquizado*, prevalecendo à noção de co-responsabilidade entre todos os atores envolvidos; a necessidade de *mobilização permanente* entre os membros, provocando um protagonismo constante; a realização de *planejamentos*, com definições de metas especificadas para cada serviço e ator envolvido; e por fim é orientado por uma *equipe interdisciplinar* e pelo

conceito teórico de *integralidade da atenção* (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003; SCHLITHLER, 2007).

Levando-se em consideração tais características, supõe-se que, por meio da formação de redes é possível garantir uma atenção integral, ampliando o acesso e continuidade dos diversos serviços. A Integralidade pressupõe uma rede complexa de serviços, com abordagem e intervenção interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais, focando as diferentes dimensões do sujeito (ANDRADE; FONSECA, 2008), aqui entendido como histórico, dotado de singularidades e valores. O conceito de Integralidade é recente no Brasil e seu uso ganhou destaque a partir da luta da Reforma Sanitária, sendo considerado, atualmente, como um dos grandes desafios da saúde pública.

É nesse sentido que Ceccim (2008) afirma que a Integralidade não se constitui meramente um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), na medida em que ganhou proporções bem maiores no cuidado para com os diferentes sujeitos.

[...] a integralidade não é apenas uma diretriz do SUS definida constitucionalmente. Ela é uma 'bandeira de luta', parte de uma 'imagem objeto', um enunciado de certas características do sistema de saúde, de suas instituições e de suas práticas que são consideradas por alguns (diria eu, por nós), desejáveis. Ela tenta falar de um conjunto de valores pelos quais vale lutar, pois se relacionam a um ideal de uma sociedade mais justa e mais solidária. (MATTOS, 2001, p. 41).

Assim, a Integralidade é compreendida, neste trabalho, como um dos eixos norteadores das ações no combate a violência contra a mulher, se configura como um sistema de cuidados valorizador das múltiplas dimensões dos sujeitos, sendo, pois, compatível com a abordagem que se pretende dar ao fenômeno da violência aqui em questão. Tal abordagem parte do pressuposto de que a medida que se garantem atendimentos nas variadas demandas das mulheres (assistência à moradia; creche/escola; direito civil; trabalho; assistência à saúde, incluindo, atenção psicológica; atenção ao uso abusivo de drogas/álcool; atenção à saúde mental, dentre outras) o sucesso das rotas das mulheres entre os diferentes serviços é garantida.

Não existe uma fórmula que explicita esse saber-fazer integralizado para as mulheres que vivenciam violência de gênero. Já dizia Camargo Júnior (2005) ao discorrer acerca da (in)definição da Integralidade nas práticas de saúde "Esta é uma

construção do cotidiano, que só será possível na prática de sujeitos que cuidam de outros sujeitos, numa perspectiva ética e emancipatória” (p. 42).

2- METODOLOGIA

2.1- APROXIMAÇÃO COM UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

Para delineamento da proposta dessa dissertação adotou-se como referencial metodológico a *Abordagem Qualitativa*, que busca privilegiar os significados, interpretações, falas, crenças, valores e aspirações produzidos pelos atores sociais (DESLANDES *et al*, 1994).

Diante da multiplicidade de perspectivas e enfoques acerca da pesquisa qualitativa, foi privilegiado nesta dissertação o modelo de pesquisa qualitativa em ciência sociais defendido por Álvaro P. Pires (2010a). Para tanto, destaca-se algumas características concernentes as considerações epistemológicas desta abordagem qualitativa, a saber: a facilidade de adaptação durante o desenvolvimento da pesquisa, visto o caráter processual da construção do objeto estudado; a pretensão de trabalhar com objetos de investigações considerados complexos, como por exemplo, problemáticas sociais; a defesa da combinação de diferentes técnicas de coleta de dados; a habilidade de descrever e argumentar em variadas dimensões da vida social; a valoração das dimensões da subjetividade humana; e por fim, não menos importante, a defesa de uma interatividade na pesquisa, entre sujeitos investigados e pesquisadoras.

No caso específico dessa dissertação, que possuiu como objeto de estudo as rotas percorridas por mulheres em situação de violência, a pesquisa qualitativa tornou-se uma escolha favorável, dentre outras justificativas pela (o): *a*) complexidade do fenômeno da violência contra a mulher; *b*) o próprio contexto da construção dialética do objeto de estudo, na relação entre pesquisadora e as mulheres em situação de violência; e *c*) valoração das subjetividades destas mulheres, frente aos percalços da violência de gênero.

Torna-se importante salientar, ainda, que a escolha pela perspectiva qualitativa, não se deu de maneira casual, mas, a partir da própria demanda do objeto de investigação (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). Isso porque, analisar as rotas percorridas pela abordagem qualitativa, significa a valoração de um campo social que não é neutro, mas que está em constantes mudanças e (re)

configurações frente aos acontecimentos diários; e frente às relações entre os diferentes sujeitos sociais. Já afirmava Bourdieu (1976) “O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer” (p.122), no qual “[...] seus métodos, estratégias científicas [...] são ao mesmo tempo estratégia política” (p. 126).

O diálogo entre sujeitos investigados, pesquisadoras e campo social, que aqui se apresenta, é pensado à luz dos pressupostos das teorias feministas; justamente, pelo comprometimento político e ideológico com a temática da violência contra a mulher, que derrama por terra a busca por uma possível neutralidade científica (SARDENBERG, 2007). Neutralidade, esta, advinda da concepção clássica de ciência, que objetivava desenvolver um modelo empírico, sistemático e dominante, acerca da construção da realidade, sob o viés positivista (SANTOS, B., 2007).

Por muito tempo, os pressupostos epistemológicos da ciência positivista foram disseminados pelos campos acadêmicos e considerados como o único modo de “fazer ciência”. Materializados na figura das ciências naturais, tais pressupostos reforçavam um tipo ideal de fazer pesquisa por meio da neutralidade e objetividade científica, herdados da matematização do conhecimento. Configura-se aqui um “sujeito cognoscente” acompanhado de um ideal de universalidade advindo do liberalismo moderno, mais especificamente, pós - revolução científica do século XVI (PIRES, 2010a; SANTOS, B., 2007).

O século XIX é marcado pelo nascimento das ciências sociais, a partir de duas visões divergentes, a primeira defendia uma ciência social nos mesmos pressupostos filosóficos das ciências naturais; e uma segunda, acreditava na necessidade de construir uma nova racionalidade científica. Esta última, por sua vez, acabou ganhando maior impulso, dada a crise do paradigma dominante positivista que esteve fundamentada pelas próprias fragilidades dos seus pilares epistêmicos (PIRES, 2010a).

A partir desse movimento de criação e sistematização das ciências sociais, e conseqüente crise do paradigma dominante, algumas descobertas foram sendo traçadas, dentre elas, destaca-se a influência da ideologia sexista e machista sobre as racionalidades científicas. Foram, justamente, as teóricas feministas que iniciaram esse debate precursor contra o tipo ideal de ciência tradicional, pautada pelo viés androcêntrico. O que instigou um novo olhar sob esse modo de fazer ciência, que

acabava por excluir, nas palavras de Sardenberg (2007), a possibilidade de um projeto emancipatório.

Nesses termos, a pesquisadora que se propõe feminista, defende nessa dissertação uma ciência com posicionamento interessado, comprometido e politizado (LOURO, 1997); resultando numa nova maneira de pensar as relações entre a pesquisadora, sociedade e o seu objeto de estudo.

A pretensão de elaborar uma nova definição de ciência a partir do contexto do movimento de mulheres, isto é, de uma ciência feminista, conduz necessariamente a uma nova definição de sociedade na sua totalidade, a uma nova definição da relação entre a espécie humana e a natureza, entre mulheres e homens. (MIES, 1998, p.71, tradução nossa)¹⁸

O desafio apresentado nessa presente investigação foi o de defender e tentar esboçar uma ação politizada e comprometida com o processo da busca de cuidado vivenciado por mulheres em situação de violência, praticada por seus companheiros e/ou ex-companheiros. Tal comprometimento se deu desde a escolha pela investigação das rotas percorridas, como também, pelo contexto de inserir a pesquisa no município pólo Juazeiro/BA.

2.2- JUAZEIRO/BA UM CENÁRIO DE ESTUDO

O município de Juazeiro/BA, cidade foco da presente investigação, se caracteriza como um dos principais municípios da região do sub-médio São Francisco, com aproximadamente 197.965 habitantes, sendo 51% de população feminina (IBGE, 2010). Juntamente com o município vizinho Petrolina/PE e outras cidades de pequeno porte (Lagoa Grande/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, Casa Nova/BA), formam um dos maiores pólos de exportação de fruticultura irrigada do país, com o cultivo e colheita de frutas, como manga e uva.

¹⁸ “La pretensión de elaborar una nueva definición de la ciencia a partir del contexto del movimiento de las mujeres, es decir, de una ciencia feminista, conduce necesariamente a una nueva definición de la sociedad en su totalidad, a una nueva definición de la relación entre la especie humana y la naturaleza, entre mujeres y hombres” (MIES, 1998, p.71).

Dentre os serviços do município que disponibilizam atendimento à população feminina que sofreu violência perpetrada por companheiro, destaca-se a utilização do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) e da Delegacia Especializada de atendimento à Mulher (DEAM) como campo para a coleta de dados da presente investigação; sendo possível ter acesso às mulheres em situação de violência e consequentemente as rotas percorridas.

A escolha por esses dois serviços não foi eventual, o recorte foi realizado a partir da realidade local, como também, por meio dos parâmetros expostos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esta política foi criada, no país, desde o surgimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, e prevê que no atendimento integralizado em casos de violência contra a mulher, os municípios devem constar de serviços com diferentes especialidades, englobando a esfera da segurança pública, social, psicológica, jurídica e da saúde (BRASIL, 2008b). Deste modo, os dois serviços alocados no município de Juazeiro/BA davam conta de especificidades previstas pela política nacional.

Cabe acrescentar que a princípio, o projeto original previa a entrada da pesquisadora em um terceiro serviço, o Centro de DST/Aids, instituição que possui incentivos à política de apoio à saúde sexual e reprodutiva à população. No entanto, após o contato com o local, durante o período de coleta de dados, nenhuma mulher com demanda de violência doméstica chegou ao serviço no período investigado.

O CIAM, desde a sua criação em setembro de 2005, possui instalações próprias situadas no bairro Santa Maria Goreth, na Avenida Luiz Inácio Lula da Silva, próximo ao centro comercial da cidade. Foi inaugurado na articulação entre governo Federal, Estadual e Municipal, as duas primeiras financiaram a construção do espaço e a aquisição de equipamentos, já o município arcou com as despesas para manutenção dos recursos necessários ao funcionamento da instituição (recursos humanos e materiais). O serviço possui como principal missão institucional o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e articulação frente ao fenômeno da violência contra a mulher. Para isso, oferece assistências jurídica, psicológica e social às mulheres, proporcionando o acesso aos serviços de diferentes campos e perspectivas disciplinares, a saber: saúde, justiça, educação, habitação, assistência social, trabalho, renda e segurança pública, como previsto na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à

Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006). A manutenção de tais ações, compreendidas de forma articulada e integralizada, possibilitam o processo de empoderamento dessas mulheres frente a problemática da violência.

O fluxo dos atendimentos prestados pelo CIAM é iniciado com o procedimento de triagem, para que seja possível uma primeira aproximação com as demandas trazidas pelas usuárias, a partir daí, os direcionamentos são realizados. As atividades são oferecidas para mulheres maiores de 18 anos, já na faixa etária inferior aos 18 o município disponibiliza o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Programa SENTINELA o qual é responsável por prestar atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco e vítimas de violência sexual.

No período em que a coleta de dados foi realizada, o CIAM funcionava nos horários de 08:00 às 18:00 horas de segunda a sexta, não fechando o prédio de 12:00 às 14:00 horas por sempre ficar algum profissional no serviço. O espaço físico/estrutural era bem amplo e dividido entre sala de espera; três salas para atendimento individual, um auditório, uma cozinha e três banheiros. Contava com uma equipe de profissionais sendo 01 Gerente Social que trabalhava no elo entre o serviço e a Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Social (SEDIS), 01 Coordenadora, 01 Advogada, 01 Secretaria Administrativa, 01 Psicóloga¹⁹, 01 Atendente de telefone, 01 Assistente Social, 02 Auxiliares de Serviços Gerais que revezavam entre os turnos da manhã e tarde e 02 Seguranças entre os turnos matutino/vespertino e noturno. Com exceção dos profissionais de segurança, toda a equipe era formada por mulheres.

Já a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do município de Juazeiro/BA passou a funcionar a partir do ano de 1996, no mesmo terreno do Complexo Policial Civil, em um módulo a parte. No entanto, em 2004 a instituição foi fechada pelo governo estadual, alegando que o serviço não existia em termos legais e não poderia continuar funcionando nesses moldes. Essa situação foi publicizada por Aquino (2006) na sua tese de doutorado *Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista*. De acordo com esta autora, foi durante a I

¹⁹ A profissional de Psicologia que trabalhava no CIAM, durante o período de coleta de dados, ficou no serviço entre os meses de julho e setembro.

Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, em 2004, que representantes do movimento feminista e de mulheres da região de Juazeiro/BA denunciaram o fechamento da delegacia especializada no município. Para além dos motivos alegados pelo Governo Federal, Aquino (2006) observou nos discursos de seus/suas entrevistados/as uma variedade de elementos que estariam envolvidos nesse processo, como a desqualificação dos profissionais em exercer as funções previstas pela delegacia especializada e a falta de articulação entre as instâncias administrativas.

Apesar dos transtornos vivenciados pelo município, principalmente para a população feminina entendida como a principal prejudicada, a lei para criação da DEAM foi publicada em 2004, Lei nº 9.277, de 07 de outubro. Nele o governador do Estado sancionou no art. 3º a criação de quatro Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, sendo uma delas no município de Juazeiro/BA.

Nesses moldes a DEAM foi reativada no mesmo endereço que atuava antes de ser fechada, situada no terreno do Complexo Policial Civil na B.R. 407, Rodovia Lomanto Júnior, afastada do centro comercial da cidade. No dia 22 de Novembro em 2006, foi inaugurada em um novo endereço, passando a funcionar em uma casa alugada no bairro Santa Maria Goreth, bem próxima ao CIAM, estando nesse endereço entre os anos de 2006 até maio de 2011. Nesse intervalo, o prédio passou por várias modificações, como por exemplo, a criação de um espaço lúdico para as crianças que acompanhavam suas mães ao serviço. Se por um lado a instituição se afastava da localidade onde era realizado o exame de corpo e delito, no Departamento de Polícia Técnica também situado no Complexo Policial Civil; por outro, a delegacia ficava mais próxima de profissionais do CIAM, nas áreas da psicologia, do direito e da assistência social. Sobre isso, Saffioti (1999) alerta para a importância de um primeiro acolhimento por parte da mulher que vivencia violência doméstica ser realizado por um profissional de assistência social e da psicologia. Profissionais estes, que tivessem conhecimento dos dispositivos institucionais que são disponibilizados pelos seus municípios para que fosse possível uma escuta mais atenta e direcionamentos mais precisos.

No fim do mês maio de 2011, a delegacia especializada mudou novamente de endereço onde está atualmente, coincidentemente pouco mais de um mês antes da coleta de dados ser iniciada. Um dos motivos da mudança seria a degradação do prédio antigo que chegou, inclusive, a desabar o forro da cozinha. Situada agora no

bairro Santo Antônio, também em uma casa alugada. Apesar de afastada geograficamente do CIAM, o novo ambiente possui uma ampla estrutura de espaço físico, fornecendo melhores condições para acolhimento da população.

Na época em que a coleta de dados foi realizada a delegacia possuía uma equipe de profissionais composta por 02 Delegadas de Polícia, 06 Agentes de Polícia, 04 Escrivãs/ão, 01 Secretário Administrativo, 02 Recepcionistas, 02 Auxiliares de Serviços Gerais. A DEAM funcionava entre 08:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta. Fora desses horários, quando as mulheres necessitavam de atendimento especializado precisavam se direcionar para o Complexo Policial Civil, o qual funciona 24 horas, com regime de plantões aos fins de semana e noite. O prédio da DEAM possui uma ampla sala de espera com um espaço lúdico para crianças (mesa, cadeira, materiais para desenho, brinquedos); uma sala para realização de Boletins de Ocorrências (BO), onde as mulheres são escutadas para a formalização da denúncia; duas salas, uma para cada delegada titular; duas salas divididas entre agentes e escrivãs/ão; três banheiros; uma área no fundo coberta, onde possuía uma mesa e cadeiras; um quarto onde são guardados arquivos; e um dormitório em construção.

É nesse contexto que se inseriu a problemática dessa pesquisa: Juazeiro/BA, um município de médio-porte, onde aos poucos, às mulheres estão ganhando visibilidade no cenário das políticas públicas do município, em especial no que tange à violência contra a mulher.

2.3 – O TRABALHO DE CAMPO: PROCESSO DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para desenvolver esta pesquisa foram considerados como sujeitos de estudo, as mulheres que vivenciaram episódios de violência doméstica perpetrada pelo companheiro e/ou ex-companheiro. Essa escolha justifica-se, pelo caráter vivencial e subjetivo demandado ao fenômeno da violência contra a mulher, colocando as próprias mulheres enquanto produtoras de sentido acerca de sua experiência de enfrentamento à violência.

Foram delimitados quatro critérios de seleção para especificar a participação dessas mulheres. Um primeiro quanto ao contato com os serviços, considerando como foco desse estudo mulheres que já procuraram alguma ajuda institucional (governamental e/ou não-governamental) pelo menos uma vez. Principalmente, para que tenha sido garantido a existência de um histórico frente a rota percorrida entre os serviços. Como segundo critério, os locais de moradia das entrevistadas, considerando-se mulheres provenientes do município de Juazeiro/BA e regiões vizinhas que necessitaram dos dispositivos institucionais de Juazeiro/BA por não possuírem nos seus respectivos municípios.

O terceiro critério foi o estado civil, considerando-se disponíveis a participar do estudo as mulheres que possuíam uma relação caracterizada, no mínimo, como união consensual estável com o companheiro e/ou ex-companheiro. Foi considerado como união estável, a convivência do casal exercida de maneira contínua e pública, caracterizando-se nos mesmos moldes de um casamento civil, de acordo com o código civil, expressos entre os artigos 1.723 e 1.727 (BRASIL, 2002). Cabe salientar que esse contínuo, não se refere a um tempo específico de convivência, visto que, atualmente, o código civil não caracteriza mais a união estável por meio dos anos de convivências.

O fator geracional foi elencado como o quarto critério, considerando como aptas a participar da pesquisa mulheres jovens e adultas, entre 18 e 59 anos. Ratifica-se que não existem consensos na literatura que enfoquem a discussão referente a geração/idade, quanto a delimitação desse período intervalar, o que indica o caráter arbitrário aqui definido (CAMARANO, 2004).

O projeto original previa a delimitação do critério geracional na faixa etária entre 20 e 29 anos, considerando estudos realizados no Brasil (GARCIA, 2007; IZUMINO, 1998; SCHRAIBER, *et al*, 2002; SILVA, 2003) que apontam maior incidência desta faixa etária, nos últimos anos, da violência perpetrada por companheiros, principalmente em casos de agressões físicas. No entanto, o contato com o contexto do município de Juazeiro/BA, mas especificamente nas primeiras semanas do período da coleta de dados, sentiu-se dificuldade em contatar mulheres nessa faixa etária e que já estivessem entrado em contato com alguma instituição, anteriormente, por conta da situação de violência vivenciada. Diante dessa dificuldade, decidiu-se ampliar a faixa etária como estratégia para viabilidade da pesquisa.

Para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, aplicadas sempre na mesma ordem. A primeira técnica, a entrevista estruturada, é compreendida nas palavras de Minayo (2000) parafraseando Honningmann como uma “[...] sondagem de opinião, elaborada mediante questionário totalmente estruturado, onde a escolha do informante está condicionada pela multiplicidade de respostas apresentadas pelo entrevistador” (p.108). Desta maneira, esta técnica foi utilizada na busca por informações quanto ao perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas e de seus respectivos parceiros. O questionário possuía um total de 22 questões, na sua grande maioria, compostas por alternativas de múltiplas escolhas (Apêndice A).

No que tange a segunda técnica de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, compreendida como um procedimento marcadamente qualitativo, que permite detalhar questões junto ao objeto estudado. Comporta, assim, o desenvolvimento de uma “conversa informal”, entre os sujeitos entrevistados e a investigadora, possibilitando uma maior flexibilidade por parte da pesquisadora em questionar os sujeitos envolvidos, e conseqüentemente, dos atores em expor seus sentidos e significados acerca da temática vigente (MINAYO, 2000; POUPART, 2010). Nas palavras de Rocha- Coutinho (2006):

A narrativa oral [...] se apresenta como uma das melhores formas de se fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas porque permite ao pesquisador explorar não apenas fatos e atividades como também sentimentos, isto é, a experiência emocional de seus informantes. (p.67).

Destaca-se, ainda que, antes da coleta de dados, foi realizada a validação dos instrumentos, no mês de junho com a aplicação em três mulheres que vivenciaram violência doméstica, visando observar a eficiência e eficácia dos instrumentos em apreender as informações desejadas. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). A validação não foi realizada no município de Juazeiro/BA, mas em Salvador/BA devido ser a cidade sede do mestrado e a pesquisadora na época estar desenvolvendo atividades obrigatórias no programa de pós-graduação. Apesar de serem cidades diferenciadas quanto a disponibilidade de serviços na linha de cuidado às mulheres em situação de violência, tal fato não impossibilitou que fosse possível validar a instrumentação proposta. Assim, para que fosse plausível realizar o processo de validação entrou-se em contato com o Centro de Referência Loreta

Valadares (CRLV), instituição responsável no município por atendimento integralizado entre os diferentes campos disciplinares (assistência social, jurídica, psicológica), por meio das profissionais da instituição foi possível o contato com as entrevistadas. Salienta-se ainda, que as entrevistadas tiveram acesso a total transparência no processo, sendo informadas que as entrevistas estavam sendo utilizadas para o processo de validação dos instrumentos de pesquisa, a qual seria desenvolvida no município de Juazeiro/BA.

O roteiro de entrevista semi-estruturada foi composto com três questões norteadoras: uma sobre a relação com o companheiro e a *vivência da violência* sofrida; a segunda sobre a *rede institucional* procurada, ou seja, os caminhos dessas mulheres até chegarem nos serviços citados, qual o primeiro serviço contactado, o tempo que levou para procurar a instituição após o evento da violência, a periodicidade pela qual necessitou dos serviços e em que circunstâncias, a qualidade e forma do atendimento prestado, a resolutividade da assistência oferecida frente ao problema vivenciado, como também os possíveis encaminhamentos realizados; por fim, uma última questão sobre as *redes relacionais*, focando a rede de apoio que estava diretamente vinculada aos roteiros traçados pelas mulheres durante o percurso na rota, sejam estes relacionadas a pessoas com algum tipo de parentesco, ou não (Apêndice B).

A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho a outubro de 2011. Foi empregado o princípio da saturação empírica, quanto à quantidade de entrevistas a serem realizadas, perfazendo um total de 23. O critério de saturação foi compreendido como “[...] o fenômeno pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientes novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico” (PIRES, 2010b, p. 198), logo, quando a informação se tornar repetitiva, conseqüentemente, ela estará saturada e a coleta de material poderá ser cessada. Observou-se que os discursos das entrevistadas começaram a ser coincidentes quanto aos serviços constatados na busca de uma rede de cuidados, sendo o material de análise obtido suficiente para dar sustentação aos objetivos propostos. A saturação não necessariamente compreende o esgotamento da realidade investigada, pois seria uma incongruência diante dos pressupostos epistemológicos utilizados nessa dissertação.

A pesquisa atendeu às exigências éticas do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96 de pesquisa com seres humanos, sendo solicitado aos serviços contatados, na busca pelas mulheres a anuência para a coleta dos dados. No caso da DEAM, a liberação para a entrada da pesquisadora na instituição foi realizada por uma delegada. No CIAM a liberação foi concedida pela Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Social (SEDIS). Todas as entrevistadas, após concordarem com a pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual declaravam estarem cientes dos objetivos e delineamentos da pesquisa, como também autorizaram a gravação das entrevistas, as quais foram realizadas através de um gravador digital (Apêndice C). Foi garantido a todas o sigilo das informações coletadas, sendo veiculadas apenas em atividades, produções acadêmicas e no escopo dessa dissertação com a utilização de nomes fictícios.

No que tange ao campo de pesquisa, os profissionais da DEAM e CIAM foram considerados colaboradores diretos, por terem a função de direcionarem para a pesquisadora as mulheres que se enquadravam dentro dos critérios já estabelecidos. Os mesmos procedimentos foram adotados na DEAM e no CIAM com relação à abordagem às mulheres na tentativa de entrevistá-las. No primeiro mês de coleta, a investigadora ficava na sala de espera observando os fluxos de usuárias nas instituições, no aguardo de possíveis encaminhamentos por parte dos profissionais dos serviços. Ao chegar nos serviços, os profissionais eram visitados para relembrar a necessidade de possíveis encaminhamentos para a pesquisa, quando aparecesse algum caso dentro do perfil solicitado. Para reforçar tais encaminhamentos, também eram entregues, em folha digitada, os critérios para participação das mulheres na pesquisa. No entanto, mais precisamente no contexto da DEAM, nem sempre as usuárias que chegavam na instituição eram encaminhadas pelos profissionais para a pesquisadora, mesmo que tivessem dentro dos critérios estabelecidos. Assim, para que fosse possível ampliar o lócus de acesso as possíveis entrevistadas a pesquisadora continuou requerendo aos profissionais possíveis encaminhamentos, mas também passou a interagir com as mulheres na sala de espera, apresentando a pesquisa e solicitando a participação das mesmas no processo, quando era o caso. Já no CIAM, a pesquisadora não teve problemas com a estratégia de encaminhamentos por parte dos profissionais, mas

também adotou o contato da sala de espera como estratégia para a coleta mais autônoma da pesquisadora frente a busca das informantes-chaves.

Após o contato com as mulheres, todas eram convidadas a realizar a entrevista. Com exceção de uma única mulher em que foi necessário dividir o procedimento de entrevista em dois momentos, com horários, datas e locais diferenciados (um primeiro dia na DEAM, e um segundo no CIAM) todas as outras foram entrevistadas logo após o contato inicial.

O momento da coleta de dados foi dividido em três fases, a leitura do TCLE, em seguida a aplicação da entrevista estruturada acerca da situação sócio-econômica e demográfica e posteriormente a aplicação do roteiro de entrevista semi-estruturada. O tempo de duração das entrevistas variou desde 30 minutos, até 90 minutos, dependendo da história de violência e de apoio relatada por parte das entrevistadas. O local de realização das entrevistas dentro das instituições mostrou-se um fator de influência no processo de coleta. No caso da DEAM, não existia um local específico para a realização das entrevistas, com exceção de uma única entrevista realizada na sala da agente de polícia, geralmente a pesquisadora utilizava a área externa nos “fundos” do serviço, onde possuía mesa e cadeiras. Como era um ambiente aberto, foi inevitável que em alguns momentos, durante as entrevistas, houvesse a presença de alguém passando por perto, ou até mesmo pessoas interferindo nas entrevistas. As interrupções das entrevistas, não ocorreram tão frequentemente, mas quando aconteciam eram realizadas com mais periodicidade pelos/as próprias/as profissionais do serviço que precisavam de algumas informações das entrevistadas. Já no CIAM, as entrevistas eram realizadas nas salas onde os profissionais atendiam, com exceção de duas entrevistas que também ocorreram em alguns momentos no auditório e cozinha. No CIAM também houve momentos de interrupção, os quais a pesquisadora, juntamente com a entrevistada, precisou mudar de sala devido a chegada de algum profissional que necessitava do espaço. Esta não foi uma problemática vivenciada unicamente no contexto da presente pesquisa, pelo contrário, alguns estudos (PASINATO, 2010; SANTOS, C., 2007) denunciam tais dificuldades e problematizam a garantia da privacidade das mulheres durante o procedimento de coleta de dados.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 1994), visando descobrir os núcleos de sentido presentes nos discursos das mulheres envolvidas. Esta técnica de análise de dados visa a descrição do

conteúdo das mensagens e se constitui em etapas, uma primeira a pré-análise, com sistemáticas re-leituras dos dados, considerando as questões-problemas e objetivos do estudo; segunda, quanto ao agrupamento dos dados, a partir de construções de categorias temáticas que emergiam dos discursos; a terceira representada pela exploração do material por meio de leituras exaustivas; por fim, a construção dos núcleos de sentidos que constituem o desmembramento do texto em unidades. Tais núcleos resultaram em três categorias de análises²⁰ (vivência de violência; rede relacional de apoio; e respostas institucionais) interpretadas de acordo com as considerações teórico-metodológicas que nortearam a investigação.

²⁰ Tais categorias de análise representam os principais elementos que envolvem um processo de análise de uma rota crítica.

3 – PROCESSO DE ROTA CRÍTICA: VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA, REDE RELACIONAL DE APOIO, RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

3.1 – PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Das 23 entrevistadas, 16 são naturais do Estado da Bahia, sendo 12 de Juazeiro/BA, quatro das cidades de Casa Nova, Sento Sé, e Caim. Três são naturais do Estado de Pernambuco (Petrolina, Cabrobó, Bodocó), três do Ceará (Porteira, Milagres) e uma de Porto Primavera no estado de São Paulo.

Com exceção de uma que reside em Casa Nova/BA, todas as outras 22 moram na cidade de Juazeiro/BA, sendo 19 na zona urbana e 3 na zona rural (Salitre, Carnaíba do Sertão e Projeto Mandacaru). No período de coleta de dados foi possível observar que o atendimento às mulheres que moram em municípios circunvizinhos é uma prática das instituições contatadas, principalmente se a mulher possui familiar na cidade. A ausência de alguns serviços especializados que prestam assistência às mulheres nessas cidades, a exemplo da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), soma-se a mais uma possível justificativa para a realização de atendimentos com mulheres moradoras de outras regiões próximas a Juazeiro/BA.

Para as entrevistadas que residem no município de Juazeiro/BA, a grande maioria mora em bairros periféricos, afastados dos dispositivos institucionais que funcionam enquanto apoiadores frente à situação de violência, constituindo-se em dificuldade adicional quando decidem procurar por algum atendimento especializado. Essa dificuldade pôde ser visualizada nos discursos tanto na disponibilidade de recurso financeiro para ter acesso aos serviços, como na falta de tempo para recorrer a essas instituições, tendo em vista a rotina de trabalho doméstico e extra - lar da maioria das entrevistadas. Cabe acrescentar que a distância da moradia até os serviços especializados não é uma realidade exclusiva das mulheres que necessitam da rede de atendimento da cidade de Juazeiro/BA, pelo contrário, sobre esse respeito Oliveira (2005) também encontrou resultados

similares em um estudo realizado na DEAM da cidade de Salvador/BA no ano de 2003.

Quanto à idade das entrevistadas, identificou - se uma maior concentração de mulheres na faixa etária de 21 a 30 anos, com 12 entrevistadas, seguida da faixa etária entre 31 a 40 anos, com 7 mulheres. Já nos intervalos entre 41 a 50 anos e 51 a 55 anos a frequência de mulheres que participaram da presente pesquisa foram 4. Tais dados foram corroborados pela pesquisa de Silva (2003) no estudo realizado em um hospital de urgência e emergência de Salvador/BA. Para esta autora, o intervalo entre 20 e 30 anos é o de maior prevalência de mulheres com histórico de violência doméstica, apesar de ser importante especificar pequenas variações existentes entre um estudo e outro. Saffioti (1994a, 1994b) destacou não ser surpreendente a ocorrência de que as mulheres entre 18 e 29 anos seriam as mais frequentes a sofrer episódios de violência doméstica, já que nessa idade, a probabilidade de estarem casadas é bem maior do que as mulheres que possuem, por exemplo, idade superior a 50 anos. Acima dos 50 anos, existe uma grande possibilidade dessas mulheres estarem viúvas e não mais convivendo da companhia de um companheiro/agressor.

Tabela 01- Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a faixa etária (Juazeiro/BA, 2011)

Faixa Etária	Frequência	Percentual %
De 21 a 25	4	17,4
De 26 a 30	8	34,8
De 31 a 35	4	17,4
De 36 a 40	3	13,0
De 41 a 45	1	4,3
De 46 a 50	2	8,7
De 51 a 55	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

O perfil etário do presente estudo coincidiu com o perfil das usuárias atendidas pelo CIAM no primeiro semestre de 2011²¹.

No que refere a raça/cor, 20 mulheres se auto declararam pardas e pretas. O que nos leva a observar que houve um recorte de raça/etnia bastante significativo, quando considerado o número total de 23 entrevistadas. Cabe acrescentar que talvez não existam surpresas para tal resultado, tendo em vista que no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), divulgado em 2010, a Bahia foi considerada o Estado com a maior população negra do país chegando a mais de 75% de todo o contingente. Porcentagem essa obtida a partir da somatória entre a margem populacional que se auto declararam “preta” e “parda”. Em Juazeiro/BA a realidade populacional é bem semelhante ao contexto do Estado baiano como um todo (IBGE, 2010), já que de acordo com o censo 2010, aproximadamente 73% da amostra populacional Juazeirense se auto denominaram “pardos” (61,3%) e “pretos” (11,7%).

Tabela 02 – Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a raça/cor (Juazeiro/BA, 2011)

Raça/Cor	Freqüência	Percentual %
Branca	1	4,3
Preta	5	21,7
Amarela	2	8,7
Parda	15	65,2
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

A maioria das mulheres são católicas (10) e evangélicas²² (8). Apenas uma mulher relatou ser adepta da religião espírita e quatro não possuem religião determinada. No que refere à escolaridade, 13 entrevistadas possuem o nível médio, sendo que 7 conseguiram concluir essa etapa dos estudos. Apenas duas mulheres não freqüentaram instituições escolares e outras duas sabiam assinar unicamente o seu nome.

²¹ Tal informação foi retirada do relatório de atividades do CIAM, disponibilizado pela coordenação da instituição, ao analisarem o perfil das mulheres que contataram o serviço em busca de atendimento (CIAM, 2011).

²² O termo “evangélica” é compreendido na presente investigação como referente a todas as religiões protestantes, para que fosse possível realizar uma homogeneidade nos dados aqui expostos.

Quando comparado ao perfil de escolaridade dos agressores²³, observa-se que as mulheres estão em vantagem neste item. Mais da metade das entrevistadas conseguiram chegar ao ensino médio mesmo diante das adversidades enfrentadas, tanto no que se menciona as vivências de violência, como referentes as dificuldades financeiras. Somada a essa informação, acrescenta-se que dentre as entrevistadas que não conseguiram concluir os estudos, os principais problemas apontados pelas participantes estiveram relacionados à necessidade de trabalhar para o sustento do lar, principalmente por conta da criação dos filhos/as e gravidez; como também, devido o ciúmes e possessividade do companheiro/agressor.

Tabela 03 – Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Escolaridade (Juazeiro/BA, 2011)

Escolaridade	Frequência	Percentual %
Alfabetizado	2	8,7
Até o 5 ano	1	4,3
Ensino fundamental incompleto	3	13,0
Ensino fundamental completo	2	8,7
Ensino médio incompleto	6	26,1
Ensino médio completo	7	30,4
Não frequentou escola	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Estes dados se diferenciam das pesquisas de Santos C. (2007); SILVA (2003), realizadas no contexto baiano, as quais identificaram o ensino fundamental como o maior grau de instrução dessas mulheres em situação de violência doméstica. Cabe acrescentar, que o universo das 23 participantes da presente pesquisa não nos permite pensar em um perfil generalizado às mulheres que procuram atendimento nos serviços do município de Juazeiro/BA, mas nos permite

²³ Para uma análise mais apurada, segue no Apêndice D o perfil dos companheiros/agressores descritos pelas próprias mulheres durante a aplicação do questionário.

problematizar e inferir que esse perfil educacional vem se modificando ao longo dos últimos anos, possibilitando uma ampliação do nível educacional dessas mulheres.

As principais ocupações das entrevistadas estiveram relacionadas ao ambiente doméstico, sejam estas diaristas, trabalhadoras domésticas e aquelas dependentes economicamente de seus companheiros (responsáveis pelos cuidados com o próprio lar). Identificou-se o envolvimento de algumas entrevistadas, com algumas ocupações rurais do município de Juazeiro/BA, principalmente na colheita de frutas (uva e manga).

Tabela 04 – Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Ocupação (Juazeiro/BA, 2011)

Ocupação	Frequência	Percentual %
Do lar	4	17,4
Telefonista	1	4,3
Trabalhadora Rural	3	13,0
Cabeleireira	2	8,7
Doméstica	4	17,4
Diarista	1	4,3
Vendas	1	4,3
Recepcionista	1	4,3
Desempregada	3	13,0
Auxiliar de Dentista	1	4,3
Autônoma	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

A maioria das entrevistadas relatou possuir uma renda pessoal consideravelmente inferior a dos seus companheiros/agressores. Mas, mesmo ganhando entre meio e um salário mínimo, as mulheres se colocaram como as principais figuras responsáveis pela renda familiar. Boa parte dos companheiros/agressores acabavam utilizando sua renda pessoal para o uso de bebidas e drogas. Apenas cinco mulheres relataram ser os homens os responsáveis pelo sustento do lar, o que nos leva a refletir no crescente aumento das mulheres enquanto chefes de família dos lares brasileiros.

Tabela 05 – Distribuição de mulheres entrevistadas segundo a Renda Pessoal (Juazeiro/BA, 2011)

Renda Pessoal	Frequência	Percentual %
Até meio salário mínimo	6	26,1
Entre meio e um salário	9	39,1
Entre um e dois salários	4	17,4
Sem renda	4	17,4
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 06 – Distribuição de mulheres entrevistadas segundo o/a Principal responsável pelo sustento familiar (Juazeiro/BA, 2011)

Principal responsável pelo sustento familiar	Frequência	Percentual %
A própria mulher	11	47,8
O companheiro	5	21,7
O casal	4	17,4
Genitores da vítima (pai e mãe)	3	13,0
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Sobre o estado civil, 8 mulheres relataram serem casadas com o companheiro/agressor, 8 possuem união consensual estável e 7 mulheres afirmaram ser solteiras. Todas as mulheres solteiras tiveram um relacionamento estável com o companheiro/agressor. Vinte e duas mulheres tiveram de 1 a 3 filhos/as com os seus respectivos companheiros, sendo que 6 mulheres também afirmaram possuir outros filhos/as de relacionamentos anteriores.

Menciona-se que o tempo de convivência com o companheiro foi variado entre as entrevistadas, encontrando de 3 meses a 39 anos. Já quanto ao tempo de vivência da violência, variaram entre 3 e 22 anos. Acrescenta-se que para algumas entrevistadas o tempo de vivência de violência foi superior ao período de convivência com o parceiro, considerando que a agressão continuou a ocorrer

mesmo com o encerramento do ciclo de convivência do casal. A grande maioria das mulheres que relataram terem sido agredidas por ex- companheiros, romperam o ciclo de convivência do casal há certo tempo. Sendo importante salutar que a violência decorreu inclusive, da não aceitação do fim do relacionamento.

Identifica-se portanto a partir deste perfil com as variáveis moradia, raça/etnia, idade, escolaridade, religião, ocupação e renda que o fenômeno da violência contra a mulher atingiu de forma indiscriminada as mulheres entrevistadas. Deve-se ter cuidado nas discussões acerca da relação entre pobreza e violência, por se correr o risco de cair em uma estigmatização das famílias com poucos recursos econômicos (NARVAZ; KOLLER, 2006). Principalmente por se correr o risco de generalizar e naturalizar o perfil das mulheres que procuram os serviços no apoio a situação de violência, já que na sua grande maioria estão situadas em classes econômicas mais populares. De acordo com Saffioti (1994a) esses perfis são sub-representados, por considerar que as mulheres em classes econômicas mais favoráveis dispõem de outros recursos políticos e econômicos para reagir às situações de violência vigentes. Muitas vezes tais mulheres, procuram serviços na rede privada, a exemplo de hospitais particulares e consultórios clínicos particulares, acabando por ocultar o fenômeno da violência aos olhos dos serviços públicos especializados.

3.2 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Apresenta-se a seguir algumas características das mulheres constituídas a partir das entrevistas. Os nomes utilizados são fictícios e aleatórios para manter o anonimato.

Juliana – 30 anos, natural de Petrolina/PE, auto declarada amarela, evangélica, cursou até o 2º grau incompleto, sem nenhuma ocupação, com uma renda familiar avaliada entre meio e um salário mínimo. Convive com o companheiro há 10 anos, possuindo duas filhas desse relacionamento (8 e 6 anos) e um filho de uma relação anterior (11 anos) . Os conflitos relacionados a violência iniciaram quando Juliana engravidou da primeira filha do casal, tendo vivenciado, nesses últimos 10 anos, diferentes tipificações de violência (psicológica, moral, patrimonial,

física). O intervalo entre o início dos episódios de violência e da procura por apoio institucional, não foi imediato, sendo realizado pela primeira vez no ano de 2006.

Mariana – 23 anos, natural de Juazeiro/BA, se auto refere negra, evangélica, cursou até o 2º grau completo, telefonista, com uma renda familiar entre dois e três salários mínimos. Conviveu durante três anos com o então companheiro, possuindo um filho de dois anos da relação. A violência sofrida por parte do parceiro (física, psicológica, moral) iniciou com o convívio, principalmente por conta do ciúme possesso que o companheiro sentia para com ela. A procura de apoio institucional só veio a ocorrer recentemente, em 2011.

Ana – 49 anos, natural de Sento Sé/BA, auto declarada parda, católica, alfabetizada, trabalhadora rural, com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo. Durante 10 anos conviveu com o então companheiro, dessa relação, o casal teve um filho que atualmente possui 12 anos, sendo que Ana possui sete filhos de outro relacionamento, quatro homens e três mulheres. Desde o início da relação, sofreu episódios de violências múltiplas (psicológica, moral, física, sexual), no entanto, a procura por apoio institucional não foi imediata ao início das vivências de violência, ocorrendo pela primeira vez em 2005.

Rafaela – 24 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, católica, 1º grau completo, sem renda pessoal, com uma renda familiar avaliada entre um e dois salários mínimos. Por 13 anos conviveu com o companheiro, da relação teve duas filhas que possuem 7 e 9 anos de idade. Depois de três meses de convivência pacífica, vivenciou diferentes episódios de violência (física, psicológica, moral, patrimonial), procurando uma rede de cuidado, nos serviços do município, desde 1999, logo após as primeiras agressões.

Paula – 28 anos, natural de Juazeiro/BA, se auto refere parda, católica, cursou até o 2º grau incompleto, cabeleireira, com uma renda familiar avaliada entre um e dois salários mínimos. Durante 3 meses conviveu com o parceiro, atual ex-companheiro, da relação tiveram um filho que possui atualmente, 9 anos. O parceiro mesmo no início da relação já demonstrava ser uma pessoa agressiva, sempre ciumenta, o que acarretava na vulnerabilidade a diversas situações de violência (física, psicológica, moral). Iniciou a sua rota na busca por cuidado nos serviços do município em 2004, logo após a primeira agressão física.

Marcela – 49 anos, natural de Casa Nova/BA, auto declarada branca, sem religião determinada, alfabetizada, trabalha como doméstica, com uma renda familiar

entre meio e um salário mínimo. Conviveu com o companheiro ao longo de 23 anos, possuindo da relação um filho com atualmente 21 anos. Desde o início da convivência do casal sofreu violências múltiplas perpetrada pelo companheiro (física, moral, psicológica, patrimonial, sexual), procurando apoio institucional pela primeira vez alguns anos depois, em 2006.

Fátima – 21 anos, natural de Porto Primavera/SP, se auto refere negra, católica, cursou até o 2º grau incompleto, trabalha como diarista, com uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro durante 3 anos, possuindo duas filhas dessa relação (1 e 2 anos de idade) e mais 1 filho de outra relação, com 6 anos. As vivências de violência iniciaram após três meses de convivência, durante a primeira gestação, passando por situações de violências diferenciadas (física, psicológica, moral). A procura por uma rede de cuidados em serviços no município ocorreu algum tempo depois do início da perpetração das violências, em 2009.

Emanuela – 26 anos, natural de Caim/BA, auto declarada negra, evangélica, cursou até o 1º grau incompleto, doméstica, com uma renda familiar avaliada até meio salário mínimo. Conviveu com o companheiro durante 11 anos, possuindo 3 filhos da relação (1 ano e 8 meses, 5 e 8 anos). As vivências de violência iniciaram após a primeira gestação, devido as crises de ciúmes que o companheiro sentia, o que acabou tornando-a vulnerável a diferentes situações de violência (física, psicológica, moral). O intervalo entre os primeiros eventos de violência e a procura por apoio institucional não foi imediata, ocorrendo em 2008 após uma agressão física que acabou por exigir cuidados à sua saúde.

Carolina – 39 anos, natural de Porteira/CE, se auto refere negra, católica, cursou até o 1º grau incompleto, doméstica, com uma renda familiar avaliada entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro por 19 anos, relação que resultou em um filho de 16 anos e uma filha com 14 anos. As vivências de violência física iniciaram com a primeira gestação, mas mesmo anteriormente já existiam vivências de outras formas de violência (moral, psicológica, patrimonial). A primeira vez que decidiu procurar apoio de algum serviço foi no ano de 2000, após uma agressão física.

Alice – 29 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, católica, cursou até o 1º grau incompleto, trabalha com vendas, com uma renda familiar avaliada entre um e dois salários mínimos. Durante 6 anos conviveu com o parceiro,

atual ex-companheiro, teve três filhos (1, 4 e 5 anos) e vivenciou diferentes tipos de violência (moral, psicológica, física), continuando a vivenciar tais situações mesmo após o fim da convivência do casal, por conta do ciúmes que ele sentia para com ela. A procura por uma rede de cuidado entre os serviços do município aconteceu em 2007, após uma discussão.

Letícia – 37 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, evangélica, cursou até o ensino fundamental incompleto, trabalha como cabeleireira, com uma renda familiar avaliada entre um e dois salários mínimos. Durante 8 anos conviveu com o parceiro, atual ex-companheiro, teve um filho com 3 anos e uma filha com 5 anos, e vivenciou diferentes formas de violência (física, moral, psicológica), geralmente por conta do ciúmes do até então companheiro. A procura por uma rede de cuidado nos serviços do município não foi imediata ao início das violências, veio a ocorrer no ano de 2010, após a perpetração de uma agressão física.

Dona – 43 anos, nasceu no Estado do Ceará não recordando a cidade, se auto refere parda, evangélica, não freqüentou escola, trabalhadora rural, com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo. Conviveu com o companheiro durante 14 anos, dessa relação possui um filho com 5 anos e duas filhas (11 e 8 anos). De outra relação, tem mais um filho que possui atualmente 19 anos e uma menina com 22 anos. As vivências de violência iniciaram-se logo após o período de convivência, vulnerável a diferentes tipificações da violência (psicológica, moral, física, patrimonial). Decidiu separar do companheiro em 2010 e iniciou a procura por apoio institucional, em 2011, tendo em vista que mesmo depois de encerrado o ciclo de convivência o ex-companheiro continua agredindo-a moralmente.

Larissa – 32 anos, natural de Bodocó/PE, auto declarada parda, espírita, cursou até o 1º grau incompleto, não possui ocupação, com uma renda familiar avaliada entre dois e três salários mínimos. Durante 15 anos conviveu com o companheiro, tendo 5 crianças desta relação, 3 homens (5/11/14 anos) e uma mulher com 9 anos. As vivências de violência iniciaram durante o período de convivência, passando por diferentes situações de violência (psicológica, moral, física, patrimonial). Atualmente encerrou o ciclo de convivência e iniciou o processo de busca de apoio entre os serviços do município no ano de 2002.

Mara – 33 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada negra, católica, cursou o 2º grau completo, trabalha como recepcionista, com uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro por 15 anos, tendo

dois filhos que possuem atualmente 11 e 4 anos. As vivências de violência começaram durante a primeira gestação, percorrendo os anos com diferentes tipificações (física, moral, psicológica). O período entre os episódios da violência e a busca por apoio não foi imediata, ocorreu em 2006, após uma nova agressão física durante a segunda gestação.

Aparecida – 38 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, católica, cursou até o 2º grau completo, não possui nenhuma ocupação atualmente, com uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro por 17 anos, dessa relação, teve um filho com 10 anos e uma filha com 9 anos. O início das vivências da violência (física, moral, psicológica, patrimonial) ocorreu durante os primeiros momentos da convivência do casal, dada os ciúmes do parceiro. Começou a rota de apoio institucional, em 1999, logo após a primeira agressão.

Joana – 55 anos, natural de Milagres/CE, se auto refere parda, evangélica, não freqüentou escola, trabalhadora rural, com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo. Conviveu durante 39 anos com o companheiro, possuindo 10 crianças, destes 7 mulheres e 3 homens. Os problemas com o companheiro relacionados as vivências de violência ocorreram desde o início do casamento (moral, psicológica). A rota de cuidado foi iniciada em 2010, quando Joana decidiu pela separação do companheiro, dada às últimas ameaças.

Olívia – 26 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, católica, cursou até o 2º grau completo, trabalha como auxiliar de dentista, com uma renda familiar estimada entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro ao longo de 9 anos, não possuindo filhos da relação. As agressões ocorreram, após a separação, Iniciando a rota na procura por apoio em 2010.

Helena – 30 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, não possui nenhuma religião determinada, cursou até o 2º grau completo, sem renda pessoal, com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo. Conviveu com o companheiro por 10 anos, tendo da relação duas filhas que atualmente possuem 11 e 9 anos, respectivamente. As agressões iniciaram após a separação, por o companheiro ainda querer manter contato com Helena. Iniciou a rota de apoio em 2007.

Taís – 31 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, católica cursou até o 2º grau completo, atualmente trabalha como autônoma, com uma renda familiar entre meio e um salário mínimo. Conviveu com o companheiro por 16 anos,

tendo da relação dois filhos (2 e 12 anos). O companheiro queria ter relações sexuais forçadas e Taís decidiu procurar apoio institucional imediatamente, em 2011.

Fernanda – 28 anos, natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, evangélica, cursou até o 2º grau incompleto, autônoma, com uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro por 5 anos, relação da qual teve uma filha que possui atualmente 5 anos. Sofreu várias tipificações de violência (física, patrimonial, psicológica), percebeu que sofria violência do companheiro por freqüentar o CIAM, em 2005, devido a um estupro que sofreu em anos anteriores por autor desconhecido. Mesmo após a separação o então companheiro continuou agredindo por não aceitar o fim da relação.

Fabíola – 28 anos, Natural de Juazeiro/BA, auto declarada parda, evangélica, cursou até o 2º grau incompleto, autônoma, com uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Conviveu com o companheiro por 8 anos, relação da qual teve um filho com 4 anos, e duas filhas com 7 e 8 anos. O então companheiro insiste em ter relações sexuais com ela sem seu consentimento, decidiu procurar apoio institucional em 2008.

Débora – 32 anos, natural de Cabrobó/PE, auto declarada amarela, católica, cursou até o 1º grau completo, não possui renda pessoal, com uma renda familiar até meio salário mínimo. Conviveu com o companheiro por 15 anos, tendo um filho da relação que possui atualmente 12 anos. Iniciou a procura institucional em 1999 por sofrer diferentes tipificações de violência (física, patrimonial, psicológica). Atualmente, tenta separar do companheiro que não aceita o fim do relacionamento.

Bárbara – 22 anos, natural de Casa Nova/BA, se auto refere parda, não possui religião determinada, cursou até o 2º grau incompleto, sem renda pessoal, não soube informar o valor da renda familiar. Conviveu com o companheiro por 5 anos, relação da qual resultou duas filhas que estão, atualmente com 3 e 2 anos. Desde que iniciou a convivência com o companheiro sofre violência psicológica e física, decidindo procurar apoio institucional desde 2009.

3.3 – VIVÊNCIAS DA VIOLÊNCIA

Para uma melhor compreensão da dinâmica das relações vivenciadas pelas entrevistadas no âmbito doméstico junto aos seus parceiros/agressores faz-se necessário compreender por intermédio das narrativas dessas mulheres suas trajetórias e fatos relacionados ao presente contexto. A importância de expor tais vivências está pautada nas premissas expostas por Sagot (2000; 2007), ao enfatizar que as vivências das violências femininas correspondem a um dos pilares que influenciam as rotas traçadas pelas mulheres na procura por apoio. Nessa direção, serão apresentadas algumas considerações sobre o início dessas vivências de violência e como essas mulheres percebem esse homem até então companheiro e agora agressor; também serão elencadas as principais tipificações de violência vivenciadas pelas entrevistadas; e por último a percepção da violência contra a mulher enquanto um fenômeno cíclico.

São variadas as falas registradas pelas entrevistadas que expõem o início da relação do casal como “bom”, o que a princípio caracterizaria um espaço relacional aparentemente harmonioso. Nesta época, a maioria das entrevistadas acabava por naturalizar o fenômeno da violência contra a mulher, e o que, até então, poderia ser identificado como um ato violento, de violação de direitos humanos, acabava tornando-se algo corriqueiro, sem grandes relevâncias para o cotidiano do casal (MONTEIRO; SOUZA, 2007).

Os marcos referidos pelas mulheres sobre o começo das agressões foram relacionados no início da convivência do casal e da gravidez do/a primeiro/a filho/a.

[...] a gente casou em 72 só que desde que quando a gente casou a gente vem tendo problema, ta entendendo?! (JOANA)

[...] eu engravidei, aí ele achava que eu não servia mais, não saia mais, não prestava mais pra nada, só pra servir dentro de casa, fazer as coisas dele, aí ele quando eu estava com cinco meses de gravidez aí ele não me procurou mais, aí pronto ele só vivia na rua, chegava tarde, as vezes amanhecia o dia, aí foi daí que começou, iniciou o sofrimento. (MARA)

Bom, a gente no início a gente tava vivendo bem. Passamos três meses de convivência bonita, amorosa, quando eu descobri o que eu tava gestante, ele ficou muito feliz. Só que começou durante a minha gestação, a primeira vez que ele me agrediu. (FÁTIMA)

Quando eu comecei assim ... quando eu tive meu filho, meu primeiro filho, começou a violência por aí, quando assim, quando a gente tá grávida, né?! tem homem que quer sair, quer curtir, quando chega em casa judia da mulher, né?! e ele começou por aí e ele não parou mais não, continuou. (CAROLINA)

Corroborando os dados da presente pesquisa, um estudo realizado com mulheres em uma instituição de abrigamento identificou, em 59,3% dos casos investigados, o início da convivência do casal como o fator privilegiador para as ocorrências de violência contra a mulher (PRATES, 2007). Já no que refere ao início das agressões durante período gestacional, enfatiza-se que apesar desse ser um momento que demandaria cuidado e proteção para essas mulheres, esse período não foi compreendido pelos parceiros sob essa ótica, pelo contrário, a maioria das entrevistadas relataram o início do ciclo da violência após a primeira gravidez e durante todas as gestações que tiveram ao longo do tempo de convivência com o companheiro. Sobre isso, Oliveira e Vianna (1993) apontam que a associação entre violência conjugal e o ciclo grávido puerperal, está relacionada às percepções desses homens/agressores. Nas palavras das autoras, a gravidez por ser reconhecida como manifestação peculiar no corpo feminino, acaba por abalar a virilidade masculina, gerando muitas vezes no homem uma insegurança frente o exercício de sua paternidade; ao mesmo em que pode estar associada a uma possível falta de desejo dos homens à imagem do corpo da mulher grávida.

Como consequência da perpetração da violência durante a gravidez, muitos foram os riscos à saúde das crianças e das mulheres, principalmente relacionados a saúde sexual e reprodutiva dessas últimas. Casos de abortos, ocasionados pela intensa agressão; gravidez de risco, dada as agressões com chutes e murros na barriga, foram algumas das situações elencadas pelas entrevistadas.

[...] 12 anos e alguma coisa eu engravidei, é ... ele me agrediu e eu perdi, com quase 5 meses. Aos 13 e alguma coisa eu engravidei novamente, aí tive minha filha que hoje tem nove anos. Engravidei, era uma gravidez que eu apanhava, eu era machucada, mesmo com um barrigão. (RAFAELA)

[...] aquela gravidez assim ... bem tumultuada, bem tumultuada mesmo, eu sentia muitas dores, muitas ameaças de aborto. (MARA)

Schraiber e D'Oliveira (1999) acrescentam que muitos autores consideram a gravidez como um risco aumentado para a perpetração da violência, ao considerar que nos últimos anos o número de mulheres grávidas em situação de violência

tende a ser maior do que a perpetração da violência física e sexual em mulheres não grávidas.

Além da gravidez, elementos como ciúmes, álcool/drogas, o controle sob a sexualidade e o desempenho de diversas outras atividades, a exemplo do trabalho, foram fatores somados ao contexto da convivência do casal que serviram como desencadeadoras para a perpetração da primeira e posteriores agressões e brigas do casal.

Mulher a relação era boa, antigamente né?! No começo, tudo é flores, depois ... depois foi mudando, começou usando drogas, continuou usando drogas aí ele me batia a primeira vez eu ficava calada, me bateu a segunda eu fiquei calada. (OLÍVIA)

[...] começou assim é ... no início ele era muito bom comigo é ... de três anos pra cá foi que ele piorou ... assim ficou uma pessoa ruim, porque na época eu não trabalhava e agora eu ... assim de três anos pra cá eu comecei a trabalhar, eu comecei a estudar (APARECIDA).

O uso de álcool e drogas como um agravante para a perpetração da violência foi um dado relevante para o contexto da presente investigação, considerando a grande presença de companheiros/agressores envolvidos com bebidas alcoólicas e drogas (12 companheiros). Observou-se na literatura (PENSO, 2009) que muitas vezes o uso de álcool e drogas é utilizado tanto como uma desculpa para a perpetração da violência, quanto para diminuir a responsabilização pessoal frente o contexto familiar. É importante salientar que é muito complexa a relação entre a perpetração da violência e o uso abusivo de álcool e drogas; existindo muitas dificuldades para se assumir a defesa de um modelo causal. De acordo com Minayo e Deslandes (1998), a relação entre o uso de alguma substância e a violência varia se os comportamentos e efeitos forem medidos. Nesse intento, tanto o álcool como as drogas, “dizem pouco enquanto fatores de risco para a violência, e essa articulação merece ser mais investigada, melhor delineada, buscando - se exatamente conhecimentos e práticas que contribuam para a saúde da população.” (MINAYO; DESLANDES, 1988, p. 40).

No contexto da presente investigação, de acordo com os discursos das entrevistadas, o uso desenfreado de álcool e outras drogas (maconha e crack foram as mais citadas pelas entrevistadas) acabaram produzindo alterações de humor nos respectivos companheiros, ocasionando a incidência de maiores episódios de violência tanto para as mulheres, como para os/as filhos/as. Diante de tal achado,

cabem alguns questionamentos se realmente a situação de violência foi desencadeada exclusivamente pelo uso das substâncias, ou se caso os homens estivessem em um período de abstinência a mesma situação teria ocorrido. São apenas suposições, mas são bem pertinentes, tendo em vista que os companheiros/agressores agrediam as companheiras também quando estavam sem efeito de nenhuma substância alcoólica e uso de outras drogas.

[...] depois que ele começou a usar droga né, ele me agrediu bem ... foi uma das piores agressões (EMANUELA)

Agora o mal dele é porque ele bebe muito e quando ele bebe ele fica fora do comum eu não sei se é porque teve vontade de fazer quando ta bom e não tem coragem, eu não sei não, eu penso assim né?! (MARCELA)

[...] porque ele bebe, e quando bebe fica violento, me esculhamba, esculhamba as filhas, e ... a gente ta separando agora porque eu desgostei muito dele. (JOANA)

A agressão do companheiro para com as crianças, também foi presente nos discursos de quatro entrevistadas. Quanto a isso Klevens (2001) afirma que presenciar a violência conjugal incrementa a possibilidade das crianças desenvolverem quadros sintomáticos de depressão, ansiedade, transtorno de conduta e atrasos no desenvolvimento sócio-cognitivo. No caso da presente investigação, 10 mulheres ressaltaram o fato dos/as filhos/as estarem traumatizados/as por presenciarem as situações de violência; existindo inclusive, vários momentos em que as crianças participaram das cenas de violências, na grande maioria das vezes intercedendo pela mãe.

Ele pegou o punhal, me jogou em cima da cama, escanchou no meu pescoço. Ficou assim, minha filha em cima, minha filha mais velha, segurando na mão dele, e eu com medo de cortar ela. Aí antes disso ela... ela foi lá correu, pegou a chave, aí disse "mainha eu to com a chave" aí ele veio "o que é que você ta com pantin" aí ela disse "mainha to com a chave", aí eu disse "dar a mainha a chave" aí ela abaixada assim com a chave, quando ela levantou a mão pra me dar, ele acertou uma sandalhada nela (RAFAELA)

Minha filha de 15 anos mesmo, ela ... ela ta muito assim ... ela ta traumatizada porque ... essa noite mesmo quando foi meia noite, meia noite e vinte, eu acordei ela tava chorando, ela disse que com medo dele ... da gente ta dormindo ele entrar e vir me agredir. (LETÍCIA)

Outro discurso constante enfatizado pelas mulheres (e que merece total destaque) consiste na frustração com o comportamento do agressor em não cumprir com as expectativas por elas criadas. Aqui salienta-se a creditação ao amor romântico, presente em alguns discursos das entrevistadas que ao conviverem com situações de violência, passam a desconstruir esse homem, até então, idealizado na figura de um possível príncipe encantado. Sobre isso, Strey (2007) salienta que muitas das crenças que circulam no imaginário feminino acabam por sustentar o fenômeno da violência contra a mulher. Sentimentos como ciúmes, acabam recebendo um tom romântico e obscurecem os reais impactos ao fenômeno da violência contra a mulher.

[...] tinha um ciúme ... que ciúme controlado né?! aquele ciúme que a gente acha que é porque gosta da gente, é porque ta apaixonado, é porque a gente também ama né?! (EMANUELA)

[...] ele saia de propósito e deixava a porta fechada as vezes, acho que pra mim não sair né?! porque como ele dizia, eu era muito bonita e sempre gerava ciúme mesmo, ele tinha assim, ele era muito ciumento mesmo por mim. (HELENA)

A ambivalência e os sentimentos experienciados pelas entrevistadas expressam a forma como essas mulheres visualizam os respectivos parceiros. Ao mesmo tempo em que a quase totalidade das entrevistadas relataram perceber seus companheiros como homens violentos, agressivos, ciumentos, dissimulados, mentirosos e controladores. Esse mesmo homem foi visualizado, em alguns momentos, como bom pai e bom companheiro no início da relação do casal. Tais características, muitas vezes, acabavam por “justificar” para as mulheres a perpetração da violência e a esperança de que um dia esse mesmo companheiro pudesse voltar a ser um bom parceiro deixando de agredi-las.

Ah ele é muito agressivo, muito mesmo, qualquer coisinha ele ta me espancando, qualquer coisinha eu não posso falar nada, se eu falar mais alto do que ele, ele já diz que eu to dominando a ele, né?! Então ele sempre ele quer ser o machão de casa; quando eu chego pra falar com ele, ao menos pra conversar, normalmente, ele já se explode comigo, espanca mesmo, não tem jeito. (ANA)

Na frente das pessoas, se você vê ele, você diz que jamais ele faz isso, porque ele é calmo. Tipo quando ele está na frente do povo, ele é carinhoso, tipo aquele pai, entendeu?! ninguém jamais diz, o povo ... “Oliveira é um marido que todo mundo ... deseja”. Só que na realidade é inacreditável, só sabe quem come sal junto. Dentro de casa é outra

pessoa. Na frente do pai dele, da mãe dele, ele parece ser um santo.
(MARIANA)

[...] por uma parte ele é uma pessoa muito bom, agora por outra ele é ruim.
(MARCELA)

O discurso das interlocutoras, quanto ao perfil masculino do agressor, não retrata uma especificidade desse grupo de entrevistadas, pelo contrário, espelha uma percepção descrita por várias outras investigações similares a essa apresentada. Para Cortez, Padovani e Williams (2005) muitas características já foram descritas por diferentes estudos sobre homens que agredem suas companheiras, dentre elas destaca-se o isolamento social, ciúmes, baixa auto-estima, uso abusivo de álcool ou drogas, insegurança, possessividade, vivência de violência na infância, depressão, ansiedade e a tendência a minimizar os eventos da violência, muitas vezes culpabilizando a própria mulher pela perpetração do ato violento. Somado a essas características, quando os agressores estão inseridos em uma situação de stress, tais como dificuldades financeiras, desemprego, conflitos interpessoais e com a justiça, esses fatores acabam sendo o estopim para a ocorrência da situação de violência. Cabe acrescentar que tais características e situações não devem ser naturalizadas e visualizadas como causas principais ou unilaterais de tais comportamentos.

Todas as entrevistadas vivenciaram violências múltiplas com associações variadas entre as formas mais comuns de violência, especificamente a física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Fato este presente em outras investigações (KRONBAUER; MENEGUEL, 2005; GOMES, 2009) que também versavam sobre a temática da violência contra a mulher.

De acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2008a) no capítulo II que versa sobre as formas de violência contra a mulher, a violência patrimonial é conceituada enquanto uma ação configurada como retenção e subtração. A exemplo, da “destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2008a, p. 18). No contexto da presente investigação, essa forma de violência foi relatada por onze mulheres, as quais retrataram que os companheiros/agressores quebraram bens materiais, confiscaram roupas e documentos pessoais.

[...] eu não podia possuir nem um celular que ele quebrava, sabe?! Nas nossas ... nossas brigas dentro de casa ele quebrava assim meu celular. (LARISSA)

[...] ele pegou minhas coisas, meus ... pertences, e ficou preso lá com meus documentos, minhas roupas, [...] a gente foi lá em minha casa e quando chegou lá ele tinha pegado todas as minhas coisas. (BÁRBARA)

Como pode ser observado nos discursos, o uso da violência patrimonial, por parte do parceiro, é utilizada na grande maioria das situações para que as mulheres não tenham domínio sobre os seus próprios bens. Os agressores tendem a querer tornar as mulheres suas dependentes por meio de uma atitude punitiva, seja porque as parceiras contrariaram algum desejo seu ou para impedir que elas procurem apoio especializado para lidar com a situação de violência. Acredita-se que a violência patrimonial ocorra muito mais do que a frequência citada pelas entrevistadas, tendo em vista que são comuns os relatos cotidianos das mulheres quanto a esse tipo de dano causado pelo companheiro/agressor (PRATES, 2007).

Já a violência sexual é reconhecida na lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como qualquer ato que obrigue a mulher contra o seu desejo a presenciar ou manter relação sexual; e que anule ou limite a garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos, a exemplo da utilização forçada de algum método contraceptivo e a realização de uma prática de aborto contra a sua vontade. No caso da presente investigação, essa foi a tipificação de violência menos exposta pelas entrevistadas. Apesar da invisibilidade muito presente no fenômeno da violência sexual no âmbito conjugal, ao todo seis mulheres relataram já ter vivenciado alguma situação de violência sexual com o seu parceiro.

[...] eu cheguei nele, disse a ele que tava gestante, é ... no início ele não aceitou a minha gestação, ele partiu pra ignorância, chegou a mandar eu tomar coisa pra eu abortar, remédio do mato, remédio né?! caseiro pra abortar criança, e eu cumpri o que ele me pediu. Eu tomei o remédio pra abortar a criança, ele ali me pressionando, você vai beber, você vai beber, eu catei o copo, negócio amargo [...] tomei, passei mal. (FÁTIMA)

Sofri mais violência ainda, né?! porque até abusar sexualmente dele, sem eu querer contra a minha vontade eu já fui também. (FERNANDA)

[...] e continuou fazendo coisa comigo, me maltratando... o que ele podia fazer ele fazia [...] ele metia o dedo em minha vagina pra vê se tinha homem... o que ele podia fazer ele fazia. (MARCELA)

[...] ele pegou me jogou no chão e ainda teve relações comigo, entendeu?! Na marra, me jogou no chão. (ANA)

Nos discursos as mulheres relataram que seus companheiros creditavam as práticas sexuais como uma obrigação conjugal, nessa direção, a resistência ao ato sexual configurou-se como um estopim para a qualificação da violência. Apesar do prenúncio a violência, algumas entrevistadas relataram a tentativa de resistir as investidas sexuais do companheiro, para essas mulheres a concepção de sexualidade estava aquém do ato da penetração vaginal.

[...] a gente também quase não tem relação, relação ... quando tem é ... meio bruto, só “põe aí” e pronto, não existe carinho, não existe nada. (CAROLINA)

Eu trabalho o dia todo, aí quando chega a noite que é hora de eu dormir, ele acha que eu tenho a obrigação de ter relação com ele porque tem que ter, ta entendendo?! não é de um jeito que assim né?! uma coisa que é combinado, nem nada, assim ele acha que é do jeito dele e tem que ser e pronto, ele não ... assim ... não me respeita como mulher dele, ele me trata como se eu fosse nada dele. (FABÍOLA)

Não se pode negar que a percepção das mulheres acerca do exercício da sua sexualidade vem se modificando nas últimas décadas. Contextualizando os dizeres de Dantas – Berger e Giffin (2005) para a presente investigação, algumas de nossas entrevistadas “não mais se adequam às representações tradicionais que colocariam como destino feminino “agüentar” situações de objetificação e violência, para que o casamento (e o seu próprio reconhecimento social como sujeito moral) fosse mantido” (p.423). Seja com um ano de vivência de violência ou 20, em algum momento essas interlocutoras decidiram romper com a situação de violência impetrada, inclusive com aquelas de cunho sexual.

Ainda discorrendo sobre as formas de violência expostas pelas entrevistadas, têm-se a violência física compreendida nos moldes da lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como uma ação que cause danos a integridade física e a saúde do corpo. Essa é a forma mais visível da violência contra a mulher, apenas duas entrevistadas relataram não terem sido agredidas fisicamente pelo parceiro, todas as outras 21 entrevistadas já passaram por algum episódio semelhante. Os discursos foram diversificados desde agressões envolvendo murros, beliscões, empurrões, tapas, até agressões envolvendo algum instrumento cortante e perfurante, como facas, facão, armas de fogo, paus, entre outros.

[...] já tava com o facão lá encostado, só num me matou pelo milagre de deus, porque eu sai correndo, me espancou muito, isso aqui mesmo em meus olhos, não é de agora, essa marca, tudo aí é pancada que ele me dá. Isso deixou ... deixou meu rosto muito deformado mesmo, meus lábios ficou

deformado, grande, minha dentadura quebrou, porrada que ele me deu. (ANA)

Ontem ... puxou meu cabelo, me bateu, meteu a faca aqui na minha perna, deu um murro aqui no meu ombro. (DÉBORA)

No começo ele empurrou, depois puxava o cabelo, aí depois enforcava, enforcava me dava murro, pronto. (MARIANA)

Uma outra tipificação de violência desenvolvida pela lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) foi a violência moral, conceituada como qualquer ato ou conduta que personifique calúnia, difamação ou injúria. Ao todo a quase totalidade das entrevistadas relataram já terem sofrido alguma dessas tipificações.

Ele fica me dando macho, é... eu não posso ir na escola, porque ele me tira da escola, diz que eu to correndo atrás dos home. (MARCELA)

Me dava macho, ele sempre me deu macho, ele sempre quis dar macho a mulher. Tem vontade disso, de ser corno eu acho, porque homem que dar homem a mulher né?! eu não podia ir pra canto nenhum. (CAROLINA)

A expressão da violência moral possui relação direta com a personificação da violência psicológica, no que refere a essa última, considerada como uma das formas mais ocultas e presentes no cotidiano das mulheres que vivenciam episódios de violência no contexto doméstico é reconhecida pela lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como qualquer ato que proporcione dano emocional, a saúde psicológica e a auto-estima, visando degradar comportamentos e/ou crenças individuais. Todas as entrevistadas relataram já ter vivenciado algum episódio de violência psicológica. Hirigoyen (2006) destaca que a violência psicológica se articula a partir de várias atitudes comportamentais difíceis de detectar, consideradas microviolências. Aqui podem ser citadas as atitudes referentes ao *controle* dos companheiros para que as parceiras realizem apenas atividades que eles almejam, e o conseqüente *isolamento progressivo* dessa mulher de sua rede social (coibir visitas a familiares; proibir que a companheira freqüente a escola e o trabalho); os *ciúmes* patológicos que reflete claramente uma distorção da realidade apresentada (retornar eventos do passado da companheira e acreditar que a mulher o trai); o *assédio* (vigiar e perseguir a companheira por não aceitar o fim do relacionamento); o *aviltamento* (depreciar as atitudes e ações da companheira para que atinja a auto-estima da mulher); as *humilhações*; e os *atos de intimidação*. Na presente investigação foi encontrada todas essas expressões da violência psicológica nos diálogos com as interlocutoras.

[...] depois que eu fiquei com ele, as amizades tudinho saiu, porque ele tipo que expulsou. Porque eu ... desde pequena que eu sou evangélica, da igreja adventista, aí ele proibiu, se afastou, com ciúmes. (MARIANA)

Eu andava tão de um jeito que pra mim ele tava atrás de mim ... se eu ... eu saí do colégio porque, ele ligava pra mim e dizia, “ô você tá sentada em tal carteira, e tá escrevendo com tal caneta, e fazendo tal prova” então aquilo ali eu fiquei atordoada, a ... minha única solução no momento foi ... sair da escola, então eu perdi o ano, sai por conta disso. (FERNANDA)

[...] me ameaçar, porque eu tinha que voltar pra ele, que me amava, que ele ... que não ficava com ele e não ficava com ninguém, foi até o meu emprego me ameaçar, me ameaçou na frente da minha patroa, me ameaçou disse que “eu ia pagar ele que eu ia vê, que isso não ia ficar assim”. (EMANUELA)

Nos discursos, as entrevistadas deixaram em evidência que apesar das agressões físicas sofridas, consideram as “ameaças” e “pressões” dos companheiros/agressores bem mais insustentáveis na convivência diária.

[...] a agressão física mesmo [...] foi somente uma vez, mas aí o pior que eu achava dentro na relação é que ele me ameaçava muito, as ameaças dele eram terríveis, horríveis, eu num gosto nem de lembrar. E aí era difícil pra mim né?! eu conviver com uma pessoa, quando eu convivia com ele 24 horas por dia ouvindo coisas horrorosas dele, eu num conseguia nem dormir direito. (BÁRBARA)

Embora não deixem marcas visíveis a olho nu, as violências psicológicas e morais podem causar danos bem maiores à saúde dessas mulheres do que as agressões físicas, a exemplo de quadros depressivos, distúrbios de ansiedade, tentativas de suicídios, queixas gastrointestinais e queixas vagas. (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999). Os impactos à saúde mental das entrevistadas foi relatado por algumas mulheres que afirmaram terem desenvolvidos “doenças dos nervos” e já terem pensado em “acaba com a própria vida” após os anos de convivência com o agressor/companheiro e as diferentes exposições a situações de violência.

Hoje eu agradeço a ele que eu tenho um problema de nervo. (JULIANA)

Você fica muito nervosa né?! você fica abalada, daí eu passei uns dois dias tomando calmante pra os meus nervos voltar ao normal. Porque dentro de mim ficava tremendo, minhas carnes ficava tremendo. (LETÍCIA)

Existe uma dinâmica da violência a qual tanto o agressor como a mulher agredida "se vêm enredados em uma violência cíclica e crescente, mas continuam, por diversos motivos, a manter uma relação [...]" (SOARES, 1999). Uma das teorias que tem abordado a violência no contexto da relação conjugal foi desenvolvida pela

Psicóloga Americana Lenore Walker no ano de 1979 e denominada *Teoria do ciclo de violência doméstica* (GROSSI, 1998; SOARES, 1999; HIRIGOYEN, 2006). De acordo com a teoria em questão a violência se instala de maneira progressiva na relação do casal, assumindo um padrão cíclico e repetitivo. Nessa perspectiva, é possível visualizar que nem sempre as mulheres que relatam viver anos de violência junto ao companheiro experienciam momentos de tensão durante todo o período.

Nos dizeres de Soares (1999) e Hirigoyen (2006) o ciclo de violência pode ser pensado em três fases, respectivamente: a fase de tensão, de agressão e uma última e terceira fase da lua de mel. Sobre essa última fase, Hirigoyen (2006) realiza uma divisão chamando-a de fase de desculpas e fase de reconciliação.

A *fase da tensão* expressa um momento de irritabilidade por parte do agressor, relacionadas às vivências e eventos do dia a dia. A violência aqui pode se manifestar desde silêncios hostis, olhares agressivos até a ocorrência de incidentes menores como agressões verbais, ciúmes, ameaças e destruição de objetos. No que refere à fase da agressão, apesar de ser uma fase mais breve, a tensão aqui assume o seu estopim mais alto. O companheiro aparenta perder o controle: empurrões, socos, braços quebrados, constantemente são visualizados nesse momento. Na terceira fase, a da *lua de mel*, o agressor demonstra sentimentos ambivalentes aos expostos nas outras fases. Aqui, o medo de perder a companhia e o remorso acaba diminuindo a tensão acumulada na fase da tensão e descarregada na fase da agressão.

Retornando para os discursos das entrevistadas, observou-se que durante os períodos descritos pelas mulheres as fases do ciclo de violência apareceram nas narrações das cenas expostas. Sobre isso Grossi (1998) desenvolve que a teoria do ciclo da violência demonstra um dos principais impasses do ideal de igualdade de gênero almejado por parte do movimento feminista. É notória a circulação inequânime de poder no âmbito da relação conjugal, Grossi compara a atuação do poder dentro da relação conjugal sob a perspectiva da teoria do ciclo com uma gangorra, “onde o jogo consiste em haver sempre um em cima e um embaixo, sendo raros os momentos onde os dois que nela estão conseguem permanecer num mesmo plano horizontal” (1998, p. 306).

3.3.1 – O processo de ruptura da situação de violência

O processo de ruptura com a situação de violência é um momento delicado para as mulheres que decidem procurar uma rede de apoio social. O primeiro passo é dado quando elas resolvem tornar pública a vivência da violência, sendo que geralmente essa publicização é realizada por meio do desabafo com alguma amiga/o, vizinha/o, colegas de trabalho, como também de familiares. Esse primeiro ato de falar, geralmente, antecede a procura da mulher a algum serviço, e conseqüente rota crítica. O caminho percorrido desde o episódio da violência até a procura pela instituição é longo e influenciado por vários fatores que podem emanar como impulsionadores ou inibidores /obstacularizadores para o início de uma rota.

É importante salientar que os fatores apontados pelas entrevistadas e que serão a seguir apresentados estão embasados por diferentes contextos vivenciais. Daí a observação de que o mesmo fator que em certo momento da vivência da violência foi visualizado por uma entrevistada como impulsionador em outros momentos foi identificado pela mesma entrevistada, ou por outras, como obstacularizador. Esse movimento de alternância entre os fatores é observado justamente por eles não atuarem sozinhos e estarem em constante intersecção entre si e o contexto da violência. Sobre isso Sagot (2000) aponta que é a subjetividade feminina a dimensão pela qual se constrói o processo de rota crítica, daí a explicação de um mesmo elemento atuar ao mesmo tempo como impulso e obstáculo.

Nessa linha argumentativa, dentre os fatores citados, referentes à vivência da relação do casal, que *funcionaram como obstáculos* para as mulheres iniciarem a rota na busca por atendimento especializado, destacou-se: o desejo em manter o núcleo familiar por conta dos filhos/as; a dependência financeira para com o seu companheiro; a esperança de que o companheiro poderia vir a mudar; a vergonha em expor publicamente as vivências da violência; o medo das reações do companheiro caso procurasse alguma instituição, principalmente se esse serviço era relacionado ao setor jurídico/policial; o sentimento de amor e pena pelo companheiro, principalmente se este está envolvido com o uso de algum tipo de drogas. Nos discursos que seguem é possível identificar alguns destes fatores.

[...] eu não tenho pessoas pra me ajudar, não tenho uma coisa assim, né?! pra mim ficar com minhas filha, né?! uma casa, não tenho saúde pra dar né?! assim, que de vez em quando eu caí caída. Pra onde é que eu vou? Então, eu tenho que ficar com ele, entendeu. Aí eu vou deixar minhas filhas? Não vou. (JULIANA)

Eu também tinha dó do miserável, mesmo fazendo isso comigo, eu ainda tinha dó dele, pra tu ver como é mulher né?! porque ... ele é uma pessoa que não tem mãe e não tem pai, entendeu?! então, eu sempre que ajudei ele, mas ele não quis ser ajudado, também, ninguém num quer ninguém dessa forma, aí pronto mas agora chegou no fim, eu não quero mais, dessa forma. (ANA)

Mas, eu não tinha coragem. Eu não tinha coragem não. Primeiro era porque gostava dele, depois foi porque tava com medo mesmo, de vir e ele fazer pior. Aí eu num vim. (DÉBORA)

Como agravante, soma-se as manipulações que os agressores realizavam no ciclo da violência, intercedendo para que a companheira não procurasse nenhum serviço e não delatasse o ocorrido para pessoas próximas. Como pode ser observado na narrativa de Débora que conviveu durante 15 anos com o companheiro até decidir procurar apoio institucional:

E as vezes ele até me obrigava a falar que minha vida tava bem com ele, “fale nada pra ninguém não, nem pra seu pai, nem pra sua mãe, nem pra ninguém não”, “a gente veve bem”, eu dizia. “Não, a gente veve bem, tem problema não, problema nenhum com a gente não”. (DÉBORA)

Outros fatores que também funcionaram como obstáculos foram citados pelas entrevistadas com menor periodicidade, em especial a ameaça para com outros familiares, principalmente os genitores; o sentimento de carinho e consideração à família do agressor; e por último, e não menos importante, o medo de perder a guarda dos/as filhos/as.

Porque antigamente ele me ameaçava que ia tomar a guarda do menino, entendeu?! eu não trabalhava, aí eu fiquei agüentando tudo. (MARIANA)

Já com relação aos *fatores impulsionadores* para a procura de um apoio institucional e conseqüente início das rotas, 21 entrevistadas citaram a saturação frente a situação de violência como o principal preponderador. Sentimentos de cansaço, esgotamento, foram citados pelas entrevistadas, caracterizando essa saturação. Outros fatores relacionados ainda ao agressor/companheiro apareceram

nos discursos das mulheres enquanto impulsionadores da procura do apoio institucional, respectivamente, a ausência do sentimento de amor pelo companheiro, o envolvimento do companheiro com drogas, a percepção de que o companheiro não iria mudar o seu comportamento violento e por fim, o envolvimento do agressor com outras mulheres.

[...] pra mim ele chegou ao extremo viu, eu agüentei tanta coisa, mas agora eu não agüento mais não. Desde quando eu comecei a viver com ele que é desse jeito, não para não, é de mal a pior. Primeiro foi com maconha, que ele começou, depois já entrou no tinner, e agora ta no crack, e é só assim [...] eu vivo com medo agora de uma hora ele chegar e eu ta sozinha. (DÉBORA)

Destacou-se ainda nos discursos das entrevistadas que possuíam filhos pequenos, a importância de retirar as crianças do convívio de um ambiente violento, já que muitas vezes essas crianças também acabavam sendo agredidas fisicamente pelo pai (companheiro/agressor). Já para as mães com filhos adolescentes e maiores de 18 anos, elas destacaram a importância do apoio desses filhos na decisão de romper com a situação de violência e procurar apoio institucional.

E dessa vez não, eu pude ver que elas tem raiva dele. Elas é que não querem mais conviver com ele. Elas ... é tanto que a gente ta lá nessa casa, e quando ele tava lá, elas chegavam da escola e iam direto pra casa da minha mãe, não queria ir pra casa. [...] Então, o que é que eu pude ver agora, eu tenho elas duas, e ... antes não, era tudo muito pequenininha não entendia quase nada, hoje elas chegam em mim e me dão uma palavra de apoio. (RAFAELA)

[...] “a senhora vai ter que escolher uma das duas coisas, ou eu ou ele”, aí eu disse: chegou a vez de eu escolher, meu filho eu não deixo por nada nesse mundo. (MARCELA)

[...] depois volta, só que depois eu passei a enxergar que os meus filhos estavam crescendo que eu criar eles daquela mesma forma, que isso já veio do pai dele, sabe?! Que ele já foi uma criança que cresceu vendo a mãe agredir o pai, a mãe ser submissa ao pai em tudo, [...] então eu vi que a maneira ... ia ser melhor que eu deixasse ele, que eu criasse meus filhos sozinha (EMANUELA)

Por fim, acrescenta-se que a exposição de outros familiares a situação da violência perpetrada pelo companheiro também foi um fator citado.

[...] eu tenho muito medo assim de minha mãe e meu pai, das ameaças que ele faz pra mim. (RAFAELA)

3.4 – REDE RELACIONAL DE APOIO

A partir da análise, identifica-se que os primeiros relatos de violências, entre as entrevistadas, foram realizados com pessoas mais próximas do seu convívio. Dado esse, corroborado pelo estudo realizado por Santi, Nakano e Lettiere (2010) no Instituto Médico Legal da cidade de Ribeirão Preto o qual objetivava analisar a percepção das mulheres sobre o suporte e apoio recebido no seu contexto social, diante da situação de violência experienciada. Como já mencionado no corpus dessa dissertação é pelas relações próximas e significativas ao contexto das mulheres, que as redes de apoio social foram se configurando e possibilitando articulações frente à problemática da violência. As próprias entrevistadas reconheceram a importância de possuir uma rede social que atue enquanto apoio social efetivo para auxiliar no rompimento com o ciclo da violência, tanto nos aspectos subjetivos que envolvem a relação, como na decisão de procurar ajuda institucional.

Nas narrativas, identificou-se três tipos de apoio social recebidos pelas entrevistadas. O primeiro, concernente às questões emocionais, o segundo às questões financeiras e o terceiro, quanto aos serviços procurados que compuseram as rotas. Essas distinções coincidem com algumas das funções expostas por outros autores quando se propuseram a analisar o fenômeno do apoio social (SLUZKI, 1997; GRIEP *et al* 2003).

No que tange às questões emocionais, o apoio foi expresso pela maior possibilidade de socializar os fatos e conseqüente abertura para o diálogo acerca das vivências da violência. Esta forma de apoio foi expresso nas falas de todas as mulheres entrevistadas, afirmando receber “assistência”, “conselho”, ou então uma “palavra amiga”, desde uma palavra de conforto frente à situação vivenciada, até sugestões quanto a história de vida do casal.

Apoio eu tenho da minha família de todos né?! que eles conversam muito comigo, pedem pra mim largar ele e arrumar um trabalho que eles me ajudam, isso eles falam muito pra mim. (CAROLINA)

É ela [amiga] dá conselho pra eu não viver né?! Mandando eu separar “é melhor você se separar, que num da certo você ta vivendo com um homem pra ele ta te judiando”.(LARISSA)

Já a esfera financeira, refere-se ao apoio material para resolver as questões, como moradia, alimentação, emprego, passagens de ônibus municipal, etc. Praticamente todas as mulheres entrevistadas falaram sobre a necessidade de algum tipo de ajuda financeira, pelo seu caráter de materialização frente a uma possível finalização da rota de convivência do casal e das vivências de violência.

Então, é mesmo o apoio psicológico também né?! e financeiro. Eu já estou me erguendo já, justamente por isso, porque estão me apoiando, meu comércio, eles me ajudam financeiramente, psicologicamente, eles me ajudam bastante, se não fosse eles... (TAÍS)

Um lugar principalmente pra ficar, todo apoio necessário eles [genitores] me dão, que eu preciso. (BARBARA)

Por fim, o terceiro tipo de apoio recebido e citado por parte das mulheres referiu-se aos investimentos da sua rede relacional para que, as mesmas, procurassem serviços e persistissem em suas rotas, visando a interrupção do ciclo da violência. Muitas vezes, foram essas pessoas as responsáveis por acompanhá-las nas instituições, informar sobre e procurar os serviços. Como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

Ah demais, todo mundo ficava assim revoltado e me incentivava mesmo, pra que eu viesse que eu não deixasse pra lá, que não passasse a mão, não fechasse os olhos não, viesse e não tivesse pena e o que tivesse que falar, tivesse que fazer que fizesse. E aí isso só me fortifica me ajuda, você fica com mais coragem, com mais força, realmente você vem. (APARECIDA).

Elas me orientam, entendeu?! Manda eu ir na delegacia ... direto e tal ... procurar um meio pra poder acabar com isso, entendeu?! (OLÍVIA)

Esse apoio possibilitou para as mulheres novos contatos institucionais, como também pessoais, já que algumas entrevistadas acabaram por fazer vínculos com as usuárias e profissionais dos serviços contatados.

Eu ... eu que fiz amizade com essas meninas que chegaram, eu fiz amizade com a mãe delas (Helena)

Ao serem questionadas sobre essa rede social relacional que auxiliou tanto nas agressões vividas, como também, na procura e durante o apoio institucional, as

mulheres foram bem enfáticas ao citar como pertencentes a sua rede primária o apoio dos seus familiares; dos familiares do companheiro e ex-companheiro; de pessoas relacionadas ao seu trabalho, escola e igreja, amigas/os em geral; e vizinhos/as. Já como redes secundárias, citaram as próprias instituições as que recorreram na busca por atendimento. Cabe destacar, que a frequência e contextos em que esses personagens foram aparecendo para cada entrevistada mostraram-se variáveis de acordo com as demandas de cada uma.

Apesar dos vínculos construídos com os sujeitos pertencentes a rede social primária ser muito deficitário, já que algumas vezes não dão conta das demandas apresentadas pelas entrevistadas, foram também a partir deles que as mulheres buscaram ferramentas para enfrentar a violência de cada dia e romper o silêncio. Para Schraiber *et al* (2005) as mulheres, muitas vezes, procuram mais apoio do que realmente encontram. Nessa direção, a desconstrução da violência contra a mulher é paradigmática, (re)conhecer a necessidade de apoio prestado à mulheres em situação de violência já é um caminho para possíveis mudanças quanto às desigualdades de gênero.

No geral, os familiares constituíram-se como os apoiadores mais citados pelas entrevistadas. Por família as mulheres tiveram uma concepção formada para além da idéia de consangüinidade, inserindo na noção de parentesco a esfera da convivência e afinidade. O fato dos familiares serem os mais citados pode ser um reflexo dos papéis de solidariedade, respeito, segurança, conforto que são veiculados ao ideal de família (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

De uma maneira geral, os tipos de apoios recebidos pelas mulheres por parte dos familiares se adequaram as três tipificações citadas no início dessa sessão: a esfera emocional, financeira, e a procura institucional. Como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

[...] agora nessa separação da gente, que a gente tinha construído uma casa, tinha quatro meses essa casa, e aí por conta dessa separação da gente, ele colocou a gente pra fora de casa e se não fosse os meus pais não sei onde nós estaríamos morando agora e eu só tenho o apoio deles.
(APARECIDA)

Meus filhos, meus filhos que me deu a maior força de vir, eles que mandam eu vir, eles dizem que eu sou trabalhadora, que eu não preciso ter um homem desse pra ta me espancando, que eles me ajudam também, sabe?!
(ANA)

[...] porque a família dele é muito boa comigo, a família dele é boa demais comigo, ainda hoje mesmo elas me dão apoio. (MARCELA)

O apoio por parte dos familiares do companheiro/agressor, se mostraram mais explícitos quando o parceiro possuía envolvimento com o uso de drogas.

A família dele era a primeira a mandar eu deixar ele, a primeira a mandar eu largar ele e viver a minha vida, que aquilo não era vida. (EMANUELA)

As irmãs dele tudinho apóia, diz “ó, mulher você que sabe, se você quer viver com ele, você que ta comendo sal junto com ele, você sabe de tudo, então você procure seus meios” (FABÍOLA)

Merece destaque, o fato dos pais aparecerem enquanto figuras de apoio, mesmo que em pequena quantidade. Usualmente é a figura materna que está associada à função de apoiadora, tendo em vista os valores tradicionais de gênero que alocam para as mulheres, desde muito cedo, o papel de cuidadora, principalmente se esse cuidado é direcionado para os seus próprios familiares (STREY, 2007). Além de oferecerem apoio relacionados às finanças e ao apoio institucional, os pais que se fizeram presentes, deram apoio emocional, com conselhos às filhas diante da situação de violência. Resultados similares foram encontrados no estudo realizado por Santos (2009) ao investigar, a partir da entrevista de 10 mulheres, a caracterização da violência e o suporte psicossocial realizado pela rede de serviços no município de Florianópolis/SC.

Apesar de mulheres relatarem a presença do apoio, também existiram algumas falas que ressaltaram a falta de apoio por parte de familiares próximos, principalmente quando essas mulheres decidiram procurar serviços do setor jurídico/policial para dar conta da violência sofrida. Identificou-se que o ponto de vista das entrevistadas acerca do apoio recebido possui variações ao longo do processo de rota crítica.

Fora isso, minha família, a família, assim ... mãe, nunca deram assim sabe, fazia era dar razão pra ele assim, porque ... sei lá as atitudes deles ... num sei se é porque é do mesmo jeito, meus irmão também batem nas mulheres, acho que deve ser por isso, que deram a razão também, minhas irmãs apanhavam do marido nunca foram dar queixa, nunca sabe, então ... a primeira de minha família que tomou atitude foi eu, que tomou atitude foi eu, só isso. (FERNANDA)

Após os familiares, as redes de amizades foram o segundo grupo mais citado pelas entrevistadas enquanto apoiadores. Aqui são colocados amigos/as de diferentes contextos vivenciais freqüentados pelas interlocutoras, a exemplo, da escola, trabalho, cursos e amizades conseguidas nos próprios serviços frequentados.

[...] eu trabalho ... com um rapaz que revende bijuterias, que ele também vê a minha situação... as vezes eu chego em casa, eu to chorando, ele pergunta porque, ele me ajuda me da uma carona, é ... procura ... procura ta sempre me ajudando de alguma maneira, é ... sempre por amizade mesmo. Tenho minhas amigas também que chega em casa é ... pergunta sempre se eu to precisando de alguma coisa e assim foi passando a vida. (ALICE)

Só que como eu ... conheço muita gente que gosta muito de mim eu tenho muitos amigos sabe, e aí Deus colocou essa amiga minha e aí ela tava com essa casa fechada, aí ela disse, "se você quiser vir pra cá, pra dentro da minha casa, você fica um tempo, tempo que você quiser com seus filhos, pelo menos você não vai tá dentro da casa de sua mãe", que eu tenho um irmão que bebe muito sabe, ele bebe muito ele é muito perturbado ele stressa qualquer um, aí eu disse é eu vou ficar aqui, aí eu comecei ... eu fui pra lá. (EMANUELA)

Já quando questionadas sobre o apoio de vizinhos/as os discursos foram diferenciados quanto à falta e presença de apoio. No que tange à presença, foi possível identificar tais falas nas mulheres que moravam na mesma localidade já há algum tempo; tendo em vista que possuíam vínculos mais expressivos com a vizinhança. Com as entrevistadas que argumentaram não possuir apoio de vizinhos, usualmente tinham mudado de residência há pouco tempo. Para as mulheres que relataram falta de apoio de vizinhos, creditaram esse fato pela escolha das pessoas em não se envolverem com problemas no âmbito doméstico, principalmente quando esse problema refere-se a briga de casal.

De vizinhos é ... acho que pode até ter vontade de me apoiar nem que seja em palavras, mas tem aquele certo ressentimento, que é aquela história, mais bem antiga, que briga de marido e mulher ninguém mete a colher, ninguém quer se envolver. E de amigos assim cada qual no seu lugar, e eu no meu. Só isso. (RAFAELA)

[...] assim da vizinhança mesmo, meus filhos gritando, eu gritando pra ele abrir a porta e tudo, porque ele assim ... ele não quer ficar sossegado e nem quer sair, queria que eu ficasse em casa trancada, mas assim pra não sair pro meio da rua, para o pessoal não vê, assim ... o pessoal ficou olhando e tudo, mas ninguém diz nada, ninguém se mete, porque é aquele negócio, negócio de marido e mulher e tudo o povo diz logo "ah não me meto não", pronto. (FABÍOLA)

Muitas vezes a própria entrevistada não queria envolvimento de vizinhos/amigos/as na sua relação, principalmente quando as questões relacionadas ao âmbito jurídico/policial eram consideradas, dado o receio do que poderia vir acontecer com eles/as.

[...] assim pra ela [amiga] ir pra delegacia não, essas coisas não, também ele pode cismar com ela, e eu deixo ela fora, entendeu aí ... eu não quero complicar ninguém basta eu” (Juliana).

Por último, cabe salientar que muitas vezes a falta de apoio foi interpretada pelos companheiros como uma “permissão” para agredir as esposas, visto que estas não teriam ninguém para defendê-las. Na contramão do que seus respectivos parceiros almejavam, algumas das mulheres acreditavam que, apesar da violência, poderiam citar certa via de apoio positivo no trajeto da rota crítica.

Ele faz isso porque sabe que eu não tenho apoio nenhum, você sabia, eu já tomei iniciativa de mim mesmo, que ele faz isso porque eu não tenho apoio. Mas, tenho apoio, ele ta muito enganado que não tem apoio de mulher na delegacia. Eu já sei já, tô toda informada, só basta ele deixar uma marca em mim entendeu?! tô vivendo bem, conversei com ele pra viver bem, mas, eu disse a ele que se ele partir pra cima de mim [...] ele não pode dizer que eu tenho homem, o homem que eu tenho é ele e ele não me procura, é só isso e eu não sei o que ta acontecendo. (Juliana)

3.5 – RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

As rotas das mulheres em situação de violência do município de Juazeiro\BA envolveram serviços relacionados aos setores da segurança pública, jurídicos, assistência social e da saúde.

3.5.1 - Setor Segurança Pública

Os serviços relacionados ao setor da segurança pública foram os mais solicitados pelas entrevistadas, sendo citados: a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), o Complexo Policial Civil, o Batalhão de Polícia

Militar da Bahia (BPMBA) e o Departamento de Polícia Técnica. Dentre essas instituições, a DEAM foi o mais procurado por 22 entrevistadas. A única mulher que não procurou a delegacia, não o fez porque na época o atendimento à mulher era realizado juntamente ao Complexo Policial Civil.

A DEAM (assim como o Complexo Policial Civil – delegacia comum) trabalha sob um regime de atividades protocolares que acabam por enrijecer as práticas dos seus profissionais. Tal protocolo acaba por fragmentizar o olhar desses profissionais frente às mulheres que procuram atendimento nas delegacias. Historicamente, a delegacia possuía funções relacionadas unicamente a esfera jurídica e policial. Com o surgimento das delegacias especializadas um novo olhar sobre esses públicos (a exemplo das mulheres/ crianças/ idosos) começou a ser problematizado. No que tange a DEAM, a norma de padronização prevê as atribuições funcionais para além dos procedimentos criminais, a exemplo do acolhimento e escuta atenta das mulheres que chegam procurando apoio na instituição. Nessa linha, apesar de no país já existirem DEAM que foquem a dimensão preventiva, social e psicológica do fenômeno da violência contra a mulher (MACHADO, 2010), no município de Juazeiro/BA em geral, o protocolo foca o registro, apuração e investigação das queixas.

Nos discursos, identifica-se que o setor da segurança pública, em especial a DEAM, foi considerado pelas mulheres como um dos principais serviços no apoio a violência sofrida. Isso porque, quando questionadas sobre os serviços procurados na busca de apoio na situação de violência, a grande maioria das mulheres citavam a delegacia especializada. Para Brandão (1998) a demanda feminina que chega a DEAM vêm assumindo diferentes funções para além das atribuições policiais. As mulheres visualizam a DEAM enquanto um dispositivo que defende os seus direitos e que “tradicionalmente reconhecem e legitimam como uma instância de resolução de conflitos, a despeito de sua dimensão repressiva” (BRANDÃO, 1998, p. 61). Nessa direção, além de procurarem a DEAM em busca das atribuições formais da polícia, também relataram a busca de aconselhamentos para o companheiro e para si própria, de informações sobre serviços e procedimentos a serem realizados, e de encaminhamentos para serviços específicos. Para Machado (2010), tais atividades são compreendidas por profissionais das delegacias como sendo atividades extra policiais, por serem qualificadas enquanto orientações sobre resoluções de problemas que fogem da atribuição de polícia. Assim, boa parte das expectativas

Variados fatores estão imbricados no processo de realização de denúncia e se mesclam levando à mulher a dúvidas e conflitos sobre o melhor caminho a seguir: dependência econômica e de moradia, o medo de possíveis represálias, piedade e amor pelo companheiro, consideração pela família do parceiro, entre outros.

Para as mulheres que almejam alguma punição para o agressor, a pouca resolutividade após a denúncia realizada, pareceu ser um dos principais fatores que contribuíram para a descrença nas atividades desempenhadas pela delegacia.

Aí de dois mil ... foi 2009 mesmo, aí voltei, aí passei esses dois anos sofrendo sendo agredida mas sem vim pra prestar queixa porque nada foi resolvido. (Rafaela)

Eu ... eu acho que devia ser mais ... entendeu?! Eu venho por vim mesmo, mas ... não boto muita fé não. E isso vai ser a última vez que eu venho. (Olívia)

[...] agora eu vim na delegacia da mulher, eu não to achando apoio nenhum, agora mesmo, eu vou sair daqui, eu vou sair mesmo revoltada, porque ... eu cheguei aqui, no único lugar que diz que é pra acolher a gente e não acolhe (Fabíola)

Ao serem questionadas sobre a qualidade do atendimento prestado na DEAM, as respostas foram ambivalentes entre as entrevistadas. Alguns depoimentos afirmaram o descontentamento com o atendimento recebido, outras fizeram algumas ressalvas negativas, e por fim, um outro grupo afirmou terem recebido um bom atendimento.

Foi bem, fui bem atendida, o rapaz conversou muito, conversou ... informou muito. (Ana)

[...] procurei delegacia da mulher, ninguém me orientava o que eu tinha que fazer. (Rafaela)

[...] bom ... o atendimento lá na delegacia das mulheres foi ... reto e concreto o negócio. (Fátima)

O segundo serviço mais procurado pelas entrevistadas foi o Complexo Civil, totalizando 14 mulheres. As situações que levaram as entrevistadas a procurar precisamente esta instituição foram duas: por não existir, na época, a DEAM (6), ou por prestar apoio institucional durante os finais de semana (12). Aponta-se a delegacia comum (Complexo Policial Civil), com maior número de depoimentos descontentes com a qualidade do serviço prestado. Esses discursos tornaram-se

mais evidentes nas mulheres que utilizaram ambos os serviços em anos diferentes. Este resultado coincide com a pesquisa realizada por Silva (2008) ao investigar a rota crítica de mulheres em situação de violência. Para Meneghel *et al* (2011) as delegacias são os serviços mais conhecidos e procurados pelas mulheres em situação de violência, mas também acabam sendo os mais criticados quanto ao atendimento ofertado à população.

As discussões sobre os horários de funcionamento das DEAM vem sendo alvo de debates de feministas nos últimos anos (SARDENBERG; GOMES; TAVARES, 2010). Já que a garantia do atendimento integral especializado às mulheres em situação de violência, a qualquer dia e horário proporcionaria, menos problemas às entrevistadas durante o percurso da rota. Vários foram os discursos que pontuaram as idas e vindas das entrevistadas durante os finais de semana e em horários noturnos, por desconhecerem o período de funcionamento da delegacia especializada e a atuação conjunta com o complexo nos fins de semana.

Vim denunciar, sábado quando eu vim pra denunciar, não sei se funciona aqui, é fechado né?! Tava tudo fechado. (Mariana)

[...] estava grávida quase perdi o bebe, foi do meu segundo filho. Eu fiquei toda machucada, ele me pisou de pé, aí eu procurei aqui final de semana, aí tava fechado, aí eu fui pra casa e acabei desistindo (Mara)

Foi possível identificar nos discursos a resistência em procurar apoio no setor da segurança pública, nos casos de agressões psicológicas e morais, tendo em vista que dificilmente essas mulheres teriam marcas visíveis para reforçar o discurso da violência. Mesmo distinguindo as tipificações da violência, e com discernimento sobre as situações vivenciadas, acabavam recorrendo aos serviços principalmente em situações limítrofes frente às agressões físicas. Identifica-se que 16 entrevistadas iniciaram a rota crítica a partir de episódios de violência física. Como parte do regime protocolar de ambas as delegacias (DEAM e Complexo) as mulheres eram encaminhadas para o Departamento de Polícia Técnica²⁴, onde realizavam o exame de corpo e delito. Sobre o atendimento prestado, poucas foram

²⁴ O Departamento de Polícia Técnica também é conhecido no município como o Instituto Médico Legal (IML). De acordo com Pasinato (2006b) o IML é composto de dois departamentos: o Setor de Perícia no Morto, onde são realizados os exames de necropsia; e o Setor de Perícia no Vivo, onde são realizadas investigações de lesões corporais e crimes sexuais, objetivando como provas materiais para serem incluídas no inquérito policial.

as entrevistadas que relataram a qualidade do atendimento prestado no Departamento de Polícia Técnica, e quando o fizeram, obtiveram representações negativas acerca dos profissionais.

[...] ah me senti ali, me senti um nada ali, eu fiquei, eu fiquei tão de um jeito que, eu fiquei sem palavras, olhei assim pra ele [médico] e saí chorando. E foi o atendimento lá, não gostei não, o atendimento lá foi horrível, porque simplesmente ele só fez dizer isso... ele disse, “ah umas manchinha aqui” aí pegou aqui, até com uma certa ignorância, [...] aí ele arribou minha roupa e viu as mancha, aí olhou aqui minha mão inchada, fez bem assim, “ah um cortezinho” pronto, escreveu num pedacinho de papel assim e me levou pra delegacia, mas eu me senti humilhada. (Fernanda)

O fato das entrevistadas relatarem poucas experiências sobre o atendimento realizado na Polícia Técnica, pode ser um indicativo do quão automatizado está sendo efetivado este processo, sem nenhum indicativo de atendimento especializado para essas mulheres e o mínimo de humanização incluída. Sobre isso Pasinato (2006b) relata a iniciativa do Instituto Médico Legal (IML) do município de Belo Horizonte de realizar e planejar algumas ações que estão favorecendo o atendimento às mulheres em situação de violência: “humanizaram” o ambiente da sala de atendimento, a partir de uma reforma dos equipamentos e da parte estrutural da sala; contrataram auxiliares de enfermagem mulheres para o acolhimento inicial na sala de espera; contratação de assistente social para acolhimento; e uma entrada independente para as mulheres em situação de violência, objetivando evitar possíveis constrangimentos e uma maior privacidade.

No que refere à procura das mulheres do Batalhão de Polícia Militar da Bahia (BPMBA) uma única entrevistada procurou a instituição. Não obstante, o serviço possui um papel muito importante na rede de cuidados para as mulheres do município de Juazeiro/BA, por aí funcionar a central de telefonia “190”²⁵ que é muito utilizada entre as entrevistadas. Além de visualizar a central enquanto um serviço que disponibiliza atendimento policial “domiciliar” de urgência, as mulheres também procuravam o serviço na busca de informações sobre quais serviços poderiam procurar (e onde procurar) diante da violência sofrida. De maneira geral, os

²⁵ Apesar da Central de Atendimento à mulher “180” disponibilizar atendimento informativo às mulheres em situação de violência, não foi identificado nenhuma alusão a tal número, entre os discursos das entrevistadas no município de Juazeiro/BA.

discursos referentes ao serviço “190” foram ambivalentes e variaram entre as entrevistadas, como pode ser observado nos discursos abaixo:

[...] dois policiais, super legais, muito legais mesmo, me apoiaram bastante (Rafaela)

[...] eu liguei pra policia e tudo, eles não vieram, tava dando ocupado, deu ocupado ... deu ocupado, ai ontem ... ontem a noite o ... guardinha ligou, falou com ele, eles disseram “a gente só pode ir em caso de emergência”, aí os guarda falou, “ó aqui é um caso de emergência, porque a senhora ta do lado de fora com duas crianças, as criança nervosa, a senhora também nervosa e vocês tão dizendo que isso não é emergência?” aí pegaram e desligaram o telefone. (Fabiola)

3.5.2 - Setor Jurídico

Nos moldes da lei 11.340/2006 - Maria da Penha (BRASIL, 2008a) é garantida a toda mulher que venha a sofrer violência doméstica a assistência judiciária gratuita. Os procedimentos jurídicos são iniciados com a denúncia realizada pela mulher na delegacia especializada e a formatação do processo judicial, o qual é aberto e enviado para o Ministério Público. Para cada mulher fica expresso o direito de possuir um defensor público para representá-la no processo perante a justiça. Conforme dispõe esta Lei 11.340/2006 em seu artigo 13, o procedimento judicial das causas que versam sobre a violência doméstica será regido pelas normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido na Lei Maria da Penha.

Os serviços menos procurados por parte das entrevistadas foram os referentes ao setor jurídico, sendo citados o Fórum, a Defensoria Pública e a Promotoria de Justiça. A denúncia na DEAM era realizada, mas os discursos femininos não relatam a continuidade desses inquéritos no sistema judiciário. Apenas uma das 23 entrevistadas teve contato com os respectivos serviços por conta dos procedimentos de denúncia realizados contra o agressor. Algumas outras tiveram acesso ao pedido de medida protetiva expedido por parte dos profissionais do jurídico. Mas, no geral, a maioria das demandas das mulheres, frente o sistema

judiciário, esteve pautada nos conflitos relacionados a guarda das crianças e pensão alimentícia.

Esse setor ainda parece causar estranhamento às mulheres, pois poucos foram os discursos e informações relativos ao sistema judiciário; resultando pouca resolutividade dos processos judiciais que são abertos contra os companheiros e ex/companheiros a partir da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do município de Juazeiro/BA. Embora as mulheres apontem a DEAM como um dos principais serviços procurados ao vivenciarem a situação de violência doméstica, a grande falta de resolutividade de denúncias realizadas na DEAM, dado ao congestionamento de processos no sistema judiciário, foi presença marcante nos discursos.

Todas as vezes falava que ia para o juiz, mas não deu em nada até hoje.
(Rafaela)

[...] tá aí parado o processo aí, eu acho que eles só vão chamar no dia que ele fizer uma arte comigo. (Marcela)

Terceira vez [bateu] eu vim e prestei queixa. Isso, vai fazer um ano e a audiência foi marcada só pra novembro desse ano. Disseram que ia o juiz, ia marcar a audiência, que num sei o quê, num sei o quê... e nisso ... que eu achei que ia ser rápido né?! E nisso pronto, já se acomodou, já até saiu de lá, de onde ele morava. Ele agora já tá morando em outro endereço.
(Olívia)

3.5.3 – Setor de Assistência Social

No que refere aos serviços do setor da assistência social as entrevistadas citaram o Conselho Tutelar, Casa de Passagem para Crianças e Adolescentes, Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). Dentre estes serviços o CIAM foi a instituição mais procurada por parte das entrevistadas. Os motivos são diversos, mas se assemelham as atividades propostas pela instituição: atendimento psicológico, jurídico, assistência social, cursos de geração de renda, encaminhamento a outros serviços, atendimento com profissional ginecologista, acolhimento na sala de espera. Destaca-se que foi o

CIAM o serviço considerado pelas entrevistadas como mais acolhedor, humanizado e resolutivo frente às demandas trazidas a instituição. Como pode ser mencionado nos discursos abaixo:

[...] quando eu cheguei aqui eu fui muito bem recebida, muito bem mesmo, o CIAM eles dão apoio, eles se preocupa em saber o que se passa com a gente né, tem a triagem que a gente conversa tudo né direitinho e tem os cursos que são maravilhosos. Os curso nos ajuda a ter auto estima, a conseguir emprego, a voltar né, voltar de um ... de uma convivência triste e um passado horroroso porque ... de qualquer forma elas conversa, elas nos inclui, nos valoriza assim, o CIAM por ser mulher também né, elas são mulher como a gente e elas tem aquela sensibilidade. (Emanuela)

[...] que eu posso hoje falar certo, e ... que o CIAM me ajudou muito ... muito mesmo [...] aí eu aprendi a me amar, a me amar, pra depois amar os outros, gostar de mim pra depois gostar dos outros. (Fernanda)

Não é uma surpresa o fato das entrevistadas considerarem o centro de referência enquanto um espaço acolhedor, já que o próprio formato do serviço permite um ambiente mais leve e receptivo a essas mulheres (BRASIL, 2006). Na época em que a coleta de dados foi realizada o serviço esteve sem o profissional de psicologia por cerca de dois meses, o que acarretou maior concentração de mulheres que procuravam o serviço pela demanda jurídica, principalmente para resolver questões legais quanto a separação do companheiro, de guarda e de pensão de alimentos para as crianças.

Aí eu vim aqui na CIAM por conta da pensão e da divisão de bens materiais, da separação. (Bárbara)

Aí hoje eu vim pra conversar com a advogada pra vê, porque ela disse que ia dá entrada no divórcio, na pensão alimentícia e também sobre a guarda deles, porque eu quero ganhar a guarda para eu criar do meu jeito. (Aparecida)

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) foi citado como um grande apoiador frente às vivências de violência e de encaminhamento para serviços especializados, a exemplo da DEAM e CIAM.

[...] no CRAS eu fui pedir ajuda pra ... pra entender o que tava acontecendo, porque que eu sentia muita dor de cabeça, andava nervosa, devido as coisas ... aí fui procurar o conselho psicológico, eu andava aborrecida direto, não tinha ânimo. (Fátima)

No que refere ao Conselho Tutelar quatro mulheres relataram procurar atendimento devido a problemas relacionados inicialmente, aos/filhos com o companheiro/agressor. Nos discursos, identifica-se que as conselheiras além de auxiliar as mulheres nas ações referentes às crianças, também intervieram junto à situação de violência, convocando os companheiros a comparecer na instituição para realizar aconselhamentos. Como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

Aí depois do conselho tutelar me deu assistência lá também, não tenho que falar sabe, me deu toda atenção, é como aquela questão, aí assinei lá né, ele assinou, pras meninas ficaram com ele né?!, e eu visitar no final de semana. Aí pronto ficou assim. (Juliana)

A primeira vez que eu procurei essa espécie de serviço foi o conselho tutelar que era pra tirar a criança de lá da casa [...] é ... chegamo lá no conselho tutelar a promotora ponhô a gente pra dialogar, conversar e tentar vivenciar de novo, viver, criar as crianças, e foi ali que eu descobriu que eu tava gestante dessa outra criança. (Fátima)

Além do Conselho Tutelar, outros serviços envolvendo os/as filhos/as do casal também foram citados como parte das instituições recorridas para lidar com a situação de violência. Cita-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) procurado por duas entrevistadas em busca de atendimento Psicológico para as crianças, os quais de acordo com as entrevistadas estavam muito nervosos por presenciarem situações de violência; e cita-se também a Casa de Passagem, procurada como possibilidade de deixar seus/suas filhos/as, enquanto arrumava uma nova moradia, e por uma das entrevistadas que na época da agressão do companheiro era adolescente e necessitou ficar na instituição.

Com relação a política de abrigamento, destaca-se que o município de Juazeiro/BA não possui uma Casa Abrigo para as mulheres que estão em situação de violência e risco. O que de fato interfere na garantia de um atendimento integralizado a essas mulheres, por carecer de serviços essenciais a uma rede de atendimento efetiva. Variadas foram os contextos os quais os dispositivos de abrigamentos seriam úteis para a violência vivenciada, no entanto, em poucos discursos as interlocutoras verbalizaram sobre uma solução ofertada pelo CIAM, como pode ser identificado no discurso a seguir:

[...] me ajudaram bastante, eles chegaram até ao ponto de querer me levar pra salvador pra casa de acolhimento lá, por conta da violência que eu tava sofrendo dele. (Fernanda)

Daí a importância para se travar possíveis articulações entre políticas e instituições estatais e municipais. Principalmente quando se sabe que a poucos metros de Juazeiro/BA encontra-se a cidade vizinha, Petrolina/PE, que possui uma Casa Abrigo disponível para o público feminino, mas que não atendem [apesar de possuir disponibilidade para tal] as demandas dos serviços do município de Juazeiro/BA²⁶.

3.5.4 - Setor da Saúde

Os serviços de saúde, apesar de constituírem um privilegiado espaço para o acolhimento das mulheres em situação de violência, dificilmente são vistos como tal pelas mulheres que vivenciam esse fenômeno. Nas palavras de Schraiber e D'Oliveira (1999) o sofrimento vivenciado pelas mulheres por conta da situação de violência raramente é considerado pelos profissionais de saúde como foco de sua atuação, a não ser que exista alguma demanda de saúde de base anatômica e patológica. Sobre isso Santi, Nakano e Lettiere (2010) acrescenta:

[...] a intervenção na violência contra a mulher [no campo da saúde] só se justifica quando suas consequências são percebidas como uma doença, caso contrário, a queixa não é considerada parte das ações em saúde, e as consequências são referidas a outra ordem do social e/ou do psicológico, desqualificando-as para uma intervenção médica. (p.421)

Assim, não é fato comum que a violência contra a mulher apareça como objetivo de atendimento em serviços da saúde, nem tão pouco ser descrita em prontuários e foco de possíveis encaminhamentos (SCHRAIBER *et al*, 2005). Existe um leque de situações que devem ser pensadas e problematizadas para uma

²⁶ A secretária do município de Juazeiro/BA que coordena o CIAM refere, em conversa informal, que já foi tentado realizar uma unificação no atendimento da Casa Abrigo de Petrolina/PE, estendendo para o município de Juazeiro/BA. No entanto, devido a impasses políticos partidários não foi possível institucionalizar esse acordo, entre os dois estados.

compreensão coerente das dificuldades encontradas pelo campo da saúde em acolher as demandas de violência doméstica. Uma dessas é o fato de muitos profissionais de saúde apontarem o despreparo para lidar com a temática da violência. No estudo sobre rotas críticas realizado no município de Porto Alegre/RS (MENEGUEL *et al*, 2011), os operadores do setor da saúde relataram a dificuldade em atender mulheres em situação de violência doméstica, seja por considerarem os serviços inadequados para tal acolhimento, seja por não se sentirem capacitados para realizar qualquer intervenção.

Somado ao despreparo dos profissionais está a invisibilização do fenômeno da violência no campo da saúde. Usualmente as mulheres já encontram dificuldade em romper com o silêncio da situação de violência, somado a falta de um espaço de acolhida e de profissionais qualificados essas mulheres continuam a silenciar e não relatam que a causa dos problemas que levaram a procurar os serviços de saúde está relacionada a violência perpetrada pelo companheiro (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2009).

Na presente investigação, poucas mulheres relataram procurar atendimento no campo da saúde. Apenas sete entrevistadas citaram serviços nessa área, respectivamente: a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Hospitais do município e estado: Promatre, Regional, Serviço de Ortopedia e Traumatologia Especializada (SOTE).

O território de Juazeiro/BA está dividido em seis distritos sanitários, sendo desses quatro na zona urbana e dois na zona rural. Cada distrito sanitário possui uma média de seis a oito Unidades Saúde da Família (USF). O alcance da ESF às mulheres em situação de violência facilitaria o serviço ser considerado uma das principais portas de entrada frente ao fenômeno da violência (D'OLIVEIRA *et al*, 2009). Entretanto, esses espaços não foram considerados pelas entrevistadas como lugar de apoio institucional efetivo frente às problemáticas que se apresentavam. A única vez que a ESF foi citada por uma entrevistada, os/as profissionais da unidade de saúde encaminharam a usuária para o serviço de referência em saúde mental do município (CAPS), mas não conseguiram identificar que o nervosismo (“doença dos nervos”) relatado por parte da entrevistada era referente à vivência de violência com o companheiro. Nessa direção, existiu um único relato que envolveu a procura por serviços na área da saúde relacionados a problemas psicológicos. As percepções das mulheres relacionadas à procura dos serviços nesse setor estavam

profundamente arraigadas com as conseqüências a saúde física, ocasionadas pela perpetração da violência física e sexual.

Eu fui pro hospital, porque eu fiquei muito, bastante machucada. (Olívia)

Mesmo as entrevistadas que não procuraram atendimento na área da saúde, evidenciaram que não o fizeram porque não estavam com as marcas da agressão em evidência e, conseqüentemente, não precisavam de cuidados mais graves e complexos com a saúde. Geralmente utilizavam-se de técnicas populares/caseiras para tentar eliminar os sintomas e lesões ocasionados pela violência.

Não, não, eu ficava ... ele me trancava, eu ficava trancada, é ... soco no olho por exemplo é ... eu passava de 13 à 18 dias pra sumir aquela parte mais escura, ficava aquelas rajinhas de sangue, preto ... pisado, aí daí eu ficava só presa dentro de casa. (...). Então quando tava quase a mancha sumindo, eu acabava de cobrir com base de rosto, pó de rosto e pronto, eu não procurava hospitais. (Rafaela)

Não, porque assim, ele era muito esperto ele nunca deixava marca, as marcas que ele me deixava era beliscão e ficava manchado, só isso, só nesse dia [...] que ele me bateu de murro, só essa vez mesmo, das outras não, nunca deixou, marcas não. (Paula)

Não procurei não, eu tomei um banho de sal, ardeu pra dedeu, que eu tava toda machucada, disse que sal era bom pra fechar né?! aí tomei banho de sal, mas pra quê, nossa gente voltei a tomar banho de água limpa, (risos) só que valeu a pena que fechou. (Fátima)

No que refere às, respostas institucionais, todas as intervenções no campo da saúde estiveram centradas em práticas curativistas e medicamentosas. Sobre isso Schraiber e D'oliveira (2009) acrescentam que muitas vezes os profissionais de saúde acabam por preconizar bem mais tecnologias de cunho biologicista, ao invés de tecnologias mais assistenciais. Nos dizeres de Santi, Nakano e Lettiere (2010) os serviços de saúde precisariam responder a dois dilemas específicos para garantir a qualidade mínima ao atendimento prestado às mulheres em situação de violência: a) perceber e (re)conhecer a violência sofrida pelas mulheres, a partir de uma escuta atenta; b) e, tentar romper com práticas medicamentosas frente a demanda observada.

De uma maneira geral, foi consenso entre as entrevistadas o bom atendimento prestado pelos serviços. Em três situações os profissionais possuíram

interesse de saber os motivos pelos quais as mulheres chegaram agredidas ao serviço. No entanto, é importante salientar que esse interesse ocorreu mais usualmente no hospital que possuía como parte da equipe de profissionais um policial militar que geralmente ficava situado na recepção da instituição.

[...] aí eu fui pra Pro - matre, quando cheguei lá, tem sempre um policial, aí eles fazem a pergunta né?!, o policial faz a pergunta [...] e aí eu entrei fui atendida. (Emanuela)

Quando eu cheguei no hospital ele perguntou o que foi, aí eu não queria falar ainda, o que tinha sido. Só que eu vim com minha mãe, e minha mãe falou ... é ... comentando com o guarda lá fora (Débora)

Além dos procedimentos de saúde, os profissionais de saúde também informavam as mulheres da importância de procurar a DEAM e denunciar o companheiro. Essa é uma atitude positiva, por possibilitar um espaço aparente de orientações para tomadas de decisões futuras.

No sábado que aconteceu eu fui pra Pro-matre, aí Dr. Dr. Dr. Leonardo, Dr. Eduardo, Dr, Leonardo, sei lá, Dr. Eduardo mesmo, aí ele mandou vim diretamente praqui, aí foi quando eu sai do hospital e vim praqui. (Ana)

O hospital foi Pro-matre e eles me encaminharam também pra delegacia pra prestar queixa também depois do atendimento, entendeu. Foi na emergência, só isso mesmo. (Olívia)

o ... médico pediu... perguntou se eu num queria que ele chamasse a polícia pra ... tomar providência contra ele. (Débora)

4 – ANÁLISE DAS ROTAS TRAÇADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O objetivo deste capítulo é a análise das rotas feitas pelas entrevistadas frente à problemática da violência perpetrada pelos companheiros e/ou ex-companheiros. As rotas descritas nos discursos foram esquematizadas e estruturadas em formato de figura para que fosse possível ter uma visualização geográfica dos caminhos percorridos pelas mulheres. Para isso, a partir do mapa atual da cidade de Juazeiro/BA, cedido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) foram marcados os serviços citados pelas entrevistadas a partir do auxílio do AutoCAD, um software de desenhos. Buscou-se assim, traçar rotas mais próximas possíveis da realidade geográfica das mulheres. Após a marcação dos serviços pelo software AutoCAD, foi realizada uma limpeza no mapa para que fossem retirados os nomes de ruas e avenidas tornando a imagem mais homogênea e visível. Esse processo foi realizado por meio do software PAINT, utilizado na criação de desenhos simples e edição de imagens. Posteriormente, as rotas foram traçadas a partir da realidade exposta por cada uma das entrevistadas, em um programa de edição e criação de imagens o Photoshop, perfazendo um total de 23 imagens. Para fins de compreensão nas rotas críticas traçadas foram colocados além dos nomes das instituições os respectivos bairros do município. Além disso, para a DEAM foram adotados três numerações (DEAM 1, DEAM 2, DEAM 3) já que a instituição, desde a sua criação, funcionou em três endereços diferentes.

Diante do grande número de entrevistadas e a fim de evitar que a exposição das rotas ficasse repetitiva optou-se por agrupar e classificá-las a partir de critérios específicos, para que não se perdesse a grandiosidade dos fatos identificados. Saliencia-se, entretanto, que esta classificação não expressa o sentido de menor ou maior importância das rotas, nem pretende dar conta da totalidade do fenômeno em questão. Trata-se de um recorte da realidade vivida para fins de análise.

Os critérios²⁷ para a classificação das rotas foram construídos a partir dos três elementos categoriais identificados na análise a **vivência da violência**, a **rede**

²⁷ É importante enfatizar que os critérios aqui expostos estão extremamente relacionados com todas as questões teóricas e de análise já discutidas no capítulo anterior.

relacional de apoio e as **respostas institucionais**. A análise das rotas foi pensada à luz desses elementos e do seu caráter relacional, extraídos dos discursos. A complexidade do fenômeno da violência contra a mulher, bem como a contextualização teórica - metodológica utilizada na presente investigação serviram de base para a construção das rotas críticas. No que tange ao critério **vivência da violência**, além dos fatores impulsionadores²⁸ e obstaculizadores²⁹ (já discutidos no capítulo anterior) que também afetaram diretamente o percurso das mulheres na busca por apoio, leva-se em conta a relação entre o contato com o serviço e a exposição das mulheres à situação de violência: ou seja, a existência ou não da continuidade dos episódios de violência, mesmo após a procura do apoio institucional. Assim, as mulheres que continuaram a sofrer episódios de violência após iniciar a rota foram consideradas como casos de maior complexidade, já que, de acordo com a análise dos dados, essas entrevistadas demandaram uma maior procura institucional por estarem mais vulneráveis à situação de violência e não possuírem respostas resolutivas pelos respectivos serviços.

No que concerne a **rede relacional de apoio** leva-se em conta a importância atribuída pelas mulheres às suas redes de apoio e se estas possuíam conhecimento da existência e localização dos serviços especializados no município. Considera-se que à medida que as mulheres e suas redes relacionais de apoio desconhecem possíveis serviços que poderiam prestar atendimento frente a sua demanda, maior seria a permanência na situação de violência e complexidade da rota. Para além do conhecimento dos serviços, também se levou em conta o apoio desta rede relacional nas decisões tomadas envolvendo o campo institucional. Ou seja, quanto menos apoio as mulheres recebem por parte de suas redes, mais complexa e crítica vai ser a rota percorrida e a vulnerabilidade à situação de violência.

²⁸ Fatores impulsionadores: saturação frente à situação de violência; ausência do sentimento de amor pelo companheiro; o envolvimento do companheiro com drogas; a percepção de que o companheiro não iria mudar o seu comportamento violento; o envolvimento do agressor com outras mulheres; possibilidade de retirar as crianças do convívio de um ambiente violento.

²⁹ Fatores obstaculizadores: o desejo em manter o núcleo familiar por conta dos filhos/as; a dependência financeira para com o seu companheiro; a esperança de que o companheiro poderia vir a mudar; a vergonha em expor publicamente as vivências da violência; o medo das reações do companheiro caso procurasse alguma instituição, principalmente se esse serviço era relacionado ao setor jurídico/policial; o sentimento de amor e pena pelo companheiro, principalmente se este estava envolvido com o uso de algum tipo de drogas lícitas e ilícitas.

Quanto ao critério **respostas institucionais** dos serviços identificados pelas entrevistadas, considerou-se cinco itens para classificar as rotas: a) resolutividade das respostas institucionais (no sentido de que, quanto menos respostas positivas as instituições derem, frente as demandas apresentadas pelas mulheres, mais complexa será essa rota); b) o tempo da rota (as rotas mais complexas seriam aquelas onde as mulheres estão procurando serviços a mais tempo e continuam sem conseguir romper com a situação de violência); c) os intervalos de tempo entre a procura dos serviços (tais intervalos refletiram maior complexidade, pois mesmo sem procurar serviços especializados a situação de violência não estava cessada); d) a periodicidade, ou seja, o número de vezes que cada mulher procurou por cada instituição (optou-se por considerar o número de vezes que entrou em contato com os serviços e não a quantidade de serviços procurados por observar, a partir da análise dos dados, que a quantidade de serviços em si, não significa necessariamente que as mulheres estão mais vulneráveis a continuar na situação de violência. O que não acontece com a periodicidade, tendo em vista que, de acordo com a realidade das 23 entrevistadas, a maior periodicidade não significou resolutividade, mas sim dificuldade em encerrar o ciclo de violência.).

No quadro 01 é possível visualizar os critérios de acordo com as suas subdivisões.

Quadro 01 – Distribuição dos critérios para classificação da complexidade das rotas percorridas pelas mulheres no município de Juazeiro/BA

Critério	Subdivisões
1. Vivências da Violência	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fatores impulsionadores ○ Fatores obstacularizadores ○ Existência ou não da continuidade dos episódios de violência, após a procura

	dos serviços
2. Rede Relacional de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> ○ Conhecimento da existência e localização dos serviços pela rede
3. Respostas Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Resolutividade das respostas institucionais ○ O tempo da rota ○ Os intervalos de tempo entre a procura dos serviços ○ Periodicidade - número de vezes que cada mulher procurou por cada instituição

Deste modo, partindo do delineamento desses critérios, as rotas foram classificadas como: simples, intermediárias e complexas. As **simples** seriam aquelas cujas mulheres conseguiram romper com a situação de violência, após o primeiro contato institucional; possuíram redes relacionais efetivas no apoio e contato com os serviços; possuíram respostas institucionais positivas; menor tempo na rota crítica e pouca periodicidade nos serviços. As rotas **intermediárias** são aquelas que apesar das entrevistadas não conseguirem romper com a situação de violência após o primeiro contato com algum serviço, dado os obstáculos enfrentados, possuíram redes relacionais efetivas; com tempo e periodicidade menor nos serviços; com maior resolutividade frente as demandas apresentadas. Já as rotas **complexas** foram aquelas cujas mulheres não conseguiram romper com a situação de violência, dado os obstáculos enfrentados; possuíram, em alguns momentos, dificuldade no acesso aos serviços, devido à falta de conhecimento por parte da rede relacional; maior tempo de rota; maior periodicidade; e menor resolutividade frente as respostas institucionais.

Destaca-se aqui o caráter subjetivo na delimitação dos critérios. Classificar uma rota como simples ou intermediárias, por exemplo, não é interpretada como uma minimização da violência sofrida quando relacionada às rotas consideradas

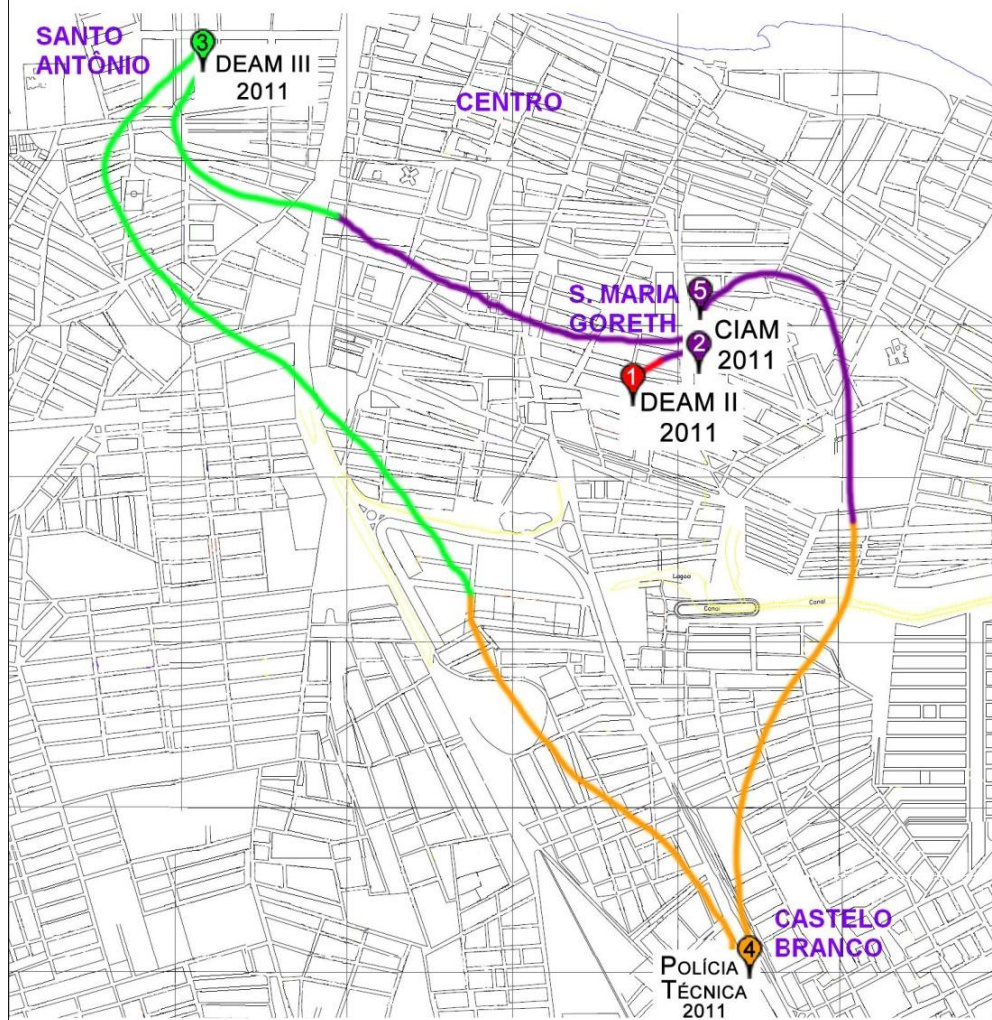
complexas, pelo contrário, é visualizada como uma rota que possibilitou uma menor peregrinação entre os serviços por parte das mulheres.

4.1- ROTAS SIMPLES

Dentre as 23 entrevistadas, poucas rotas foram classificadas como simples, tendo em vista os percalços vivenciados pelas entrevistadas no acesso aos serviços e a relação com as vivências da violência e as redes relacionais de apoio. Apenas quatro entrevistadas foram incluídas nesse grupo: Mariana (23 anos), Dona (43 anos) Taís (31 anos) e Joana (55 anos)³⁰. Considerando os critérios para a definição de uma rota simples, no que refere à vivência de violência Mariana foi uma das entrevistadas que teve o menor tempo de convivência com o companheiro, cessando a situação de violência, após a procura de apoio institucional. Juntamente como Mariana, as outras duas mulheres que perfizeram o grupo das rotas classificadas como simples, também cessaram a situação de violência após a procura do apoio institucional, apesar de possuírem um tempo de convivência com o companheiro e de vivência de violência bem maior do que o exposto por Mariana, respectivamente 14 (Dona) e 11 anos (Taís). A seguir segue a rota percorrida por Mariana, para maiores aprofundamentos na sua análise.

³⁰ Para apreciação da rota percorrida por Joana ver Apêndice E.

FIGURA 01- ROTA PERCORRIDA POR MARIANA (23) COM 3 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - DEAM II (APÓS AGRESSÃO PROCUROU A INSTITUIÇÃO, MAS NÃO ENCONTROU O LOCAL. POR SER FINAL DE SEMANA O SERVIÇO ESTAVA FECHADO, COMO TAMBÉM HAVIA MUDADO DE ENDEREÇO);
- 2 - CIAM (REALIZOU TRIAGEM, AGENDOU ATENDIMENTO PARA A PSICÓLOGA E ADVOGADA E FOI ENCAMINHADA PARA DEAM III);
- 3 - DEAM III (REALIZOU DENÚNCIA);
- 4 - POLÍCIA TÉCNICA (FEZ O PROCEDIMENTO DO EXAME DE CORPO E DELITO);
- 5 - CIAM (ATENDIMENTO COM A PSICÓLOGA E ADVOGADA PARA TRATAR DA SEPARAÇÃO JUDICIAL E PENSÃO ALIMENTÍCIA DO FILHO);
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

O relato da rota de Mariana foi muito importante por ser uma trajetória, iniciada recentemente, com alguma resolutividade frente ao problema vivenciado por ela. Principalmente, quando somado com a rede de apoio que ela recebeu de familiares mais próximos, em especial o pai e a mãe. De acordo com a própria entrevistada ela foi bem acolhida pelos profissionais dos serviços, os quais tentaram resolver a demanda que se apresentava: realizar a denúncia contra o agressor/companheiro, suporte psicossocial no enfrentamento da situação de violência e, por último não menos importante, o suporte jurídico para a realização do divórcio e entrada do pedido de pensão alimentícia para o filho.

[...] eu resolvi tudo hoje, a primeira vez [...] Eu cheguei aqui de manhã [CIAM], falei com a mulher que eu não sei o nome dela, aí ela perguntou tudo: o que tinha acontecido, o tipo de violência que ele fazia. Aí escreveu tudo e me encaminhou pra lá [DEAM]. Aí ela disse que quando eu viesse de lá, pra voltar pra procurar a advogada e a psicóloga. Que eu vim agora fazer isso. (Mariana)

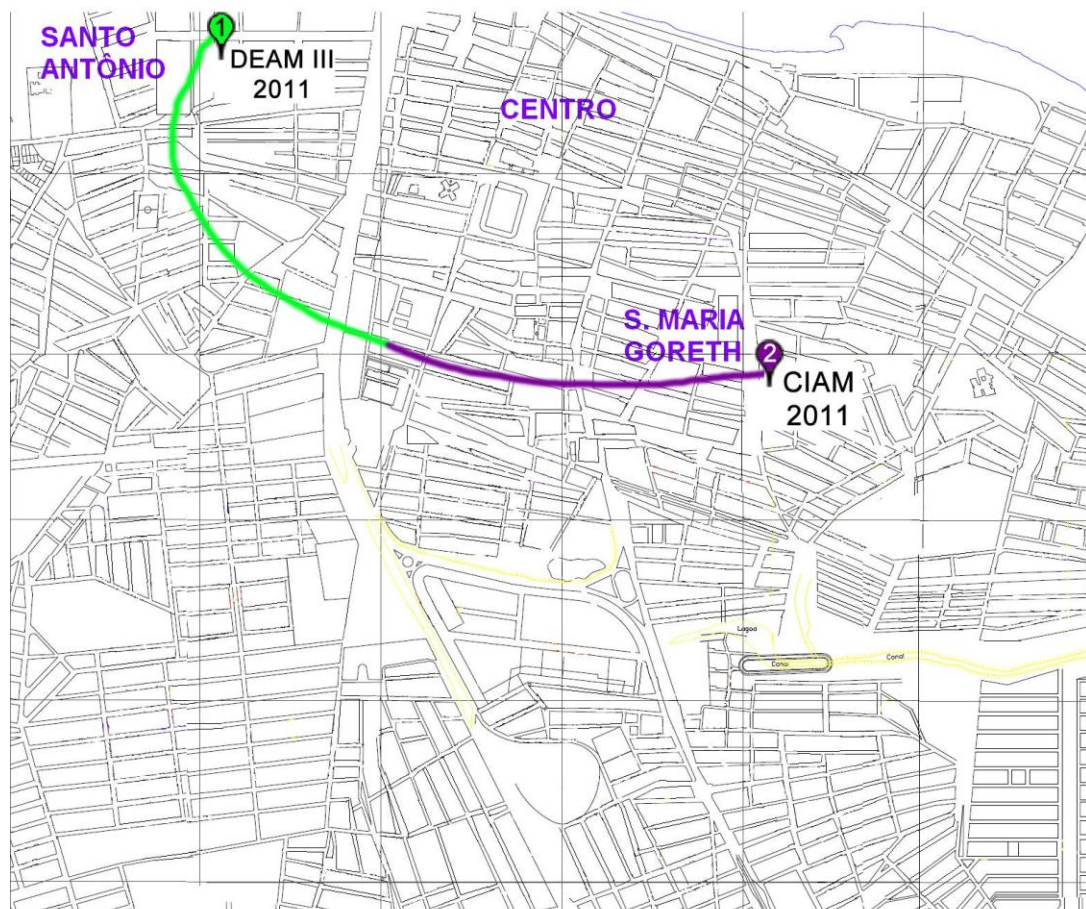
Mesmo não sendo atendida durante o fim de semana, quando sofreu o episódio de violência, Mariana conseguiu em um único dia ter acesso a alguns serviços básicos no município de Juazeiro/BA, fato que muitas outras entrevistadas, mesmo necessitando e estando inseridas em uma rota já há alguns anos, não o tiveram. Tais argumentações geram alguns questionamentos: afinal, porque Mariana (e as demais rotas simples) considerou o atendimento nos serviços contatados com grande resolutividade e as outras mulheres, que também chegaram a recorrer nesses serviços, não tiveram respostas institucionais tão positivas? Qual o impacto dessas diferenciações de atendimentos nas rotas traçadas pelas entrevistadas? Talvez tais argumentações não tenham respostas tão causais, mas algumas inferências podem ser realizadas no que tange a perspectiva teórica adotada na presente investigação, relacionadas as vivências da violência, a rede relacional de apoio e as respostas institucionais encontradas. No caso das *vivências*, cada mulher possui vivências e contextos diferentes, principalmente se a reação do agressor frente a ação da mulher na procura por atendimento especializado for considerada. No caso de Mariana, a reação até o dia que a entrevista foi realizada teve um saldo positivo, no sentido do companheiro não realizar represálias. Apesar de ser necessário considerar o curto espaço de tempo entre a procura institucional e a

última agressão, é possível afirmar que o companheiro ainda não tivesse tomado conhecimento das ações de Mariana; situação esta, diferenciada de outras rotas situadas enquanto intermediárias e complexas. No que refere as *redes relacionais*, Mariana conseguiu ter um apoio efetivo de pessoas próximas que auxiliaram na sua escolha de cessar a situação de violência e o ciclo de convivência com o companheiro. Por último, no que tange as respostas institucionais, apesar dos serviços (aqui me refiro mais especificamente aos serviços contatados por Mariana) disponibilizarem atendimento para a população feminina, não necessariamente esses serviços chegam até as mulheres da mesma maneira. Em outras palavras, apesar de existir um protocolo a ser seguido nos serviços, o atendimento não ocorre igualmente para todas as mulheres, inclusive porque é realizado por diferentes profissionais a depender da instituição.

A maior resolutividade foi uma das principais características das rotas que foram classificadas como simples, já que ocorreram em um intervalo de tempo menor e com pequena periodicidade quando comparadas com as intermediárias e complexas. Não necessariamente essa resolutividade é a mesma para todas as mulheres, até mesmo pela dimensão subjetiva de cada entrevistada frente às suas vivências de violência e o rompimento com o companheiro.

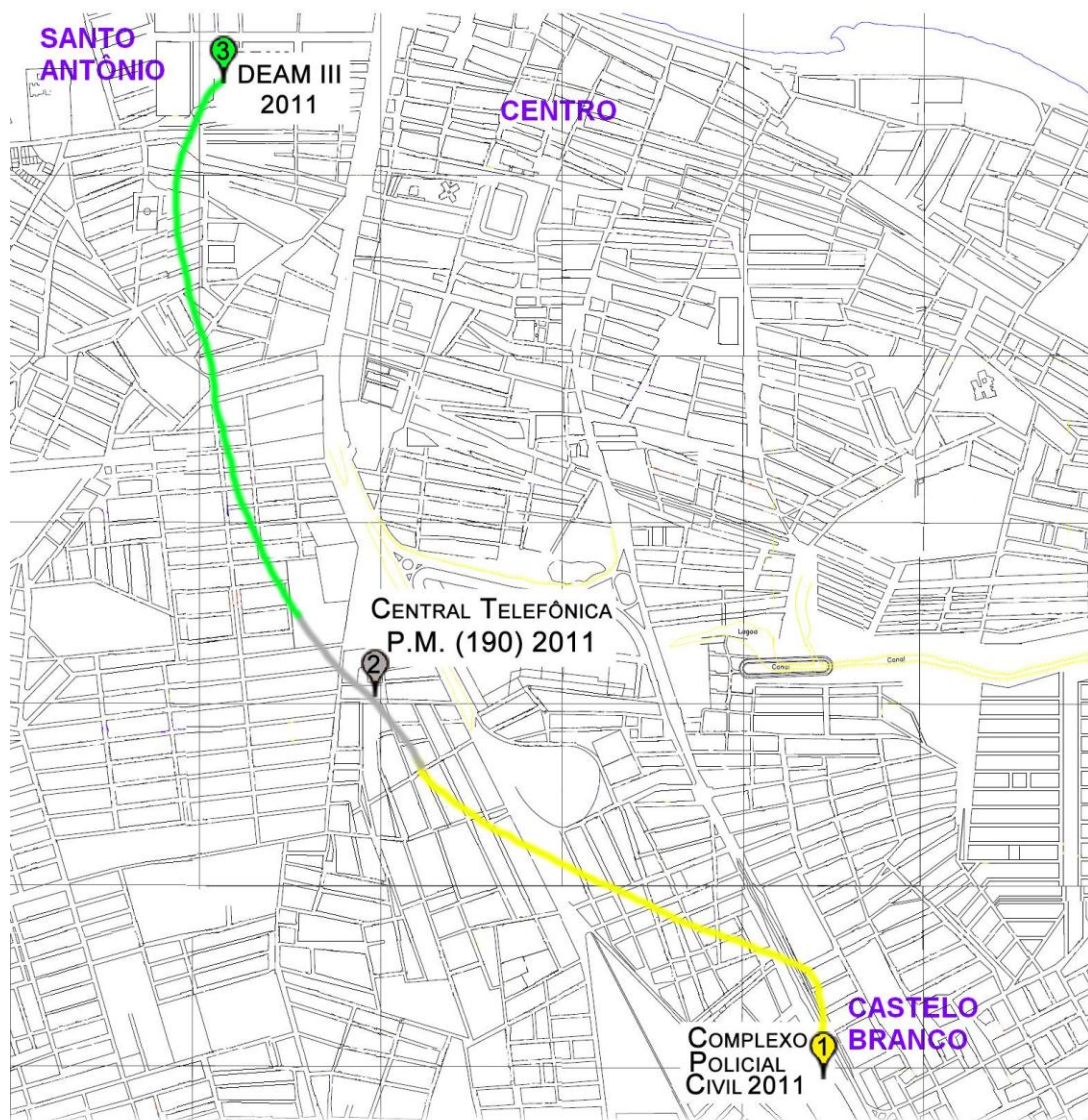
No caso de Taís e Dona, apesar de vivenciaram violência durante o convívio com o companheiro, a procura por apoio institucional só foi realizada após a separação do casal, já que a não aceitação do fim do relacionamento por parte do ex-companheiro provocou novos episódios de violência. Ambas, se sentiram mais seguras em denunciar as violências sofridas, pois não conviviam mais no mesmo domicílio com o agressor.

FIGURA 02- ROTA PERCORRIDA POR DONA (43) COM 14 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 03 – ROTA PERCORRIDA POR TAÍS (30) COM 11 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



LEGENDA:

- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU DENÚNCIA CONTRA O EX-COMPANHEIRO POR INVADIR O SEU DOMICÍLIO, DADA A NÃO ACEITAÇÃO DO TÉRMINO DA RELAÇÃO);
- 2 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. 190 (NO INTERVALO QUE RESOLVEU IR ATÉ O COMPLEXO POLICIAL TENTOU LIGAR NO 190. MAS, NÃO TEVE ÊXITO, POIS A LIGAÇÃO ERA DIRECIONADA PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO NA CIDADE DE PETROLINA/PE);
- 3 - DEAM III (FORMALIZOU A DENÚNCIA REALIZADA NO COMPLEXO POLICIAL CIVIL);
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

Ao visualizar as rotas aqui apresentadas observa-se que os setores envolvidos no processo foram relacionados à segurança pública, assistência social e indiretamente o setor jurídico, já que houve a expedição de um pedido de medida protetiva na rota traçada por Dona. Apesar da demora na expedição da medida que quase levou à desistência de Dona na procura por atendimento especializado, aparentemente, os fluxos de referências dos serviços foram eficientes, como pode ser descrito no discurso abaixo e na própria rota visualizada na página anterior.

Ave Maria me atenderam bem demais [na DEAM] [...] quem me atendeu foi um rapaz, a primeira vez que eu vim, foi um rapaz que ele ficou escrevendo, as coisa ai foi ele que escreveu, só que eu não sei como é o nome dele, esqueci o nome dele. [...] segunda feira eu vim de novo [na DEAM], eu vim aí foi e ligaram pra mim, eu tava até trabalhando na roça lá catando piaba, aí ligaram [...], aí eu peguei e vim segunda feira e ela me deu esse papel aqui (medida protetiva) [...] ela disse “ó você vai lá no CIAM” aí deu até o número do celular, qualquer coisa era pra mim ligar pra lá. (Dona)

Deste modo, no caso das rotas simples, pode-se concluir que mesmo diante dessa realidade, foi possível constituir certas articulações entre alguns serviços e atores estratégicos. Articulações, aqui compreendidas, no sentido de informações e direcionamentos quanto a serviços a serem procurados pelas mulheres. Com isso soma-se a inferência de que tais articulações caracterizaram-se por seu estilo informal, ao observar, nos discursos das entrevistadas, a inexistência de fluxos pactuados entre os serviços (e reconhecidos institucionalmente por parte da gestão municipal).

4.2 – ROTAS INTERMEDIÁRIAS

No que tange as rotas classificadas como intermediárias, cinco mulheres foram identificadas nesse grupo, respectivamente as rotas traçadas por Letícia (37 anos), Carolina (39 anos), Bárbara (22 anos), Larissa (32 anos) e Paula (28 anos)³¹.

³¹ Para apreciação das rotas percorridas por Larissa e Paula ver Apêndice F.

Os limites entre as classificações das rotas são muito tênues, logo, a diferença das características que fizeram as cinco rotas permanecerem neste grupo, e não nas rotas complexas ou simples, estiveram respaldadas na relação entre o menor tempo da rota crítica, a menor periodicidade entre os serviços contatados e a resolutividade das respostas institucionais encontradas nos discursos das entrevistadas.

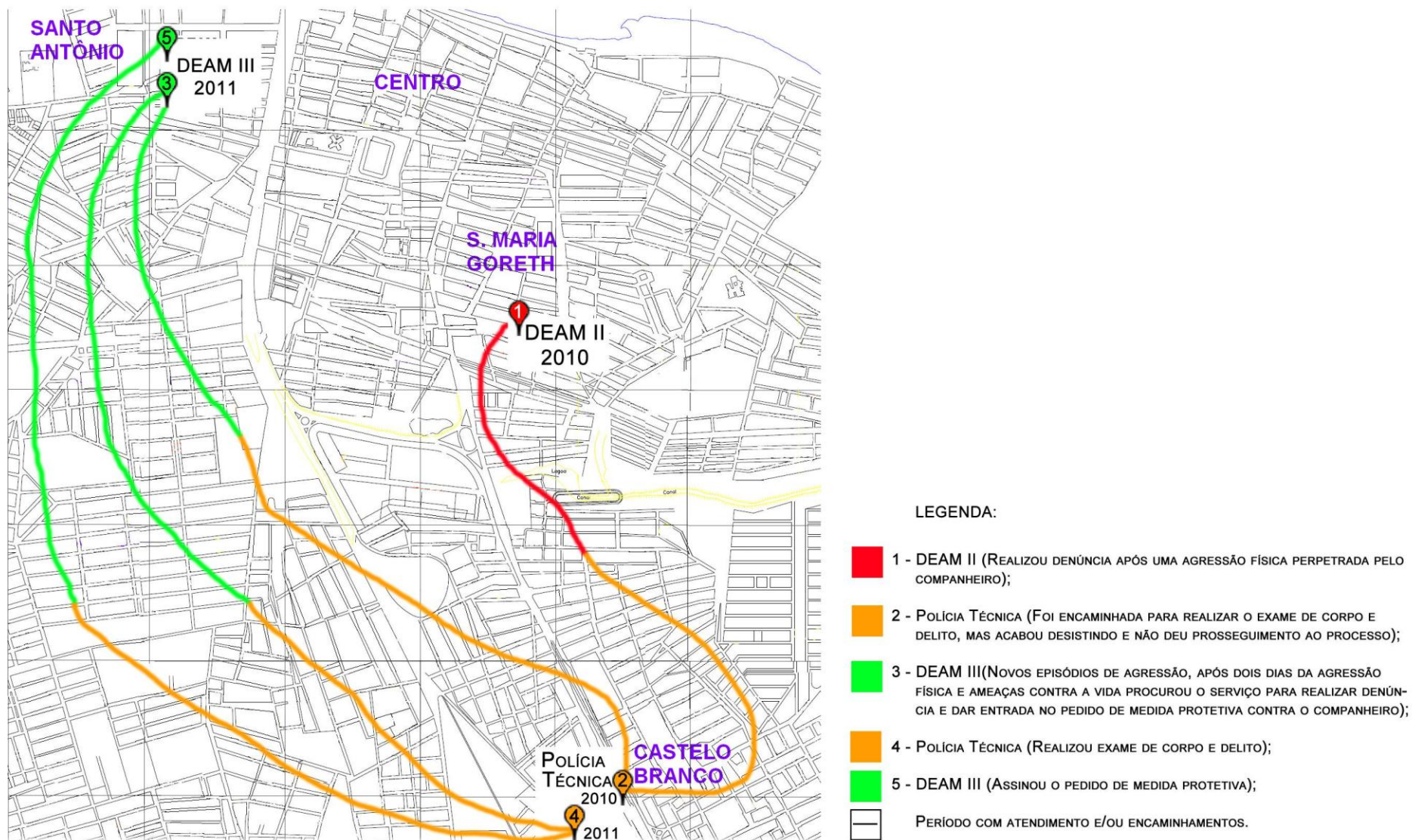
No que refere aos critérios referentes as vivências de violência identificou-se que após a procura do primeiro serviço as entrevistadas que tiveram suas rotas classificadas como intermediárias continuaram a sofrer episódios de violência junto ao companheiro. Todas as entrevistadas decidiram por diferentes motivos continuar com a relação seja porque o próprio companheiro prometeu mudar o comportamento agressivo, seja porque os profissionais dos serviços aconselharam a aproximação do casal, bem como porque a entrevistada decidiu dar uma nova chance a relação e a família.

As redes relacionais também se mostraram importantes ao longo do percurso traçado pelas entrevistadas, tanto no alcance e acesso aos serviços, quanto nas diferentes formas de apoio (emocional/financeiro). A exemplo da rota traçada por Letícia na procura por serviço em 2011, no segundo momento que decidiu procurar apoio institucional. De acordo com a entrevistada em questão, a vergonha era um fator que acabava por impedi-la de denunciar o companheiro, assim, à medida que conseguiu o apoio de uma amiga, sentiu-se segura para seguir em frente na sua decisão.

[...] eu já tinha passado por lá ... pela delegacia, na época que ficava ali perto do colégio Anglo, aí eu chamei uma amiga, que eu tava com vergonha porque meu rosto tava machucado, né?! e isso é muito constrangedor. Aí eu chamei uma amiga e fui lá. (Letícia)

Ainda na rota de Letícia, é possível visualizar a desistência de seguir com a primeira denúncia realizada no ano de 2010, após a ida a Polícia Técnica, dada a percepção de que o companheiro poderia vir a ser preso. Atitude esta idêntica, a de todas as outras entrevistadas que tiveram suas rotas classificadas como intermediárias.

FIGURA 04 – ROTA PERCORRIDA POR LETÍCIA (37) COM 5 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

Analisando-se os critérios relacionados as respostas institucionais, identifica-se que o tempo de rota crítica foi bem variável entre as mulheres que formaram este grupo, de 2 até 12 anos. Nos casos cujas entrevistadas possuíam maior tempo de rota, em boa parte desse tempo as mulheres estiveram afastadas dos serviços sem procurar nenhum atendimento especializado, principalmente em consequência da resolutividade encontrada durante esse processo. Tal falta de resolutividade pôde ser exposta, por exemplo, na rota traçada por Carolina: no total, sofreu 17 anos de violência ao lado do companheiro e logo nos primeiros anos (2000 a 2003), quando decidiu procurar apoio institucional, não obteve respostas positivas. Em consequência, optou por não procurar mais apoio institucional mesmo sofrendo violência durante esses 7 anos, retornando a buscar ajuda de serviços apenas no ano de 2011.

Sim, não resolvia [complexo policial civil], só ia lá pra conversar então deu no mesmo, eu ficava... ficava cada dia mais humilhada, me sentia era mais humilhada, porque nunca teve punição pra ele [...] Eu esperava, assim que ele tivesse algum castigo alguma coisa, o que fosse pra pagar, entendeu?! qualquer coisa mas que tivesse uma punição pra ele, mas nunca teve, sempre quem saiu perdendo foi eu humilhada, pisada, nunca teve nada.
(Carolina)

É importante enfatizar que não necessariamente obter respostas negativas nos serviços foram reflexos de um mau atendimento nos discursos das entrevistadas. Em suma, o atendimento prestado pelos serviços foi avaliado positivamente pelas mulheres desse grupo, apesar de em alguns momentos desejarem a necessidade de respostas mais duras frente o comportamento agressivo do companheiro, como foi o caso de Carolina, já citada.

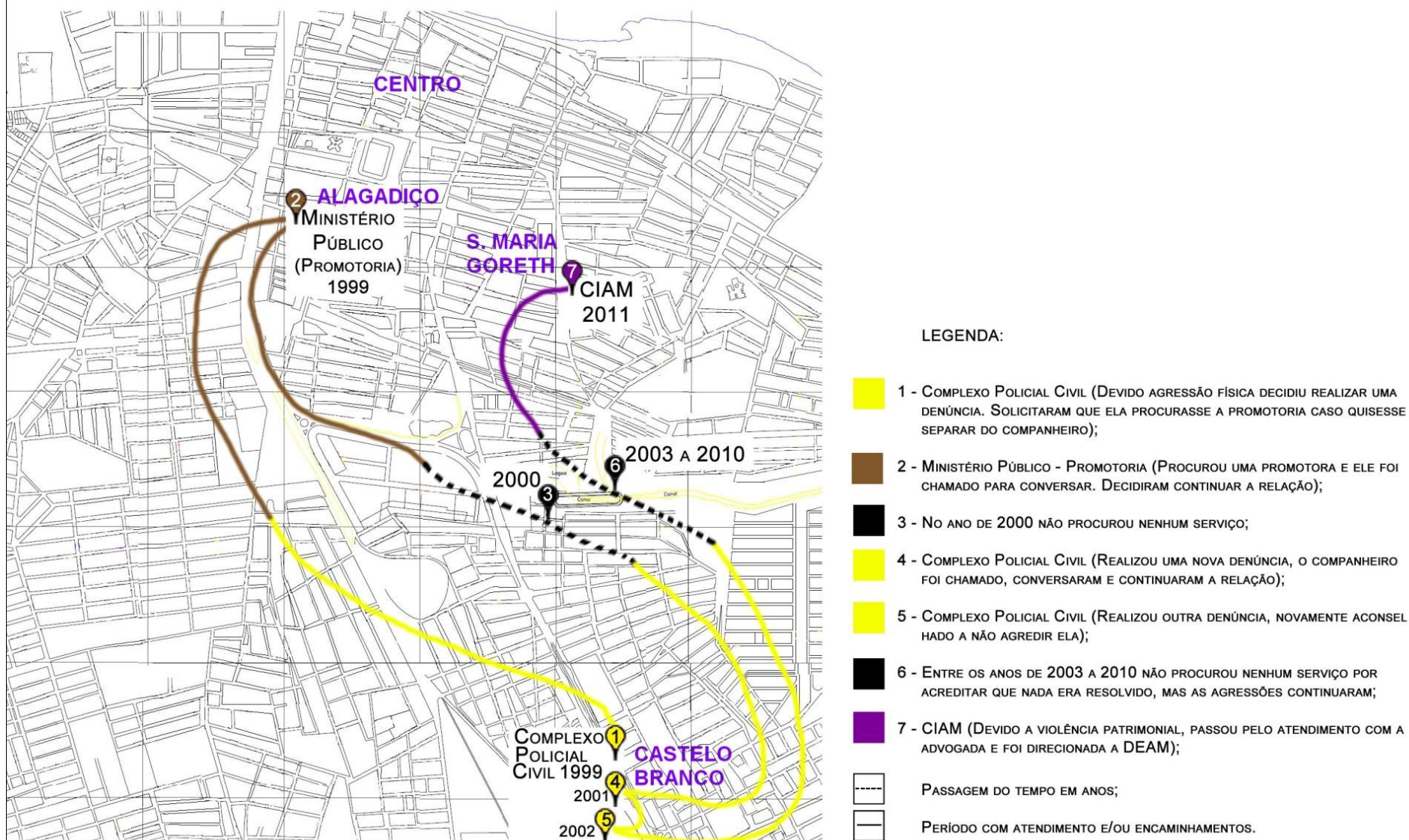
Os profissionais acabaram adotando estratégias de cunho conciliatório para o casal, principalmente nos anos iniciais das rotas traçadas por Paula, Larissa e Carolina, respectivamente, 2004/ 2001/ 1999. Nessa época, poucos eram os dispositivos institucionais no município de Juazeiro/BA direcionados à mulher em situação de violência. Basicamente os dispositivos que existiam foram os citados pelas entrevistadas: Complexo Policial Civil, Polícia Técnica e a Promotoria de Justiça.

Mulher eu fui ... na delegacia... a primeira queixa contra ele, que eu dei foi no complexo policial, que ainda não tinha a delegacia da mulher eu acho, era lá, e aí o atendimento lá foi ótimo, eu não lembro é da pessoa que eu fui recebida [...] eu simplesmente cheguei lá, prestei uma queixa, dei uma queixa, ele conversou comigo, me ouviu, e eu prestei a minha queixa, e eles disseram que iam mandar a intimação, pra poder resolver. E depois que eles intimaram ele, lá eles tentaram aconselhar, eles aconselharam “pelo fato de vocês terem um filho, a gente não ta aqui pra acabar com o casamento de ninguém, pelo contrário a gente ta aqui para conciliar, se vocês verem a possibilidade de vocês ficarem juntos, é o melhor pra vocês criarem os filhos de vocês”. Sei que foi uma conversa, até que deu pra gente ... assim, com tanta raiva que eu tava, saímos de lá numa boa, ele prometeu que não ia fazer mais, e no sei o que, falou tanta coisa lá. (Paula)

Mulher, na época lá eles falaram que não tinha muito recurso, mas me encaminharam, eu tinha meus filhos, era menor né?! não tinha a delegacia da mulher, me ... encaminharam não, me informaram assim pra eu procurar a promotoria. (Carolina)

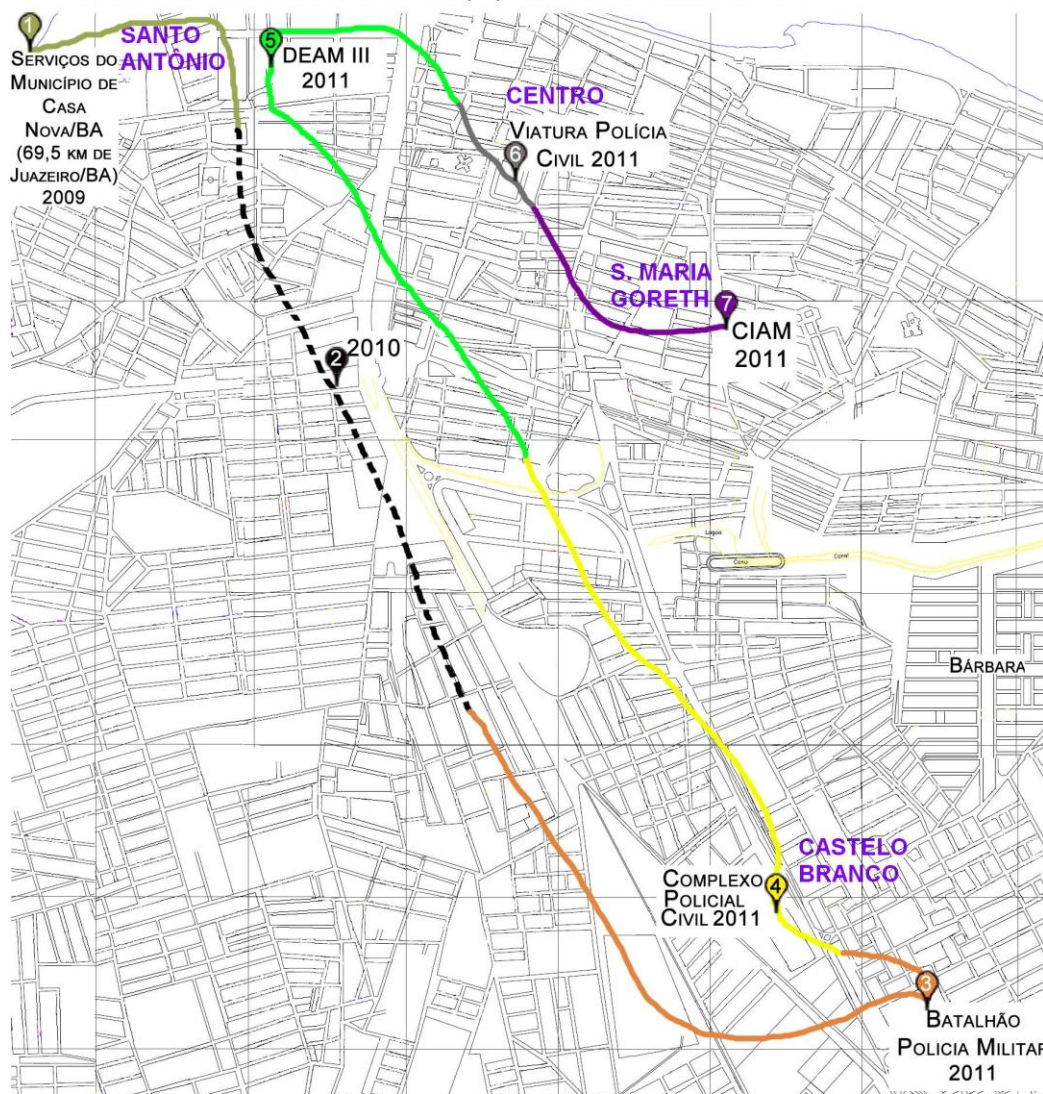
Três mulheres concentraram suas trajetórias nos serviços de segurança pública: Letícia, Paula e Larissa. Nos outros dois casos, as entrevistadas passaram por serviços relacionados a assistência social e jurídico. Como pode ser visualizado na rota traçada por Carolina, a qual no início da rota passou pelo Ministério Público para processo conciliatório com o companheiro e no fim da rota esteve no CIAM, com atendimento junto a advogado visando a separação do casal. Já na rota traçada por Bárbara, além de serviços envolvendo a rede de cuidado do município de Juazeiro/BA, ela cita ter procurado alguns dispositivos institucionais (Delegacia comum, Batalhão de Polícia Militar, Fórum) do município de Casa Nova/BA, na época que residia em tal cidade. A rota traçada por Bárbara representa uma trajetória de violência emblemática, principalmente por demonstrar o quão a falta de serviços especializados e garantia de políticas públicas de assistência social interferem no aumento do processo de rota crítica. Como já citado no corpus dessa dissertação, a entrevistada em questão (juntamente com seus/suas filhos/as) necessitou dormir na casa de uma das profissionais do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), na falta de uma Casa Abrigo no município. Somado a falta do serviço, a sua rede de apoio relacional residia em outro município (Casa Nova/BA) e Bárbara possuía um grande medo de voltar para a sua residência, dada a possibilidade de represálias por parte do seu então companheiro/agressor.

FIGURA 05- ROTA PERCORRIDA POR CAROLINA (39) COM 17 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 06 – ROTA PERCORRIDA POR BÁRBARA (22) COM 3 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



LEGENDA:

- 1 - SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CASA NOVA/BA (PASSOU PELO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, COMPLEXO POLICIAL CIVIL E FÓRUM DO MUNICÍPIO DE CASA NOVA/BA DEVIDO AS AGRESSÕES SOFRIDAS POR PARTE DO COMPANHEIRO);
- 2 - NO ANO DE 2010 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, APESAR DE SOFRER EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA. O CASAL DECIDIU MORAR EM JUAZEIRO/BA;
- 3 - BATALHÃO POLÍCIA MILITAR (APÓS AGRESSÃO FÍSICA PERPETRADA PELO COMPANHEIRO);
- 4 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO. COMO NÃO POSSUÍA LOCAL PARA PASSAR A NOITE, OS/AS PROFISSIONAIS DO COMPLEXO ENTRARAM EM CONTATO COM A ASSISTENTE SOCIAL DO CIAM E BÁRBARA DORMIU COM AS CRIANÇAS NA CASA DA PROFISSIONAL. POSTERIORMENTE, FOI PARA A CASA DOS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE CASA NOVA/BA);
- 5 - DEAM III (FORMALIZOU A DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO E DEU ENTRADA NO PEDIDO DA MEDIDA PROTETIVA);
- 6 - VIATURA POLÍCIA CIVIL (JUNTAMENTE COM OS/AS POLÍCIAS FOI ATÉ SUA RESIDÊNCIA PEGAR OS PERTENCES PESSOAIS QUE ESTAVAM COM O COMPANHEIRO);
- 7 - CIAM (ATENDIMENTO COM A PROFISSIONAL DO DIREITO PARA DAR ENTRADA NO PEDIDO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E SEPARAÇÃO CONJUGAL. PASSOU, TAMBÉM, PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DECIDINDO ESTRATÉGIAS PARA SE AFASTAR DA CIDADE DE JUAZEIRO/BA, DEVIDO BÁRBARA ESTAR SE SENTINDO AMEAÇADA PELO ENTÃO COMPANHEIRO POR ELE SER UM POLICIAL MILITAR DA REGIÃO);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

Apesar das dificuldades enfrentadas durante o processo de rota crítica dessas entrevistadas, a menor periodicidade somada a algumas respostas positivas e a uma rede social de apoio, que direta ou indiretamente deu algum suporte, apontam para a rota intermediária. Apesar da tentativa, que se faz presente nessa dissertação, de organizar tais rotas, o próprio processo de análise dos dados demonstrou o quão complexo, não linear, não unidirecional é o fenômeno da violência contra a mulher. As rotas femininas não podem ser agrupadas como uma simples fórmula matemática, elas implicam reflexões mais aprofundadas que recaem na lógica da dificuldade de se trabalhar sob a perspectiva da integralidade a partir de redes intersectorializadas. Tais dificuldades serão expressas mais claramente quando da descrição das rotas consideradas complexas no próximo tópico.

4.3 – ROTAS COMPLEXAS

A maioria das rotas foram classificadas como complexas, no total de 14, que tiveram variadas características dentre os critérios referentes à vivência de violência, redes relacionais de apoio e respostas institucionais: Marcela (49 anos), Mara (33 anos), Fátima (21 anos), Ana (49 anos), Alice (29 anos), Rafaela (24 anos), Olívia (26 anos), Emanuela (26 anos), Fabíola (28 anos), Fernanda (28 anos), Helena (30 anos), Juliana (30 anos), Débora (32 anos), Aparecida (38 anos)³².

A partir do relato dessas entrevistadas, foi possível identificar como as rotas são traçadas, principalmente quando os serviços não realizam o atendimento previsto e as mulheres continuam a peregrinar pelas instituições em busca de resolutividade. As suas trajetórias representam fielmente os critérios estabelecidos para a presente investigação quando referentes as rotas complexas.

Com relação a vivência da violência destaca-se que todas as mulheres aqui classificadas com rotas complexas não conseguiram romper a situação de violência, após a procura do primeiro serviço. Pelo contrário, de acordo com os relatos,

³² Para apreciação das rotas percorridas por Olívia, Emanuela, Fabíola, Fernanda, Helena, Juliana, Débora, Aparecida ver Apêndice G.

variadas foram as exposições as situações de violência ao iniciaram a rota crítica. Ou seja, independente dos anos de violência sofridos, a trajetória percorrida pelas mulheres entre os serviços do município de Juazeiro/BA é bastante diversificada.

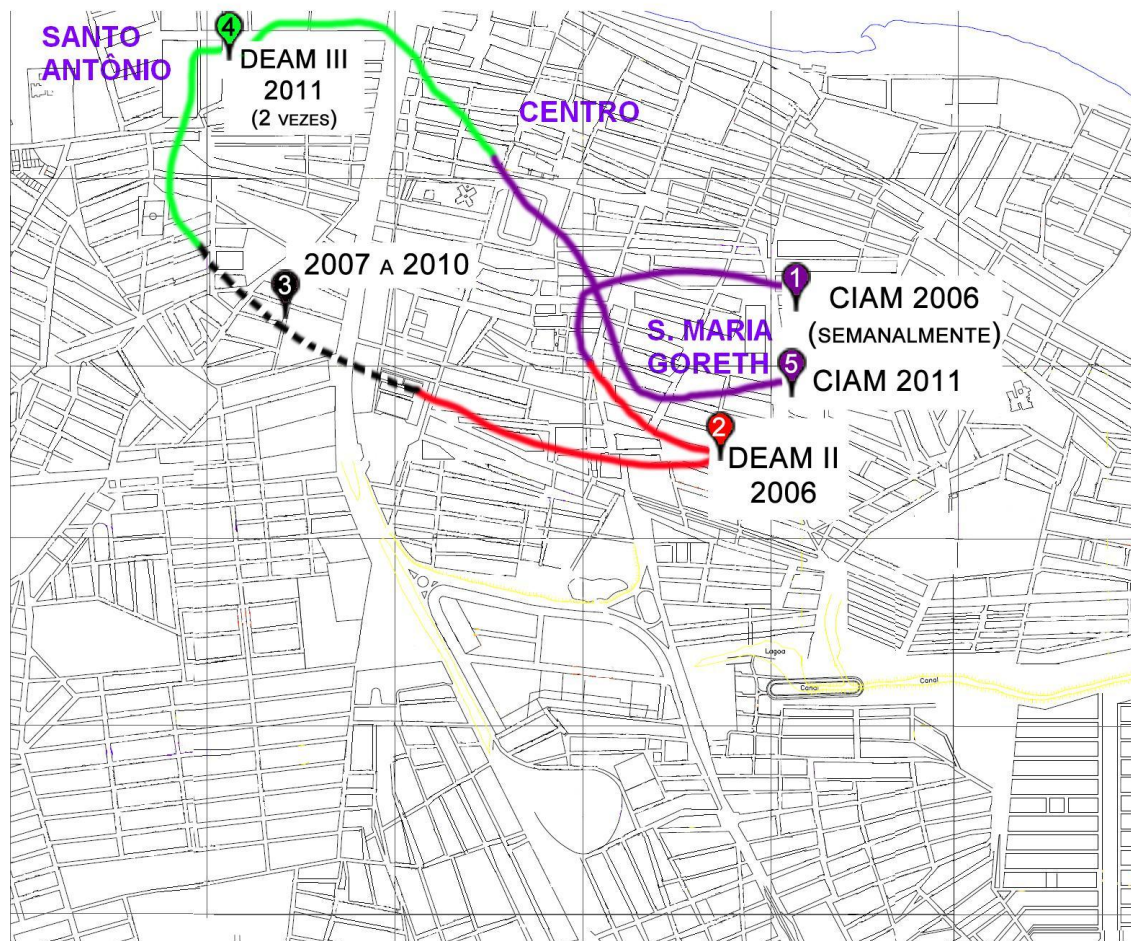
No que se refere as redes relacionais de apoio, todas as entrevistadas cujas rotas foram classificadas como complexas tiveram algum desconhecimento de serviços e/ou dificuldade de apoio junto a membros da sua rede relacional em algum momento da rota crítica, o que acarretou dificuldades adicionais ao processo de procura por apoio externo, no âmbito das instituições.

Para além do tempo da rota, os caminhos aqui apresentados possuíram maior periodicidade nos serviços do município de Juazeiro/BA, principalmente devido a pequena resolutividade por parte das instituições. Dentre estas rotas com maior periodicidade, cabe destacar que existiram aquelas (especificamente 3 rotas) que a maior complexidade decorreu da constante presença das mulheres em um único serviço específico, apesar de freqüentarem outras instituições. Como ocorreu com o CIAM na rota de Marcela, o CREAS na rota de Mara e, o CRAS na rota de Fátima. Essas rotas merecem ser destacadas, pois a maior periodicidade pode ser representada em duas situações: ao mesmo que adveio dos períodos mais críticos, principalmente com a dificuldade de respostas positivas no contato com os serviços da segurança pública; também, foi resultado da participação das mulheres em atividades periódicas em outros serviços, a exemplo das intervenções psicossociais/grupais ou/e atendimentos médicos, as quais foram visualizadas positivamente pelas entrevistadas.

No CRAS eu vou quase todo dia, porque é lá que eu busco assim mais conforto, eu me sinto mais a vontade do que em minha casa, acredita?! Então fico lá, conversando com as meninas lá, passo umas duas horas do dia, mais ou menos, conversando com elas. (Fátima)

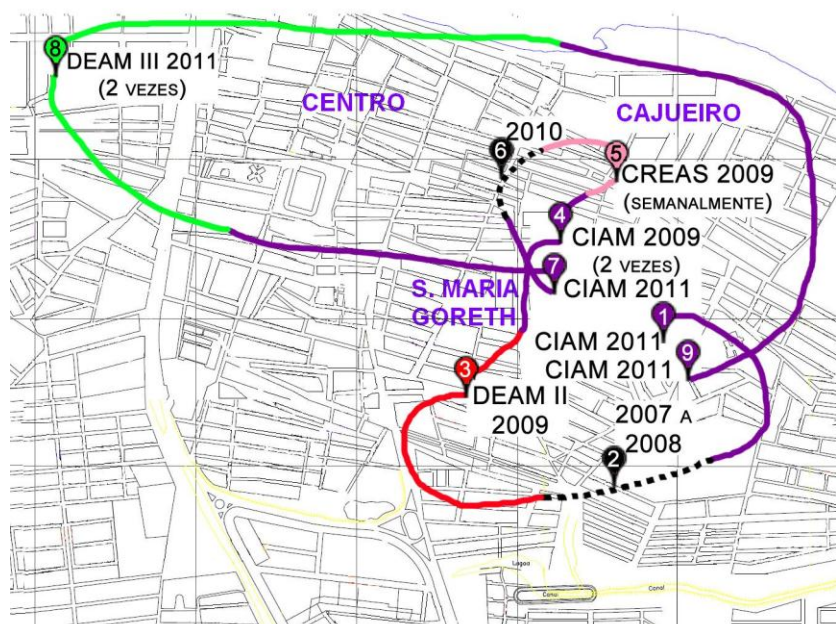
Nesse caso, a periodicidade funcionou como algo positivo na rede de cuidado dessas mulheres, pois estavam sendo assistidas e acolhidas institucionalmente no que refere a demanda da situação de violência.

FIGURA 07- ROTA PERCORRIDA POR MARCELA (49) COM 22 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 08- ROTA PERCORRIDA POR MARA (33) COM 12 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

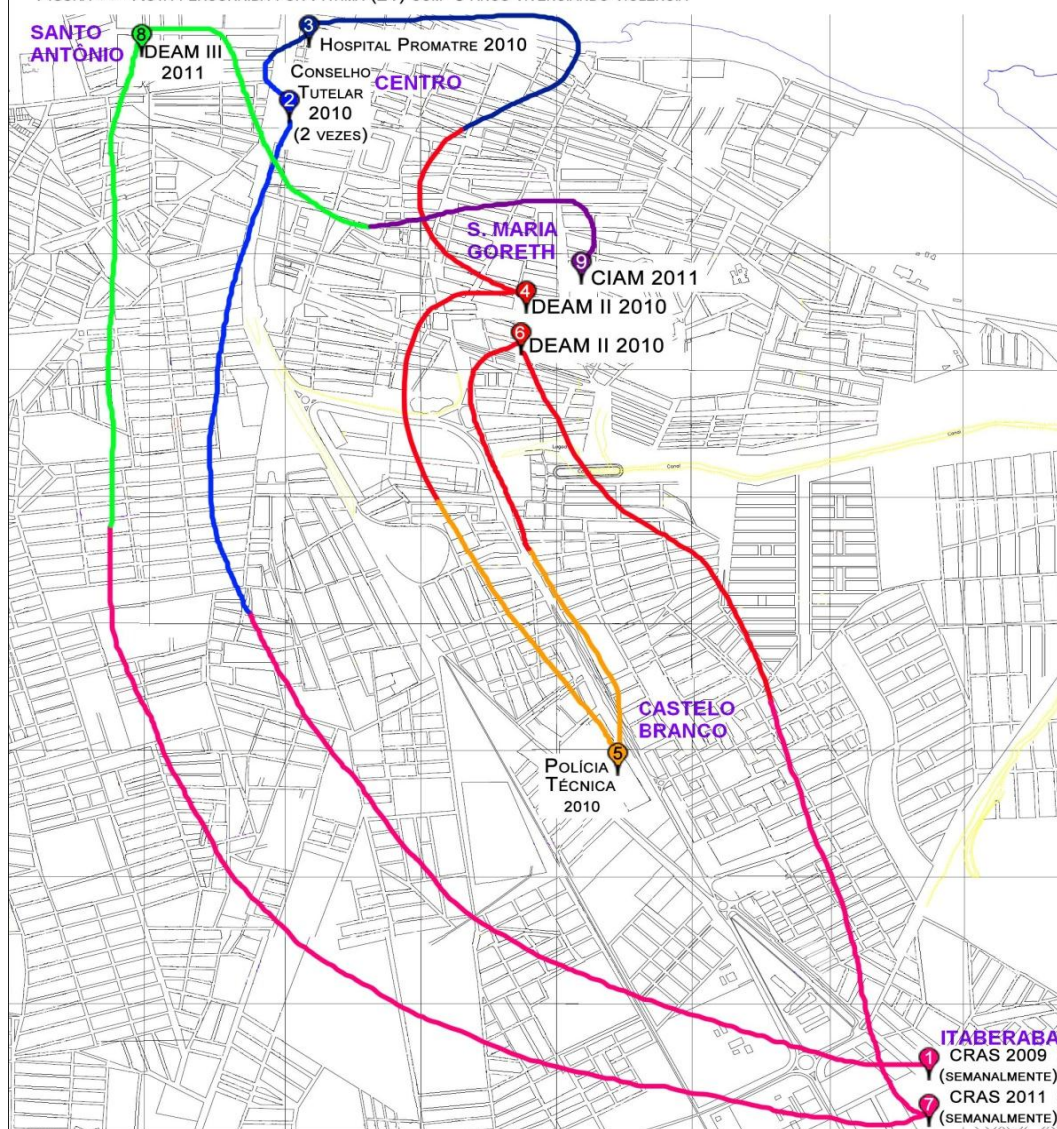


FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - CIAM (APÓS UMA AGRESSÃO NA BARRIGA, DURANTE A GESTAÇÃO, PROCUROU O SERVIÇO NO FINAL DE SEMANA. NO ENTANTO, COMO ESTAVA FECHADO DESISTIU DE PROCURAR POSTERIORMENTE ALGUM APOIO INSTITUCIONAL NESSE MOMENTO);
 - 2 - NOS ANOS DE 2007 A 2008 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, APESAR DE VIVENCIAR EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA. NÃO CONVIVE MAIS COM O ENTÃO COMPANHEIRO DESDE 2007;
 - 3 - DEAM II (APÓS AGRESSÃO VERBAL E FÍSICA DECIDIU IR AO SERVIÇO FORMALIZAR UMA DENÚNCIA CONTRA O EX-COMPANHEIRO QUE NÃO ACEITA O FIM DA RELAÇÃO);
 - 4 - CIAM (POR DUAS VEZES PASSOU POR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO, NÃO DANDO CONTINUIDADE POR INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS DEVIDO AO TRABALHO);
 - 5 - CREAS (ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA O FILHO MAIS VELHO, DURANTE ALGUNS MESES POR PRESENCIAR ALGUMAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA);
 - 6 - NO ANO DE 2010 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, APESAR DE VIVENCIAR SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA;
 - 7 - CIAM (APÓS AMEAÇA CONTRA A PRÓPRIA VIDA REALIZADA PELO EX-COMPANHEIRO DECIDIU PROCURAR A DEAM E FOI INFORMADA PELO CIAM QUE HAVIA MUDADO DE ENDEREÇO. APROVEITOU PARA AGENDAR ATENDIMENTO COM A ADVOGADA PARA TRATAR DO DIVÓRCIO);
 - 8 - DEAM III (REALIZOU DENÚNCIA CONTRA O EX-COMPANHEIRO, UMA SEMANA DEPOIS LEVOU NO SERVIÇO DUAS TESTEMUNHAS PARA SEREM OUIDAS, NO ENTANTO, NÃO FORAM ESCUTADAS POR CONTA DAS ATIVIDADES DA DELEGACIA ESTAREM PARALISADAS POR UMA GREVE);
 - 9 - CIAM (ATENDIMENTO PSICÓLOGA E ADVOGADA);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- ▭ PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FIGURA 09- ROTA PERCORRIDA POR FÁTIMA (21) COM 3 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



LEGENDA:

- 1 - CRAS ÍTABERABA (FREQUENTA TODA SEMANA DESDE 2009, PARTICIPANDO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS PELO SERVIÇO DE APOIO SOCIAL E PSICOLÓGICO);
- 2 - CONSELHO TUTELAR (APÓS UMA BRIGA DO CASAL, DORMIU NA RUA E AO VOLTAR PARA CASA O COMPANHEIRO NÃO DEIXOU ELA ENCONTRAR COM A FILHA. SOLICITOU APOIO DO SERVIÇO PARA REAVER A FILHA);
- 3 - HOSPITAL PROMATRE (O COMPANHEIRO NÃO DESEJAVA UMA SEGUNDA GRAVIDEZ, FAZENDO COM QUE FÁTIMA INGERISSE UMA ERVA COM FINS ABORTIVOS. NÃO CHEGOU A ABORTAR, MAS TEVE COMPLICAÇÕES DURANTE TODO O PERÍODO GESTACIONAL);
- 4 - DEAM II (APÓS AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS DECIDIU REALIZAR UMA DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO);
- 5 - POLÍCIA TÉCNICA (FEZ O EXAME DE CORPO E DELITO);
- 6 - DEAM II (DESISTIU DE LEVAR A DENÚNCIA ADIANTE QUANDO SOUBE QUE O COMPANHEIRO PODERIA SER PRESO, QUERIA QUE ELE FOSSE APENAS ACONSELHADO);
- 7 - CRAS ÍTABERABA (CONTINUA FREQUENTANDO DESDE 2009, FOI ACONSELHADA A PROCURAR O CIAM DEVIDO O SERVIÇO TRABALHAR DIRETAMENTE COM A DEMANDA DA VIOLÊNCIA. DECIDIU SEPARAR-SE DO COMPANHEIRO);
- 8 - DEAM III (ESTAVA PROCURANDO UM PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA PARA CONVERSAR SOBRE A SEPARAÇÃO);
- 9 - CIAM (ATENDIMENTO COM A PSICÓLOGA E ADVOGADA PARA TRATAR DA SEPARAÇÃO LEGAL E DA SITUAÇÃO COM AS FILHAS, TENDO EM VISTA QUE AS CRIANÇAS ESTÃO RESIDINDO COM O EX-COMPANHEIRO);
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

Todas as três mulheres: Marcela, Mara e Fátima, no dia da entrevista não estavam mais convivendo com o então companheiro/agressor, no entanto não necessariamente o ciclo de violência estava cessado. Mesmo assim, foram os relatos de Fátima e Marcela os mais otimistas quanto do possível rompimento da situação de violência. Principalmente quando se considera a persistência do companheiro de Mara em agredi-la por não aceitar o fim do relacionamento, fato que na ocasião não ocorria com Fátima nem Marcela.

[...] a gente agora ta tendo, de ontem pra hoje começou uma coisinha mais melhor né?! ele chegou em mim, coisa que ele é bruto, ignorante, não tem paciência de chegar em ninguém pra conversar, ontem ele já chegou em mim pra conversar, eu falei bom, “fez bem a ele e fez bem a eu também” [a separação].Ele ta morando na casa dele agora, e eu to morando na casa de Patrícia que é amiga da gente. (Fátima)

[...] ele ta estranho, ele não ta normal, ele ta assim paranóico, psicopata sei lá. Eu sei que ele ta estranho, ele liga assim, não diz coisa com coisa, e assim eu to evitando até de atender as ligações dele. Minha irmã “ah mude de número” eu não! Simplesmente, atendo quem eu quero ... eu to evitando sair a noite. (Mara)

Outras rotas complexas estiveram com sua maior resolutividade centrada entre os quatro setores elencados na presente investigação: serviços da saúde, da assistência social, da segurança pública e jurídicos. Como ocorreu com Ana, Alice e Rafaela. Destaca-se que esses percursos não necessariamente exemplificam os fluxos de referências e contra-referências entre os serviços, pelo contrário, poucos foram os relatos das mulheres que refletem fielmente um sistema de cuidados a partir de um atendimento longitudinal. Nessa linha discursiva, causa uma certa preocupação evidenciar, na presente investigação, o número significativo de rotas que foram agrupadas enquanto completas. O fato é que a falta de uma atenção intersectorializada efetiva entre os serviços do município de Juazeiro/BA acarretou, em algum momento, diferentes problemas na vida dessas entrevistadas: falta de proteção à mulher que peregrina pelos serviços em busca de acolhimento; inexistência de acompanhamento do caso, por parte dos serviços; bem como a impossibilidade de articulação das ações desenvolvidas pelos serviços, que resultaria na integralidade e resolutividade da atenção.

Os dispositivos de cuidados (serviços) são poucos operados/divulgados pelos profissionais dos diferentes serviços, tornando inviável a garantia da atenção integral

à mulher em situação de violência. E nesse ponto instala-se um paradoxo: afinal, como trabalhar na perspectiva de redes, se não existe uma comunicação efetiva intra e inter setorial? Por isso, um dos principais elementos para a atuação em redes é justamente a comunicação (FARAH, 2004), a fragilidade nessa comunicação acabou promovendo o desconhecimento das mulheres de muitos serviços que permitiria a construção de um projeto de intervenção efetivo diante da violência sofrida.

FIGURA 10 - ROTA PERCORRIDA POR ANA (49) COM 10 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

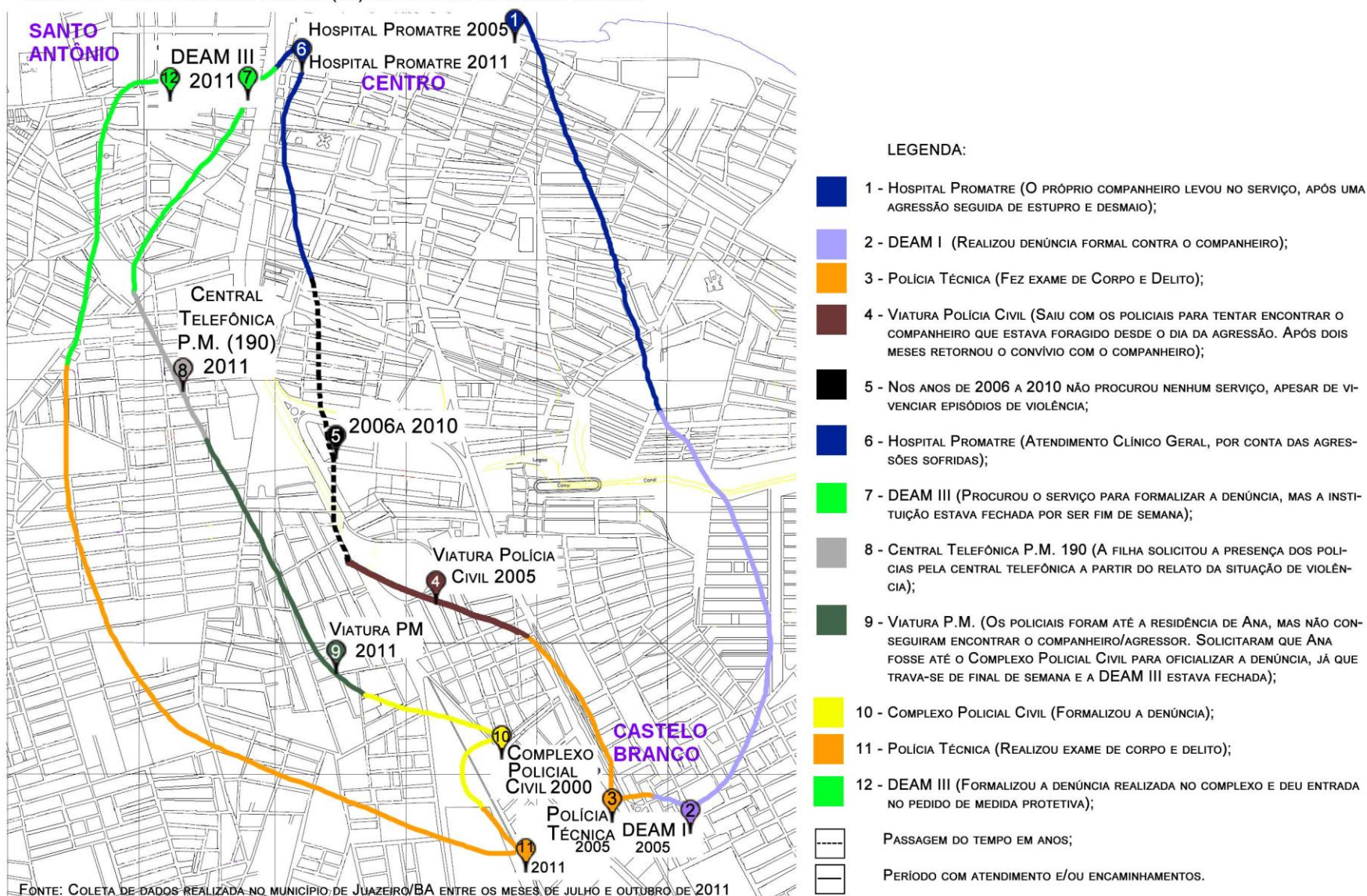
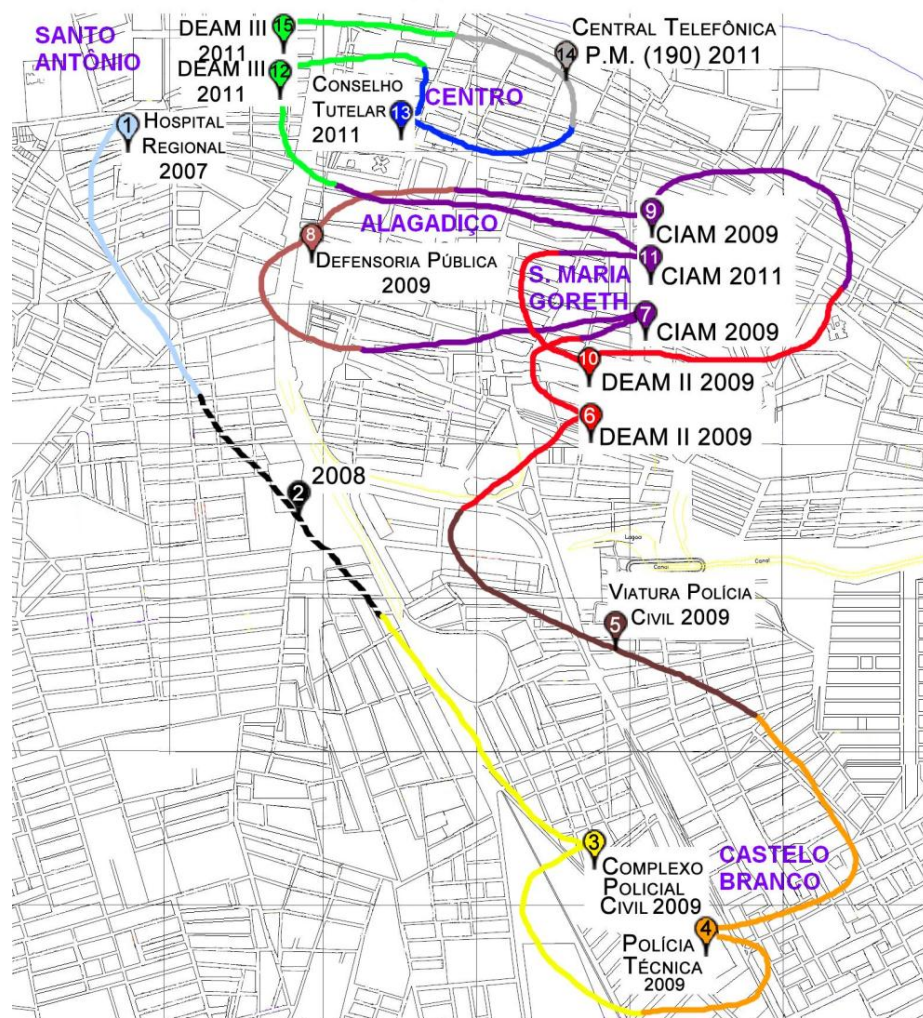


FIGURA 11- ROTA PERCORRIDA POR ALICE (29) COM 6 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

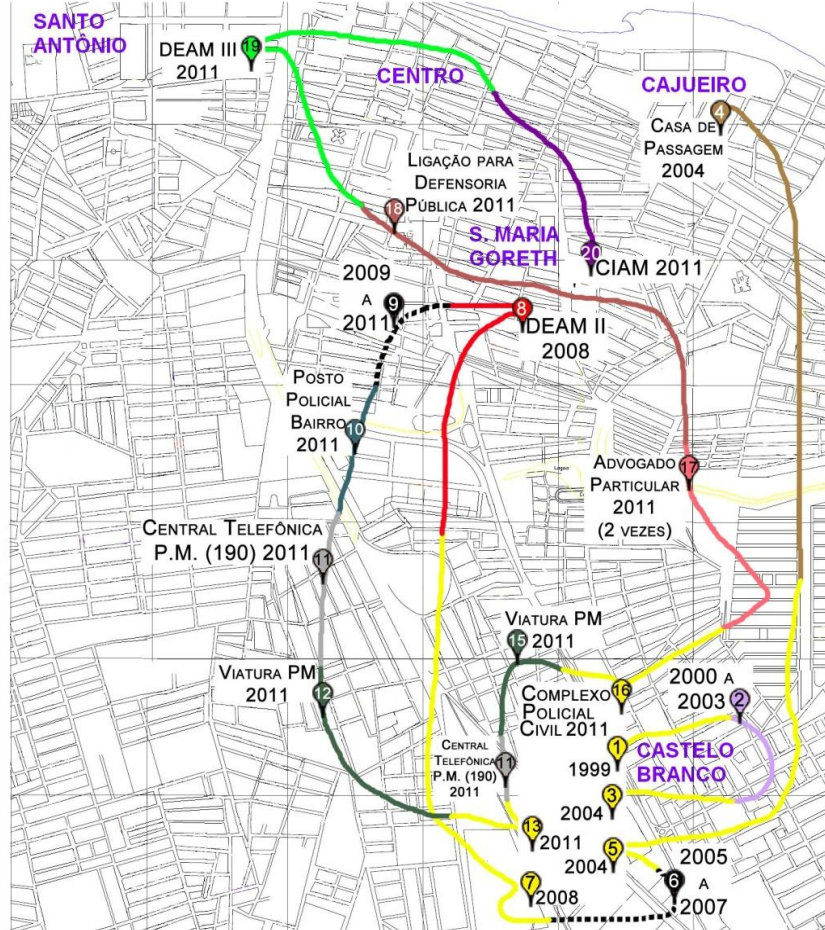


FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
| | 1 - HOSPITAL REGIONAL (ESTAVA GRÁVIDA E APÓS AGRESSÕES VERBAIS DO COMPANHEIRO, DESMAIOU DEVIDO UM AUMENTO DE PRESSÃO ARTERIAL); |
| | 2 - NO ANO DE 2008 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO; |
| | 3 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (AGRESSÃO FÍSICA REALIZADA PELO COMPANHEIRO E O SOGRO, POR SER NOITE DE SEXTA-FEIRA REALIZOU A DENÚNCIA NO COMPLEXO E FOI SOLICITADA PARA COMPARECER NA DEAM II NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA); |
| | 4 - POLÍCIA TÉCNICA (FOI ENCAMINHADA PARA REALIZAR O EXAME DE CORPO E DELITO, COMO ESTAVA FECHADO NÃO REALIZOU); |
| | 5 - VIATURA POLÍCIA CIVIL (OS POLÍCIAS ACOMPANHARAM ALICE PARA BUSCAR SEUS PERTENCES E FOI DIRECIONADA PARA A RESIDÊNCIA DE SUA MÃE, JUNTAMENTE COM AS CRIANÇAS); |
| | 6 - DEAM II (PROCUROU A DEAM II PARA OFICIALIZAR A DENÚNCIA, COMO FOI SOLICITADO); |
| | 7 - CIAM (ATENDIMENTO PSICOLÓGICO); |
| | 8 - DEFENSORIA PÚBLICA (CONSEGUIU UM DEFENSOR PÚBLICO PARA REGULARIZAR A PENSÃO DAS CRIANÇAS); |
| | 9 - CIAM (MESMO SEPARADOS O EX-COMPANHEIRO SEMPRE PROCURAVA POR ELA QUANDO BEBIA, FICAVA BADERNANDO NA PORTA DA RESIDÊNCIA DE ALICE ATÉ CONSEGUIR ENTRAR. POR ISSO, DECIDIU PROCURAR ALGUMA SOLUÇÃO NO SERVIÇO E FOI ORIENTADA A IR NOVAMENTE À DEAM II); |
| | 10 - DEAM II (RELATOU PARA A DELEGADA QUE O EX-COMPANHEIRO SEMPRE A PROCURAVA QUANDO INGERIA BEBIDA ALCOÓLICA. ELE FOI CHAMADO NA DELEGACIA PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS, POR CONSEQUÊNCIA DIMINUIU A PROCURA POR ALICE); |
| | 11 - CIAM (O EX-COMPANHEIRO DESAPARECEU COM AS CRIANÇAS, FOI DIRECIONADA PARA A DEAM III); |
| | 12 - DEAM III (FOI INDICADA A PROCURAR O CONSELHO TUTELAR, ALEGANDO QUE SERIA MAIS RÁPIDO O PROCESSO, JÁ QUE ESTAVA NO FINAL DA TARDE); |
| | 13 - CONSELHO TUTELAR (CONSELHEIRA TENTOU LOCALIZAR AS CRIANÇAS TELEFONANDO PARA PARENTES PRÓXIMOS DO EX-COMPANHEIRO. CONSEGUIRAM ENCONTRAR AS CRIANÇAS NA CIDADE ONDE O EX-COMPANHEIRO POSSUÍA FAMILIARES); |
| | 14 - CENTRAL TELEFÔNICA PM 190 (ESTAVA SENDO AGREDIDA VERBALMENTE PELO EX-COMPANHEIRO NA FRENTE DA ESCOLA DO FILHO. DECIDIU LIGAR PARA A P.M. E FOI INFORMADA QUE DEVERIA PROCURAR A DEAM III PARA OFICIALIZAR UMA DENÚNCIA, POIS DE ACORDO COM O INFORMANTE NÃO ERA CASO PARA A P.M.); |
| | 15 - DEAM III (ATUALMENTE ESTÁ SOFRENDO AMEAÇAS DO COMPANHEIRO CONTRA A SUA VIDA, ALEGANDO QUE ELA NÃO CONSEGUIRÁ FICAR COM AS CRIANÇAS. A DEAM III ESTAVA PARALISADA COM UMA GREVE E NÃO CONSEGUIU REALIZAR A DENÚNCIA); |
| | PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS; |
| | PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS. |

FIGURA 12 - ROTA PERCORRIDA POR RAFAELA (24) COM 13 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

- LEGENDA:**
- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (PRIMEIRA DENÚNCIA REALIZADA AOS 12 ANOS DE IDADE, NA COMPANHIA DA MÃE DEVIDO A MENORIDADE CIVIL);
 - 2 - ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2003 REALIZOU UMA MÉDIA DE 8 A 10 DENÚNCIAS CONTRA O COMPANHEIRO NO COMPLEXO POLICIAL CIVIL, NÃO EXISTINDO NENHUMA RESOLUTIVIDADE FAVORÁVEL PARA RAFAELA;
 - 3 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (TENTOU FORMALIZAR MAIS UMA DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO. NO ENTANTO, COMO POSSUÍA 17 ANOS E ESTAVA NA AUSÊNCIA DE UM/A RESPONSÁVEL, NÃO CONSEGUIU OFICIALIZAR A DENÚNCIA E FOI DIRECIONADA PARA A CASA DE PASSAGEM ENQUANTO OS POLICIAIS ENTRARIAM EM CONTATO COM A SUA MÃE);
 - 4 - CASA DE PASSAGEM (FICOU CERCA DE QUATRO DIAS NO SERVIÇO SEM QUE NENHUM PROFISSIONAL DO COMPLEXO POLICIAL ENTRASSE EM CONTATO. COM A AJUDA DO VIGILANTE DA INSTITUIÇÃO CONSEGUIU LIGAR PARA A SUA MÃE QUE FOI BUSCA-LA);
 - 5 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (LOGO APÓS SAIR DA CASA DE PASSAGEM FORMALIZOU A DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO, MAS NENHUM PROCEDIMENTO FOI REALIZADO QUANTO A NEGLIGÊNCIA VIVENCIADA NA CASA DE PASSAGEM);
 - 6 - ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2007 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, POR DESACREDITAR NA RESOLUTIVIDADE DOS SERVIÇOS;
 - 7 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (TENTOU FORMALIZAR UMA NOVA DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO E FOI INFORMADA QUE DEVERIA SER REALIZADA NA DEAM II);
 - 8 - DEAM II (FORMALIZOU DENÚNCIA, AO TODO DE 2008 ATÉ 2011 JÁ REALIZOU CERCA DE QUATRO DENÚNCIAS, O COMPANHEIRO FOI CHAMADO EM ALGUNS MOMENTOS PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS);
 - 9 - ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2010 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, MESMO SENDO AGREDIDA NÃO ACREDITAVA NA RESOLUTIVIDADE DOS SERVIÇOS;
 - 10 - POSTO POLICIAL DO BAIRRO (APÓS UMA NOVA AGRESSÃO, SEGUIDA DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO, PROCUROU O POSTO POLICIAL DO BAIRRO, MAS ESTAVA FECHADO);
 - 11 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. 190 (TENTOU LIGAR PARA A CENTRAL TELEFÔNICA 190 DA P.M., INICIALMENTE A LIGAÇÃO ERA DIRECIONADA PARA A P.M. DO ESTADO DE PERNAMBUCO, POSTERIORMENTE CONSEGUIU O CONTATO COM A P.M. DA BAHIA E SOLICITOU A PRESENÇA NA BUSCA PELO COMPANHEIRO/AGRESSOR);
 - 12 - VIATURA P.M. (OS DOIS POLICIAIS REALIZARAM UMA BUSCA ATIVA PROCURANDO O COMPANHEIRO E SOLICITARAM QUE RAFAELA FORMALIZASSE UMA DENÚNCIA NO COMPLEXO POLICIAL CIVIL, POR SE TRATAR DE FINAL DE SEMANA);
 - 13 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (O PLANTONISTA RECUSOU-SE A REALIZAR A DENÚNCIA, ALEGANDO QUE RAFAELA ESPERASSE A SEGUNDA-FEIRA PARA FORMALIZAR A DENÚNCIA DIRETAMENTE NA DEAM II);
 - 14 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. 190 (APÓS NOVAS AMEAÇAS, LIGOU PARA A CENTRAL TELEFÔNICA ALEGANDO QUE NÃO CONSEGUIU FORMALIZAR A DENÚNCIA E SOLICITANDO A PRESENÇA DOS POLICIAS);
 - 15 - VIATURA P.M. (OS DOIS POLICIAIS REALIZARAM UMA NOVA BUSCA E ACABARAM ENCONTRANDO O COMPANHEIRO, DIRECIONANDO O CASAL ATÉ O COMPLEXO POLICIAL);
 - 16 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU A DENÚNCIA E O COMPANHEIRO FICOU PRESO POR UMA TARDE);
 - 17 - ADVOGADO PARTICULAR (TRATAR SOBRE A GUARDA DAS CRIANÇAS E SEPARAÇÃO CONJUGAL, MAS NÃO TINHA CONDIÇÕES DE ARCAR COM O VALOR COBRADO PELO/A ADVOGADO(A);
 - 18 - LIGAÇÃO PARA DEFENSORIA PÚBLICA (TELEFONOU PARA O SERVIÇO NA BUSCA DE INFORMAÇÕES DE COMO CONSEGUIR UM DEFENSOR PÚBLICO, MAS FOI INFORMADA QUE NÃO EXISTIAM DATAS PREVISTAS PARA AGENDAMENTO);
 - 19 - DEAM III (OFICIALIZOU A DENÚNCIA REALIZADA NO COMPLEXO POLICIAL E FOI INFORMADA DO CIAM);
 - 20 - CIAM (REALIZOU TRIAGEM, ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E COM A ADVOGADA);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
 PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

Nas rotas de Ana, Alice e Rafaela é possível identificar diferentes percalços enfrentados por estas mulheres na busca por atendimento especializado. No caso de Rafaela, que vivenciou 13 anos de violência praticada pelo companheiro, desde os seus 12 anos de idade, foi uma das principais entrevistadas cuja rota foi a mais complexa dentre as citadas na presente investigação: procurou ajuda institucional desde o início da agressão, mas continuou a sofrer violência mesmo depois que iniciou a rota institucional; nem ela, nem a sua rede relacional, possuía conhecimento, no início da agressão, de alguns serviços especializados que faria diferença no acesso a um projeto de intervenção efetivo; o tempo da rota foi superior a 10 anos; e possuiu a maior quantidade de vezes de busca de apoio nos serviços, totalizando mais de 25 contatos, número esse que pode ser bem maior, já que devido ao tempo, Rafaela não se recordava ao certo de todos os contatos que realizou com os serviços desde quando iniciou atendimento.

Aí teve uma certa época que eu parei, não, não vou mais, não dá jeito, ele nunca foi preso, nunca fez nada, nunca foi, nunca foi nem chamado por nada, então eu vou deixar acontecer, posso fazer o que. (Rafaela)

[...] essa aí [em referência as queixas realizadas] eu não lembro nem qual foi, de tantas, no meio de tantas. (Rafaela)

Em muitos momentos, foi possível identificar o descaso por parte dos profissionais não apenas na rota traçada por Rafaela, mas nas rotas traçadas por todas as entrevistadas deste grupo. Demonstrando o quão são dolorosos os caminhos percorridos pelas mulheres em situação de violência doméstica. Além de precisarem enfrentar as violências sofridas no domínio privado com os respectivos parceiros, ainda precisam negociar, constantemente, as violências sofridas nos caminhos trilhados entre os serviços. Caminho este que deveria funcionar enquanto uma rede de cuidado, não enquanto uma rede de serviços potencializadora de mais violência; como ocorreu na própria rota de Rafaela e Alice aqui expostas, e em outras rotas que podem ser visualizadas no Apêndice G.

Por fim, salienta-se que mesmo diante de todos os percalços enfrentados na busca por atendimento especializado, boa parte das entrevistadas, independente de terem suas rotas classificadas como simples, intermediárias e complexas, concluíram as entrevistas ressaltando o quão importante foi o apoio recebido pelo

campo institucional. Principalmente, em momentos que os serviços foram visualizados como os únicos meios de defesa frente às agressões do companheiro.

Então, eu procuro até hoje, porque assim, eu não tenho outra força, eu não tenho outro meio, mas que no final das contas dá aquele certo resultado, aquele certo jeito, realmente num dá, e eu tenho plena consciência disso que não dá, mas é o único meio que eu tenho, a única forma que eu tenho de defesa. (Rafaela)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da violência a partir de seus múltiplos aspectos permitiu a compreensão de como se expressa esse fenômeno no cotidiano das mulheres. Identifica-se o quão o silêncio, ainda, é fato constante no dia a dia dessas entrevistadas. O rompimento pressupõe superar o silêncio que envolve as relações conjugais que dificilmente se dará em um percurso solitário, pelo contrário, é fato presente a necessidade de apoio externo para que essas mulheres consigam sair do ciclo da violência.

O presente estudo cujo objetivo foi analisar as rotas percorridas pelas mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA, realizando para isso 23 entrevistas com mulheres atendidas nos serviços, utilizou-se como técnicas de análise a realização de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas que versaram desde o perfil sócio econômico e demográfico, até as vivências das violências e a relação com o apoio recebido por amigos/as, familiares e instituições que prestam acolhimento às mulheres em situação de violência.

A análise identificou três categorias centrais: a vivência da violência, a rede relacional de apoio e as respostas institucionais. Essas categorias expressaram os pilares que envolvem o processo de análise das rotas críticas traçadas pelas mulheres. Assim, investigar esses caminhos exige uma maior sensibilidade desde as subjetividades femininas relacionadas a violência vivida, até as articulações institucionais que ocorrem, visando um ideal de acolhimento e atendimento integralizado para essas mulheres. Estas mesmas categorias serviram de base para a construção dos critérios de classificação das rotas. A decisão de agrupar as rotas (a partir das categorias de análise) em simples, intermediárias e complexas foi um grande desafio ao considerar tamanha complexidade que todas as histórias de vida das mulheres carregavam. Proporcionalmente, quanto maior os fatores de complexidades da rota, mais expostas as mulheres estavam a novas situações de violência, e conseqüentemente, mais dificuldade ela possivelmente encontrou no seu percurso para conseguir resolver a sua demanda específica e cessar a situação de violência.

Ao analisar a rota crítica, e observar as principais ações e comportamentos realizados pelas mulheres no enfrentamento à violência, observou-se que o apoio externo envolveu variadas redes relacionais de apoio (familiares, amigos/as próximos, dentre outros/as). O termo “crítica” fez jus a sua denominação, ao ser possível visualizar o quão essas mulheres estão vulneráveis a novos episódios de violência quando iniciam suas rotas. Aqui chama-se atenção para a não naturalização do uso do termo “rota crítica”, considerando que o ideal seria a inexistência de tais períodos de criticidade. Para isso, seria necessário que as mulheres tivessem acesso a um atendimento minimamente acolhedor, pautado no ideal da integralidade da atenção: atenção a saúde da mulher, a educação, a assistência social, a moradia, jurídica, policial, trabalho, entre outras demandas.

Como resultados foram encontrados variados tipo de rotas, com variadas formatações que expressaram tanto resultados negativos, quanto positivos na resolutividade frente a cessação da situação de violência. O que acarreta em dificuldades que impossibilitam a garantia de um atendimento, minimamente, qualificado e humanizado por parte dos serviços especializados.

As trajetórias percorridas pelas mulheres em situação de violência são caracterizadas por serem complexas, não lineares, não unidirecionais, compostas por avanços e retrocessos e podendo durar, inclusive, anos até que seja possível chegar a um desfecho favorável à situação de violência vivida pela mulher. No caso da presente pesquisa, todas essas características foram possíveis de serem observadas nas rotas traçadas pelas 23 mulheres. No entanto, as entrevistadas ao possuírem vivências diferentes da violência, traçam percursos distintos.

Ao agrupar as rotas, por critérios de semelhança, buscou-se legitimar o processo de rota crítica para além de meros caminhos percorridos pelas mulheres na busca de apoio. Tentou-se demonstrar que mesmo aquelas que possuem rotas pequenas e pontuais padecem de muitas dificuldades que vão desde as relações entre a vivência da violência, a rede relacional de apoio e as respostas institucionais. Nesse sentido, mesmo as rotas simples, que possuíram como diferenciação principal das outras rotas o cessar da situação de violência após a procura do primeiro serviço, expressaram diferentes problemáticas enfrentadas pelas mulheres. Já as rotas intermediárias, como o próprio nome supõe, situaram-se no meio termo, ao

passo que mesmo não rompendo com a situação de violência impetrada pelo companheiro e/ou ex-companheiro possuíram pequenas periodicidades nos serviços e respostas congruentes com as demandas apresentadas no espaço institucional. Na outra ponta, encontraram-se as rotas complexas representando os grandes percalços vividos por mulheres quando da decisão de romper com o ciclo de violência: falta de serviços que supram as demandas reais das mulheres; pouca resolutividade dos serviços contatados; serviços fechados; mulheres (re)vitimizadas por profissionais das instituições; companheiro e ex-companheiro que insiste em continuar com as agressões, diante da não aceitação de um posicionamento mais autônomo por parte da mulher e do fim do relacionamento; falta de conhecimento da rede de cuidado do município; falta de apoio relacional nos momentos mais críticos da rota percorrida; dentre variados outros fatores que apareceram nas rotas das entrevistadas

A própria complexidade do fenômeno da violência reafirma que não se pode encontrar linearidade nas vivências subjetivas frente as violências sofridas por mulheres. As rotas aqui expostas são emblemáticas, principalmente por demonstrar o quão a falta de serviços especializados e de políticas públicas interferem no tempo de rota crítica.

Para além dos impasses encontrados no campo dos serviços do município de Juazeiro/BA, conclui-se que dificilmente será possível delimitar uma única rota ideal para as mulheres que vivenciam violência, pelo contrário, cada mulher deve construir a sua rota ideal, partindo das suas necessidades e objetivos futuros. As próprias redes de serviços que prestam atendimento às mulheres não devem ser fechadas, no sentido de que todo e qualquer serviço que queira realizar ações de apoio a essas mulheres podem e devem participar de possíveis ações de articulações intersetorializadas. Articular os conceitos de rotas, redes e integralidade da atenção parece ser um importante caminho no diagnóstico da situação de violência e de possíveis encaminhamentos quanto a formação e aplicação de políticas públicas.

Nesse sentido, a presente investigação pode servir como um importante instrumento de avaliação do processo para a tomada de decisão de gestores que se fizerem de fato comprometidos pelo enfrentamento da violência de gênero em

Juazeiro/BA. Permite do mesmo modo evidenciar a relevância de um atendimento qualificado para às mulheres que encontram-se em situação de violência de gênero, demonstrando que se existisse no município uma rede de cuidado efetiva, a trajetória percorrida por essas mulheres tornar-se-iam mais sustentáveis e menos vulneráveis a possíveis dissociações.

Conclui-se que apesar dos percalços enfrentados pelas mulheres nas rotas traçadas, muitas foram as estratégias adotadas pelas entrevistadas na tentativa de romper com a situação de violência impetrada pelo companheiro e/ou ex-companheiro. É necessário ter a clara percepção de que não avançaremos no debate acerca do fenômeno da violência contra a mulher, enquanto não considerarmos como objetos de atenção todos/as aqueles/as que estão envolvidos/as direta e indiretamente no contexto da perpetração da violência. Defende-se a importância de criação e articulação de uma rede de serviços em efetivo funcionamento no município de Juazeiro/BA, só assim o apoio ideal e integralizado a essas mulheres será alcançado.

Assim, aponta-se como caminhos para a estruturação de uma efetiva rede de cuidados, o desenvolvimento de trabalhos voltados para a sensibilização acerca do trabalho em redes, tanto com os profissionais dos serviços, como com os gestores municipais. Essas sensibilizações poderão viabilizar uma maior apropriação da gestão local, incentivando, assim, maior comprometimento dos serviços e das secretarias municipais com a atenção à mulher em situação de violência. Destaca-se ainda a importância de estudos que foquem o fortalecimento de políticas de enfrentamento à violência, possibilitando a visualização de um novo modelo de gestão e atuação profissional para melhor acolher essa mulher integralmente frente as suas demandas.

Por fim, defende-se a necessidade de novos estudos, devido à escassez de produções teóricas sobre o tema no contexto da Bahia, e mais ainda do semiárido nordestino. Estudos que enfoquem o alcance das ações de atenção à mulher em situação de violência na região em todos os serviços que disponibilizam atendimento para essas mulheres.

A aposta em tais investimentos deve-se ao reconhecimento da complexidade e gravidade do fenômeno da violência contra a mulher, que tem impacto direto na

qualidade de vida da população, sendo imprescindível seu enfrentamento para a construção de uma igualdade de gênero e conseqüente autonomia feminina.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, Vanessa Gurgel *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/14.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2010.
- AGENDE. **10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a Violência contra a Mulher**, Convenção Belém do Pará, 3. ed. Brasília, 2005. 33p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Nordeste uma invenção do Falo. In: _____. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino** (Nordeste – 1920/1940). [s.n.]. Maceió: Edições Catavento, 2003. cap. 10, p. 231-254.
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel do *et al.* **Dores Visíveis: violência em delegacias da mulher no nordeste**. Fortaleza: Edições REDOR/ NEGIF/ UFC, 2001. 193 p.
- ANDRADE, Clara de Jesus Marques; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista Escola Enfermagem**. USP, São Paulo, v 42, n. 3, p. 591-595, 2008.
- AQUINO, Sílvia de. **Análise de Delegacias especiais de atendimento à mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista**. 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985. 176p.
- BAIRROS, Luiza. Feminismo e movimentos sociais: A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. 2008, p. 139-146.
- BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438. mai/ago. 2009

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70. 1994. 281 p.

BARBANTI, Lúcia F.; CHALOM, Marina Halpern. **Um serviço de Plantão Psicológico em instituição judiciária: ilustração prático- teórica**. In: MORATO, Henriette Tognetti Penha. **Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: novos desafios**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1999. p. 183-201.

BARSTED, Leila Linhares. O Progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In: BARSTED, Leila Linhares, PITANGUY, Jacqueline (Org). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p 346-382.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. (Livro I: Fatos e Mitos). 309 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. Actes de la recherche em sciences sociales, n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976. (Trad. Paula Monteiro).

BRANDÃO, Elaine Reis - Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: Bruschini, Cristina e Holanda, Heloisa Buarque de (Org) – Horizontes Plurais. **Novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC – São Paulo: Editora 34, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: 14 set. 2010.

_____. Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em: 14 set. 2010.

_____. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. ago. 2003.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **Norma técnica de uniformização: centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência**. 2006, 45p.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher**. 2007. 17p. [on line] <Disponível em:

http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_02.pdf >Acesso em: 20 mai 2010.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2008a. 31p.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008b. 234 p.

_____. **Secretaria Especial de Políticas para as mulheres**. Serviços de Atendimento à Mulher. 2009. 3p. [*on line*] <Disponível em: http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php?uf=PI. >Acesso em: 20/05/2010

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Coleção Enfrentamento à violência contra as mulheres. 2011. 74p.

CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel. Um ensaio sobre a (in)definição de integralidade. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org). **Construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, IMS: ABRASCO. p. 35-44. 2005.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CARREIRA, Denise; PANDJIARJIAN, Valéria. **Vem pra roda! Vem pra rede! Guia de apoio à construção de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003. 73p.

CECCIM, Ricardo Burg. Equipe de saúde: a perspectiva entre-disciplinar na produção dos atos terapêuticos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (Org). **Cuidado as fronteiras da Integralidade**. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 261-280, 2008.

CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER. **Relatório semestral**. Juazeiro/BA, 2011. 23 p.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna Cavalcanti; MARIA LAURA, V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (Org). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1985. p. 25-62.

CORTEZ, Mirian Béccheri, PADOVANI, Ricardo da Costa, WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 22(1), p. 13-21, janeiro – março, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. v.5, n.2. Niterói: NUTEG/Eduff. 1. sem. 2005. p.9-35.

_____. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. **LABRYS, Estudos Feministas**. jan/dez. 2009.

DANTAS – BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, mar-abr, 2005, 417-425.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 66, v. 23, p. 165-211, fev. 2008.

DESLANDES, Suely Ferreira *et al* (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 81 pg.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPARTE, Jean *et al*. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. cap. 3. 127-153.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, Carmen Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréa Lima (Org). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005): Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. cap.1, p. 15-44.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires *et al*. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. n.14, v. 4. p. 1037-1050, 2009.

DOSSI, Ana Paula *et al*. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952,

ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000800022&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 set. 2010.

ESCANDÓN, Carmen Ramos. La nueva historia, el feminismo y la mujer. _____ In: (Org.). **Gênero e História**. México: Instituto Moral/UAM, 1992. cap. 1 . p. 7-37.

FALCÃO, Virgínia. **Política de Abrigamento – A casa Abrigo na Bahia. Histórico e análise de um difícil processo**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gênero, Mulher e Feminismo) – Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares entre Mulher, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, v.12, n. 1, p. 47-71, jan.-abr 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979. 152 p.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988. 152 p.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência Contra a Mulher**. São Paulo, 2001. 06 p. Disponível em: <http://www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.

GALVÃO, Loren. Saúde sexual e reprodutiva, saúde da mulher e saúde materna: a evolução dos conceitos no mundo e no Brasil. In: Galvão, Loren; Díaz, Juan (Org.). **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec/Population Council, 1999.

GARCIA, Marilúcia Vieira. **Aspectos epidemiológicos e clínicos da violência contra a mulher no município de Uberlândia, MG**. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* Violência contra a mulher no município de Juazeiro, BA: autores e recidiva. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 75/76/77, p. 107-115, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cebes.org.br/media/File/publicacoes/Rev%20Saude%20Debate/Saude%20em%20Debate_n75.pdf>. Acesso em: 14 set. 2010.

GOMES, Nadirlene Pereira Gomes. **Trilhando Caminhos para o enfrentamento da violência conjugal**. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Enfermagem, área de concentração gênero, cuidado e administração em saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra - ANPOCS, 1993. 218 p.

GRIEP, Rosane Harter; CHOR, Dora; FAERSTEIN, Eduardo; LOPES, Cláudia. **Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 625 – 634, mar-abr, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. p. 473-483. 2º semestre. 1994.

_____. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. p. 293-313. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, 320 p.

GROSSI, Patrícia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de Oliveira. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital**. n.14, p. 267-280, 2008.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Rede Social e suas contribuições: espaço de disputa ideo-política**. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**: tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 256p.

IBGE, **Censo 2010**; Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 14 mai. 2011.

IBOPE; INSTITUTO AVON. **Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher**. 2009. 23p.

INSTITUTO AVON; IPSOS. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. São Paulo, 2011. 17 p. Disponível em: <
http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf
>. Acesso em : 10 jan. 2012.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres**. São Paulo, 2004. 19 p. Disponível em: <
http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/pesq_ibope_2004.pdf
>. Acesso em : 14 set. 2010.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e Violência contra a mulher: O perfil do sistema judiciário na solução dos conflitos do gênero**. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998, 278 p.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP, 2001.

KISS, Ligia Bittencourt, SCHRAIBER, Lília Blima, D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Possibilidades de uma rede intersectorial de atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface – Comunic, Saúde, Educ.**, v.11, n.23, p. 485-501, 2007.

KLEVENS, Joanne. Violência física contra la mujer en Santa Fe de Bogotá: prevalencia y factores sociales. **Revista Panam Salud Pública**, 2001; v. 9, n. 2, p. 78-83.

KRONBAUER, José Fernando; MENEGUEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**. v. 39, n. 5, 2005, p. 695-701.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org). Tendências e Impasses. **O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 178p.

MACHADO, Lia Zanota. **Feminismo em movimento**. São Paulo: FRANCIS, 2010. 188p.

MARTINS, Paulo Henrique, FONTES, Breno. Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde. In: MARTINS, P. H., FONTES, B. (Org). **Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 103-119.

MATTOS, Ruben Araújo de. Os sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo (Org). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ. IMS: ABRASCO. p. 39-64. 2001.

MENEGHEL, Stela Nazareth (Org). **Rotas críticas mulheres enfrentando a violência**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. 156 p.

_____. **Rotas críticas II ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. 247 p.

MENEGUEL, Stela Nazareth *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2011000400013&script=sci_arttext >. Acesso em: 20 jan. 2012.

MENEGUEL, Stela Nazareth; HENNINGTON, Elida A. A rota crítica das mulheres no Brasil: Aspectos preliminares do estudo em São Leopoldo. In: MENEGUEL, Stela Nazareth (Org). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007. cap. 02, p. 51-62.

MENEGUEL, Stela Nazareth; VIAL, Sandra Regina Martini. Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências. **Athenea Digital**, n. 14, p.199-213. outono. 2008. Disponível em: < <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/533> >. Acesso em: 14 set. 2010.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a La ciência y La metodologias feministas. In: BARTA, *Eli (org.)*. **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F. Universidad Autónoma Metropolitana, 1998, p. 63 – 102.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 14 set. 2010.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 pg.

_____. Prefácio. In: MENEGUEL, Stela Nazareth (Org). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência.** 1. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007. prefácio, p. 9-20.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 35-42, jan-mar, 1998.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; SOUZA, Ivis Emilia de Oliveira. Vivência de Violência Conjugal: fatos do cotidiano. **Texto Contexto Enfermagem**, 2007 jan-mar, n.16, v. 1, p. 26-31.

MOREIRA, Maria Cecília Gonçalves. **A violência entre parceiros íntimos: o difícil processo da ruptura.** 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, vol. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n.1, p. 7-13, jan – abr, 2006.

NJAINE, Kathie *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11, p. 1313-1322, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a20v11s0.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2010.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; VIANNA, Lucila Amaral. Violência conjugal na gravidez. **Revista Estudos Feministas**. v.1, n. 1, 1993, p. 162 a 165.

OLIVEIRA, Anna Pula Garcia. **Quem Cala, Consente? Violência dentro de casa a partir da perspectiva de gênero, família e políticas públicas.** 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, 2005.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréa Lima (Org). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. 2006. cap. 03. p. 78-139.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Acesso à justiça para mulheres em situação de violência: Estudo comparativo das Delegacias da Mulher na América Latina (Brasil, Equador, Nicarágua, Peru)**. PAGU/UNICAMP Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas, 2008. 38p.

PASINATO, Wânia. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero**. 2003. 389 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 1, n. 14 / 15, 1º / 2º sem. Rio de Janeiro. 2006a. p. 130- 154.

_____. Atendimento às mulheres em situação de violência em Belo Horizonte. In: LEOCÁRDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. 1.ed. Brasília: AGENDE, 2006b, cap. 6, p.131-167.

_____. **Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e a rede de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá, Mato Grosso**. PASINATO, Wânia; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org). Salvador: NEIM/UFBA, 2010. 105p.

PASSOS, Hozana Reis. **Conhecendo a rede de apoio a mulher vítima de violência do município de Belo Horizonte**. 2010. 37 f. Especialização (Especialista em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.

PENSO, Maria Aparecida. As complexas relações entre álcool, drogas e violência intrafamiliar em contextos de exclusão social. cap. 18. 243 – 254. In: LIMA, Fausto Rodrigues; SANTOS, Claudiene. (Org). **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Editora Lúmen, Júrís: Rio de Janeiro, 2009.

PHILLIPS, Anne. Las Pretenciones universales del pensamiento político. In: BARRETT, Michèle e PHILLIPS, ANNE. (Org.) **Desestabilizar La teoria. Debates feministas contemporâneos**. México: PUEG/UNAM. 2002. p. 203 – 222.

PIRES, Álvaro. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a. cap.1, p. 43-94.

_____. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b. cap.4, p.154-211.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. cap.5, 3. 215- 253.

PRATES, Paula Licursi. **Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública, área de concentração saúde materno infantil) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade São Paulo, São Paulo, 2007.

PRESSER, Adriana Dewes. **Mulheres enfrentando a violência de gênero: a voz dos operadores sociais**. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

PRESSER, Adriana Dewes; MENEGHEL, Stela Nazareth; HENNINGTON, Élide Azevedo. Mulheres enfrentando as violências: a voz dos operadores sociais. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 126-137, jul/set. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300013&script=sci_arttext >. Acesso em: 14 set. 2010.

RIBEIRO, Cristiane Galvão. **Representações sociais da violência doméstica: qualidade de vida e resiliência entre mulheres e não vítimas**. 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ROCHA- COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 679-684. jan/abril, 2006.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Org). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-120, 1979.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. **Revista**.1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Revista Estudos Feministas**. n. especial, p.443-461. 1994a.

_____. Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; Muñoz-Vargas, Monica. (Org). **Mulher Brasileira é assim**. [s.n.]. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994b. p. 151-186.

_____. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. São Paulo, PUC, n. 2, p. 59-79. 1997a. Disponível em: < http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf >. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org) **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997b. p. 39-57.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf> >. Acesso em: 14 set. 2010.

_____. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n16, p. 115-136, 2001.

_____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI; UNBEHAUM, S. G. (Org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. 34 ed. São Paulo: FFC, 2002a. p. 321-338.

_____. **Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade**. 2002b. Disponível em: < <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.01.a06.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

_____. Gênero e Patriarcado: A necessidade da Violência. In: BRASIL. **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria de Segurança Pública. Cap. 3. 2005. p. 35-76.

_____. Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Séries estudos e ensaios, Ciências Sociais, **FLACSO**: Brasil, jun. 2009. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/novoportal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

SAGOT, Montserrat. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por La violencia intrafamiliar em América latina** (estudo de caso de dez países). OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), 2000.

_____. A rota crítica da violência intrafamiliar em países Latino-Americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. cap. 1, p. 23-50.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. **Percepção de Mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2010 jul – set; 19 (3): 417-24.

SANTOS, Boaventura de Souza **Um discurso sobre as ciências**. Edições Afrontamento, 15 edição, 2007, 59p.

SANTOS, Cândida Ribeiro. **Quero um basta! experiências de mulheres que fizeram denúncia na delegacia especial de atendimento à mulher (DEAM) em Salvador**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Ana Cláudia. Mulheres, **Violência, Rede de serviços de referência e suporte psicossocial**. 2009. 258 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre estudos feministas no Brasil. Israel, 2005. Disponível em: < www.nevusp.org/downloads/down083.pdf >. Acesso em: 20 set. 2010.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da critica Feminista à ciência a uma ciência feminista? **Labrys, estudos feministas**. jan/jun. 2007.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho; TAVARES, Márcia Santana. **A aplicação da Lei Maria da Penha em foco**. (Caderno do OBSERVE, 1). Salvador: NEIM/UFBA, 2010. 56p.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.36, n.4, p. 470-477, mai. 2002.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 183p.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. V.3, n.5, agosto 1999. p. 11-26.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. **Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo entre três capitais brasileiras**. Ministério da Justiça: Governo Federal, 2006. 76 p.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. **Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde**. In: MENEGUEL, Stela Nazareth. Rotas Críticas II Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. cap. 07, 2009. p. 131-141.

SCHLITHLER, Célia. Redes **Intersectoriais de Desenvolvimento Comunitário**. Instituto para o desenvolvimento do Investimento Social. 2007. 6 p.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. SOS Corpo e Cidadania, mimeo, 1986.

SILVA, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da. **Rota Crítica**: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda. 2008. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Iracema Viterbo. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2003, p. 263-272.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Carmen Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andréa Lima (Org). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)**: Alcances e Limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. cap.2, p. 45-77.

SOARES, Bárbara Musumeci. A Antropologia no executivo: limites e perspectivas. In: CORREA, Mariza (Org.). **Gênero e Cidadania**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, p. 31-45, 2002.

SOARES, Bárbara Musumeci. Dominação de gênero x conflito familiar. Cap. 03. p.119-179. In: SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis**: violência conjuga e as novas polícias de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320p.

SOIHET, Rachel; MARIA PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300. 2007.

SLUZKI, C. E. **A Rede Social na Prática Sistêmica**: alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 147 p.

STREY, Marlene Neves. O sofrimento emocional de mulheres em busca de ajuda. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. cap. 6, p. 97-104.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista estruturada - Perfil Sociodemográfico

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO - PPG NEIM/ UFBA Tel.: (0**71) 3283 – 6447 / Fax.: (0**71) 3237 – 8239 Email da responsável: jayce.psi@hotmail.com		
Rotas percorridas por mulheres em situação de violência entre os serviços do município de Juazeiro/BA			
1- Data da entrevista:	2- Nome Entrevistadora:	3- N. questionário:	4- Hora Início:
5- Nome do Informante:		6- Localidade:	7- Hora Final:
8- Naturalização:	9- Cidade onde mora:		10 – Bairro onde mora:
Fatores Sociodemográfico			
1. Qual sua idade? _____ anos		5. Qual seu o estado civil e/ou natureza da união referente a vivência com companheiro e/ou ex-companheiro? 1 () Casada 2 () Solteira 3 () Separada 4 () Viúva 5 () União Consensual Estável	
2. Em qual dessas classificações você define sua raça/cor? 1 () Branca 2 () Preta 3 () Amarela 4 () Parda 5 () Indígena 6 () NRA (nenhuma resposta acima)			
3. Qual a sua religião? 1 () Católica apostólica romana 2 () Evangélicas 3 () Espírita 4 () Umbanda e Candomblé 5 () Judaica 6 () Religiões Orientais 7 () Sem religião 8 () Não determinada 10 () Outros _____		6. Teve filhos (as)? 1 () Sim ___/___ Homens, Idade _____ ___/___ Mulheres, Idade _____ 2 () Não	
4. Vive em companhia de cônjuge ou companheiro? 1 () Sim, Quanto Tempo? _____ 2 () Não, Caso já tenha vivido algum dia com ex-companheiro, quanto tempo? _____		7. Qual a última série concluída? 1 () Alfabetizado (sabe ler e escrever o nome somente) 2 () Até o 5 ano (antiga 4 série) 3 () Ensino fundamental incompleto 4 () Ensino fundamental completo 5 () Ensino médio incompleto 6 () Ensino médio completo 7 () Superior incompleto 8 () Superior completo 9 () Pós graduação 10 () Não frequentou escola 11 () Outros _____	

<p>8. Com que idade você parou de estudar?</p> <p>_____</p>	<p>2 () Evangélicas 3 () Espírita 4 () Umbanda e Candomblé 5 () Judaica 7 () Religiões Orientais 7 () Sem religião 8 () Não determinada 9 () Outros _____</p>
<p>9. Se deixou de estudar ou nunca estudou qual foi a principal razão?</p> <p>1 () Ficou grávida/ tinha que cuidar dos(as) filhos (as) 2 () Casou-se/ uniu-se ao parceiro 3 () Patrão/ patroa não deixava 4 () Precisava trabalhar 5 () Concluiu ensino médio 6 () Não gostava de estudar 7 () Escola de difícil acesso/ sem vagas 8 () Motivo de doença 9 () Marido não permite 10 () Não quis responder 11 () Outras _____</p>	<p>15. Qual a última série concluída do seu companheiro/ ex-companheiro?</p> <p>1 () Alfabetizado (sabe ler e escrever o nome somente) 2 () Até o 5 ano (antiga 4 série) 3 () Ensino fundamental incompleto 4 () Ensino fundamental completo 5 () Ensino médio incompleto 6 () Ensino médio completo 7 () Superior incompleto 8 () Superior completo 9 () Pós graduação 10 () Não frequentou escola 11 () Outros _____</p>
<p>10. Qual sua ocupação no momento? (Registrar exatamente o que faz)</p> <p>_____</p>	<p>16. Qual a situação ocupacional do seu companheiro/ ex-companheiro? (Registrar exatamente o que faz)</p> <p>_____</p>
<p>11. Em caso de não ter ocupação remunerada, por quê?</p> <p>1 () Gravidez 2 () Estudos 3 () Marido/ companheiro não permite 4 () Tem que cuidar da casa/ dos (as) filhos (as) 5 () Tem que cuidar de familiares 6 () Condição de saúde desfavorável 7 () Outros _____</p>	<p>17. Quantas pessoas moram no seu domicílio?</p> <p>_____</p>
<p>12. Qual a idade do seu companheiro/ ex-companheiro?</p> <p>_____</p>	<p>18. Seu domicílio é:</p> <p>1 () Próprio de algum morador – Já pago 2 () Próprio de algum morador – Ainda pagando 3 () Alugado 4 () Cedido por empregador 5 () Cedido de outra forma 6 () Outra Condição _____</p>
<p>13. Em qual dessas classificações você define a raça/cor do seu companheiro/ ex-companheiro?</p> <p>1 () Branca 2 () Preta 3 () Amarela 4 () Parda 5 () Indígena 6 () NRA (nenhuma resposta acima)</p>	<p>19. Qual a sua renda pessoal?</p> <p>1 () Até meio salário mínimo 2 () Entre meio e um salário 3 () Entre um e dois salários 4 () Entre dois e três salários 5 () Entre três e cinco salários 6 () Acima de cinco salários 7 () Não quis responder 8 () Sem renda pessoal</p>
<p>14. Qual a religião do seu companheiro/ ex-companheiro?</p> <p>1 () Católica apostólica romana</p>	

<p>20. Qual a renda do seu companheiro/ ex-companheiro?</p> <p>1 () Até meio salário mínimo 2 () Entre meio e um salário 3 () Entre um e dois salários 4 () Entre dois e três salários 5 () Entre três e cinco salários 6 () Acima de cinco salários 7 () Não quis responder 8 () Sem renda pessoal</p>	
<p>21. Qual a renda familiar?</p> <p>1 () Até meio salário mínimo 2 () Entre meio e um salário 3 () Entre um e dois salários 4 () Entre dois e três salários 5 () Entre três e cinco salários 6 () Acima de cinco salários 7 () Não quis responder 8 () Sem renda familiar</p>	
<p>22. Quem é o (a) principal responsável pelo sustento da família?</p> <p>1 () A própria mulher 2 () O companheiro 3 () O (a) filho (a) 4 () O casal 5 () Outros _____</p>	

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista semi-estruturada

Questões norteadoras da entrevista

1. Fale de sua relação com o companheiro e com as vivências da violência.
2. Fale-me sobre os serviços que você procurou para resolver seu problema de violência. (**Investigar:** como chegou ao serviço; a forma de atendimento; quantas vezes precisou ir a cada serviço; e quando precisou; a resolutividade; Qual o primeiro serviço procurado? Quais encaminhamentos? Quais as medidas? O tempo que levou para procurar, e o tempo de atendimento? A forma de atendimento?)
3. Fale-me sobre as pessoas que vem lhe ajudando ao longo desse percurso na busca por atendimento? (**Investigar:** identificar o apoio da rede familiar – implica parentesco; confiança; consaguinidade; e apoio da rede social – pessoas importantes na comunidade e que tem relação com os serviços).

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO - PPG NEIM/ UFBA
Tel.: (0**71) 3283 – 6447 / Fax.: (0**71) 3237 – 8239
Email: jayce.psi@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: “Rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA”.

Pesquisadora: Jayce Layana Lopes Callou

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Lucia Ferreira

A Senhora está sendo convidada a participar da pesquisa **“Rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA”** que tem como objetivo geral analisar as rotas percorridas por mulheres em situação de violência na rede de serviços no município de Juazeiro/BA. A senhora contribuirá respondendo a perguntas relacionadas ao seu contexto de vida (sociodemográfico e econômico), experiências quanto à vivência da violência contra mulher e quanto aos serviços e redes sociais procuradas.

Esclareço que possíveis desconfortos e/ou constrangimentos poderão ocorrer durante a realização da entrevista, visto que, em determinados momentos serão explorados fatos da vida íntima. Entretanto, a senhora tem a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo para a sua pessoa.

A sua participação não é obrigatória. As informações serão utilizadas para os fins da pesquisa e seu nome não será divulgado. Os dados coletados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora e orientadora, sendo armazenados no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo (PPG NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Os resultados deste estudo serão publicados em revistas científicas e apresentados em eventos. Ao participar da pesquisa a senhora não terá nenhum tipo de despesas e não receberá nenhum benefício.

Qualquer dúvida ou problema que ocorra no transcurso da pesquisa, a senhora poderá entrar em contato com as pesquisadoras através do telefone: (71) 9295-0689 ou do e-mail: jayce.psi@hotmail.com.

Eu, _____,

Confirmando ter sido informada dos objetivos da pesquisa de forma clara e detalhada e concordo em participar do presente estudo. Estou ciente de que minha participação é voluntária e que estarei contribuindo para o melhor desenvolvimento da assistência à mulher que se encontra em situação de violência doméstica. Estou esclarecida que me é dado o direito a desistir do estudo a qualquer momento e que minha recusa em participar do estudo ou minha desistência no transcurso do mesmo não afetará a qualidade e a disponibilidade da assistência que me é prestada, assim como, que não serei remunerada.

Juazeiro/BA, _____ de _____ de _____.



Impressão dactiloscópica

Assinatura da entrevistada

Jayce Layana Lopes Callou
Pesquisadora

Contatos: Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo (PPG NEIM / UFBA) - Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210-730, Salvador/Bahia/Brasil. Tel.: (0**71) 3283 – 6447.

APÊNDICE D - Perfil dos companheiros/agressores segundo as mulheres entrevistadas

O perfil dos agressores foi descrito pelas próprias entrevistadas durante o processo de aplicação do questionário. De uma maneira sucinta, os companheiros/agressores quanto a idade/faixa etária tiveram uma maior prevalência nos intervalos entre 20 e 30 anos (7 homens) e 30 e 40 anos (7 homens). Já quanto a raça/cor a maioria se auto-declararam “pardos” (10 homens). Quanto a religião, grande parte são adeptos da religião Católica. No que refere a escolaridade, a prevalência foi o ensino fundamental incompleto. E por fim, geralmente os companheiros/agressores possuíram uma renda superior a das companheiras e estiveram envolvidos com ocupações mais relacionadas ao âmbito público. A seguir seguem as tabelas com os respectivos dados distribuídos por cada variável.

Tabela 07- Distribuição dos companheiros/agressores segundo a Faixa-etária (Juazeiro/BA, 2011)

Faixa Etária	Frequência	Percentual %
De 21 a 25 anos	2	8,7
De 26 a 30 anos	5	21,7
De 31 a 35 anos	5	21,7
De 36 a 40 anos	2	8,7
De 41 a 45	2	8,7
De 46 a 50	4	17,4
De 51 a 55	2	8,7
De 55 a 60	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 08 – Distribuição dos companheiros/agressores segundo a Raça/cor (Juazeiro/BA, 2011)

Raça/Cor	Freqüência	Percentual %
Branca	8	34,8
Preta	5	21,7
Parda	10	43,5
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 09 – Distribuição dos companheiros/agressores segundo Religião (Juazeiro/BA, 2011)

Religião	Freqüência	Percentual %
Católica Apostólica Romana	10	43,5
Evangélica	2	8,7
Sem religião	5	21,7
Não determinada	5	21,7
Não soube informar	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 10 – Distribuição dos companheiros/agressores segundo a Escolaridade (Juazeiro/BA, 2011)

Escolaridade	Freqüência	Percentual %
Alfabetizado	2	8,7
Até o 5 ano	10	43,5
Ensino Médio Incompleto	7	30,4
Ensino Médio Completo	2	8,7

Não Frequentou Escola	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 11 – Distribuição dos companheiros/agressores segundo a Ocupação (Juazeiro/BA, 2011)

Ocupação	Frequência	Percentual %
Empacotador	3	13,0
Operador Transporte Marítimo	1	4,3
Pedreiro	4	17,4
Trabalhador Rural	2	8,7
Serviço Municipal	2	8,7
Auxiliar de Serviços Gerais	1	4,3
Auxiliar de Manutenção	1	4,3
Madereiro	1	4,3
Taxista	2	8,7
Autônomo	2	8,7
Eletricista	1	4,3
Desempregado	1	4,3
Policia Militar	1	4,3
Padeiro	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

Tabela 12 – Distribuição dos companheiros/agressores segundo a Renda Pessoal (Juazeiro/BA, 2011)

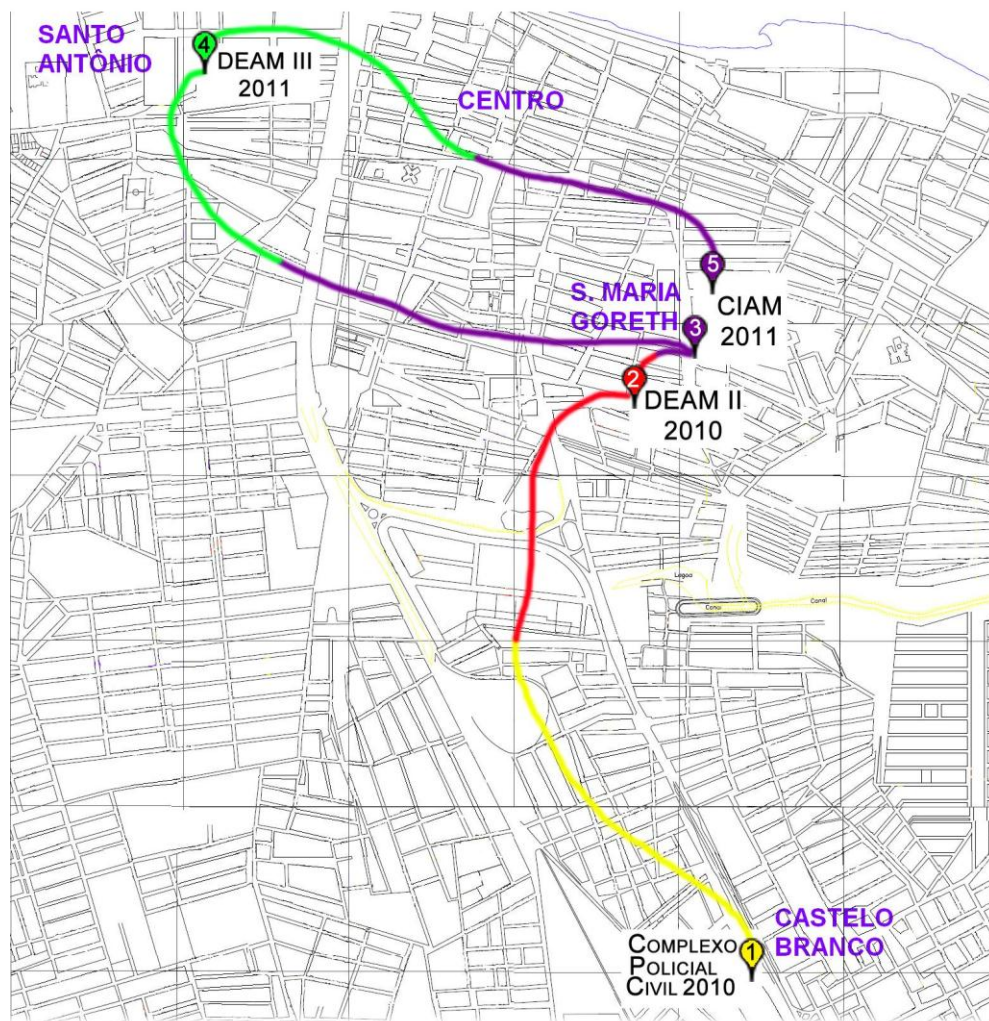
Renda Pessoal	Frequência	Percentual %
---------------	------------	--------------

Entre Meio e um salário	4	17,4
Entre um e dois salários	8	34,8
Entre dois e três salários	2	8,7
Entre três e cinco salários	4	17,4
Não quis responder	3	13,0
Sem renda	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: Coleta de dados.

APÊNDICE E – Rotas Simples

FIGURA 13- ROTA PERCORRIDA POR JOANA (55) COM 2 2 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



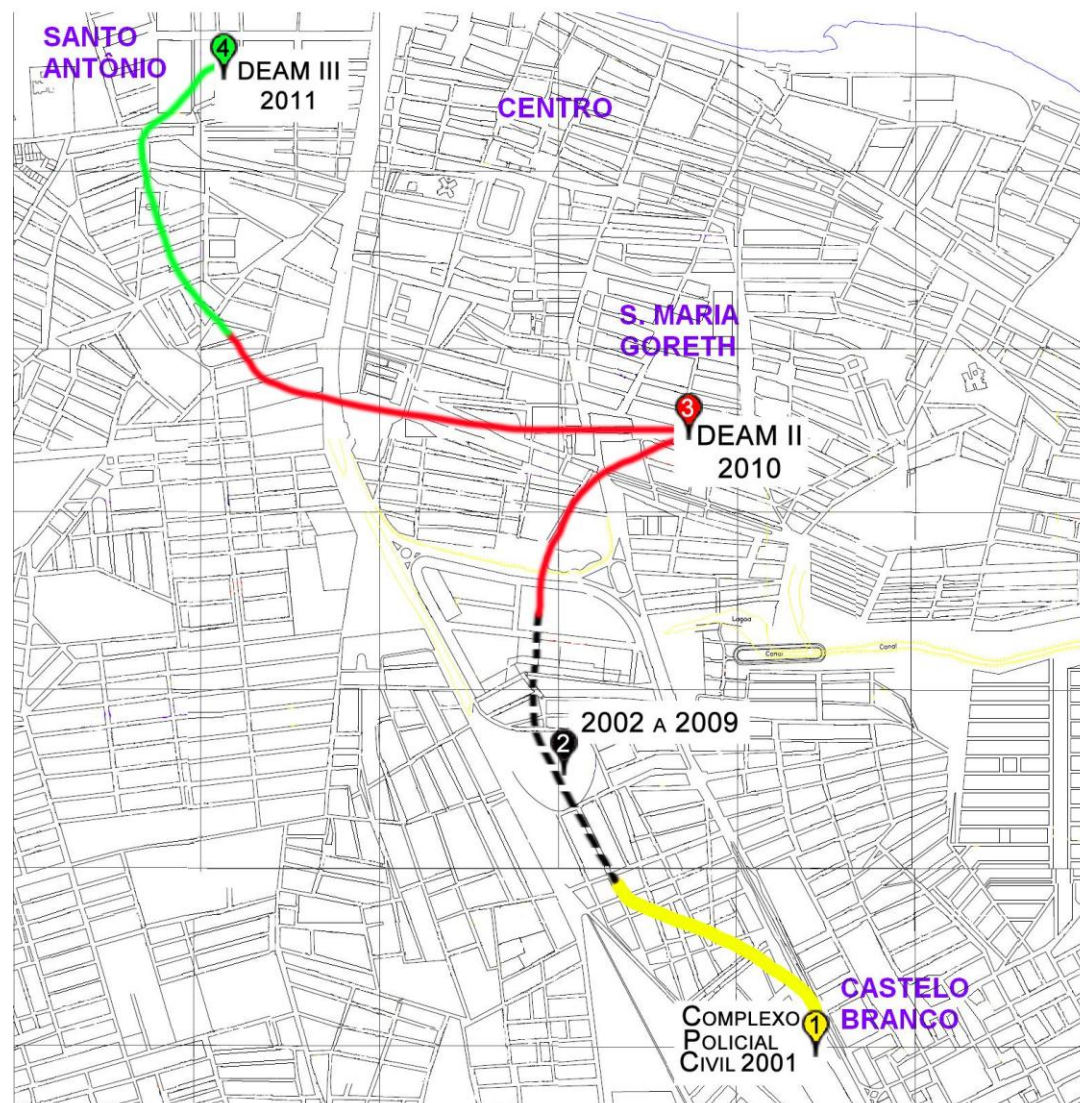
FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO APÓS SER AMEAÇADA. COMO ERA FIM DE SEMANA FEZ A DENÚNCIA NO COMPLEXO, MAS FOI INFORMADA QUE TERIA QUE IR ATÉ A DEAM, NO PRÓXIMO DIA ÚTIL, PARA CONCLUIR O PROCESSO. DESDE ENTÃO NÃO CONVIVE MAIS COM O COMPANHEIRO, AGORA EX);
- 2 - DEAM II (FORMALIZOU A DENÚNCIA REALIZADA NO COMPLEXO POLICIAL CIVIL, COMO TAMBÉM DEU ENTRADA NO PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA);
- 3 - CIAM (ATENDIMENTO COM A ADVOGADA PARA TRATAR DE QUESTÕES REFERENTES TANTO AO DIVÓRCIO COMO DE UMA POSSÍVEL PENSÃO DO EX-COMPANHEIRO PARA ELA);
- 4 - DEAM III (TEVE ACESSO AO DOCUMENTO DA MEDIDA PROTETIVA);
- 5 - CIAM (ATENDIMENTO COM A ADVOGADA PARA NEGOCIAR A SEPARAÇÃO);
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

APÊNDICE F – Rotas Intermediárias

FIGURA 14- ROTA PERCORRIDA POR LARISSA (32) COM 15 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

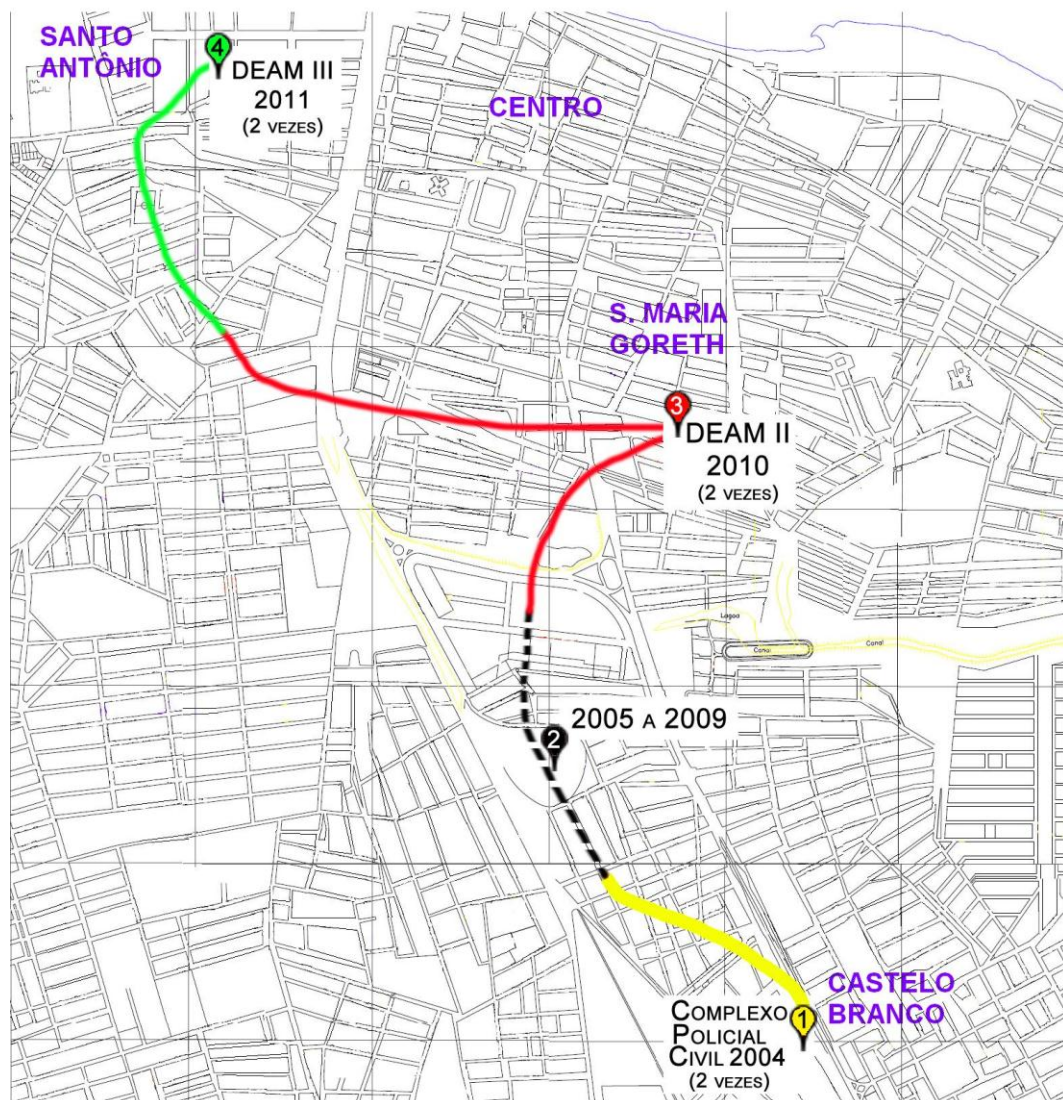


FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU DENÚNCIA POR AGRESSÃO FÍSICA E AMEAÇA. O COMPANHEIRO FOI CHAMADO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS E NO DIA DA AUDIÊNCIA LARISSA NÃO COMPARECEU POR ACREDITAR QUE O COMPANHEIRO NÃO IRIA. RESOLVEU NÃO LEVAR MAIS ADIANTE A DENÚNCIA QUANDO FOI PROCURADA POR PROFISSIONAIS DO COMPLEXO);
- 2 - NOS ANOS DE 2002 A 2009 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, APESAR DE VIVENCIAR EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA;
- 3 - DEAM II (REALIZOU DENÚNCIA POR VIOLÊNCIA PATRIMONIAL, NÃO COMPARECEU PARA A AUDIÊNCIA POR NÃO SABER O DIA EXATO. NESSA ÉPOCA, FICOU SEPARADA DO COMPANHEIRO ALGUNS MESES, RETORNANDO AO CONVÍVIO POSTERIOREMENTE);
- 4 - DEAM III (REALIZOU NOVA DENÚNCIA POR AGRESSÃO FÍSICA, DANDO ENTRADA NO PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FIGURA 15- ROTA PERCORRIDA POR PAULA (28) COM 6 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



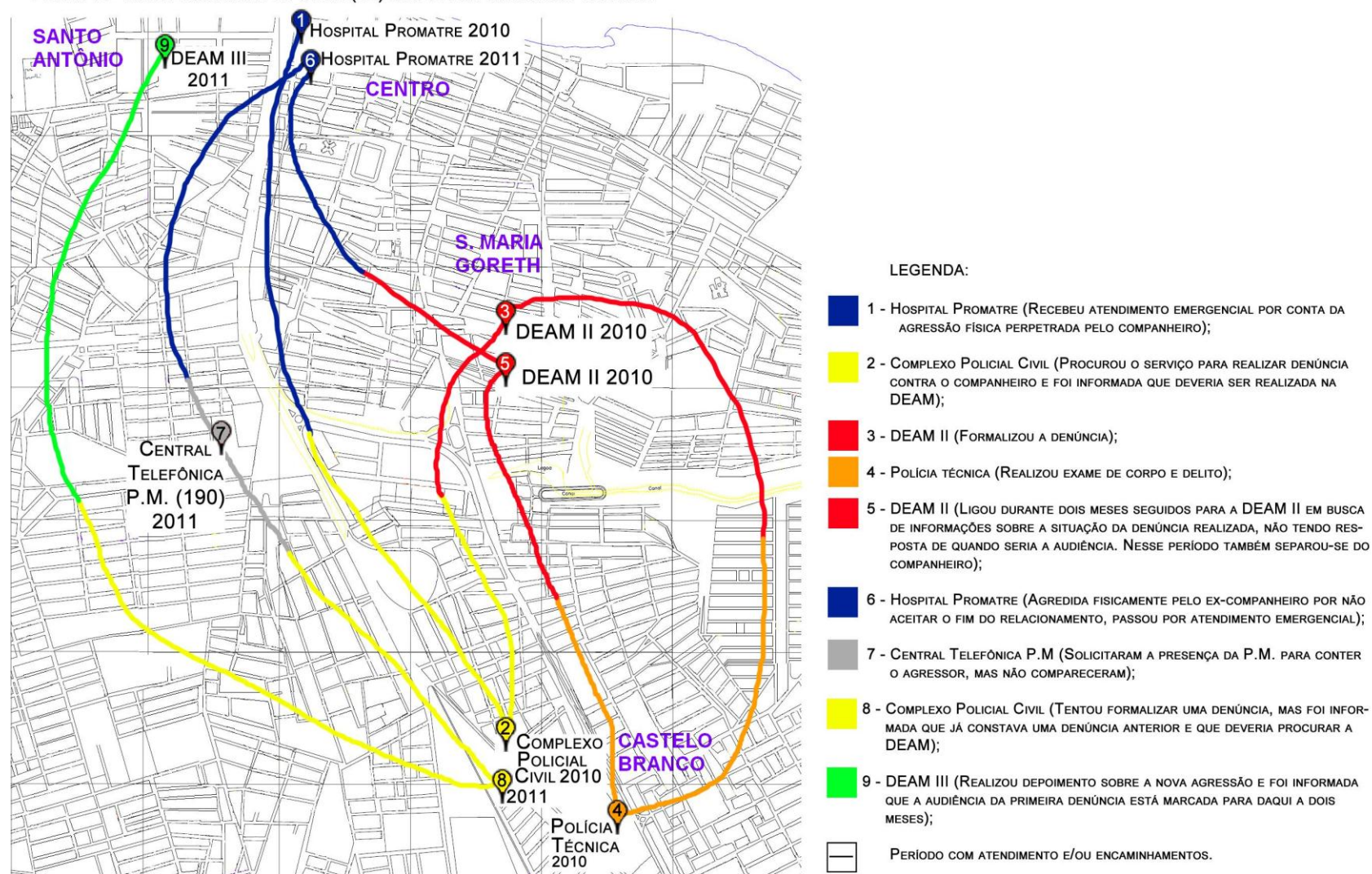
LEGENDA:

- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (REALIZOU DENÚNCIA APÓS AGRESSÃO FÍSICA, POSTERIORMENTE VOLTOU AO SERVIÇO COM O COMPANHEIRO E FORAM ACONSELHADOS À REATAREM A RELAÇÃO. OPTOU POR RETIRAR A DENÚNCIA);
- 2 - ENTRE OS ANOS DE 2005-2009 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO. NESSE INTERVALO SEPAROU-SE DO COMPANHEIRO POR PERCEBER QUE ELE NÃO MUDARIA O COMPORTAMENTO VIOLENTO;
- 3 - DEAM II (REALIZOU DENÚNCIA POR ASSÉDIO MORAL CONTRA O EX-COMPANHEIRO. ELE FOI ACONSELHADO PARA QUE RESPEITASSE PAULA E A DENÚNCIA NÃO FOI ADIANTE);
- 4 - DEAM III (REALIZOU DENÚNCIA POR ASSÉDIO MORAL E DEU ENTRADA NO PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA, SOLICITANDO AFASTAMENTO DO EX-COMPANHEIRO POR MEIO DA FIXAÇÃO DE UMA DISTÂNCIA MÍNIMA);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

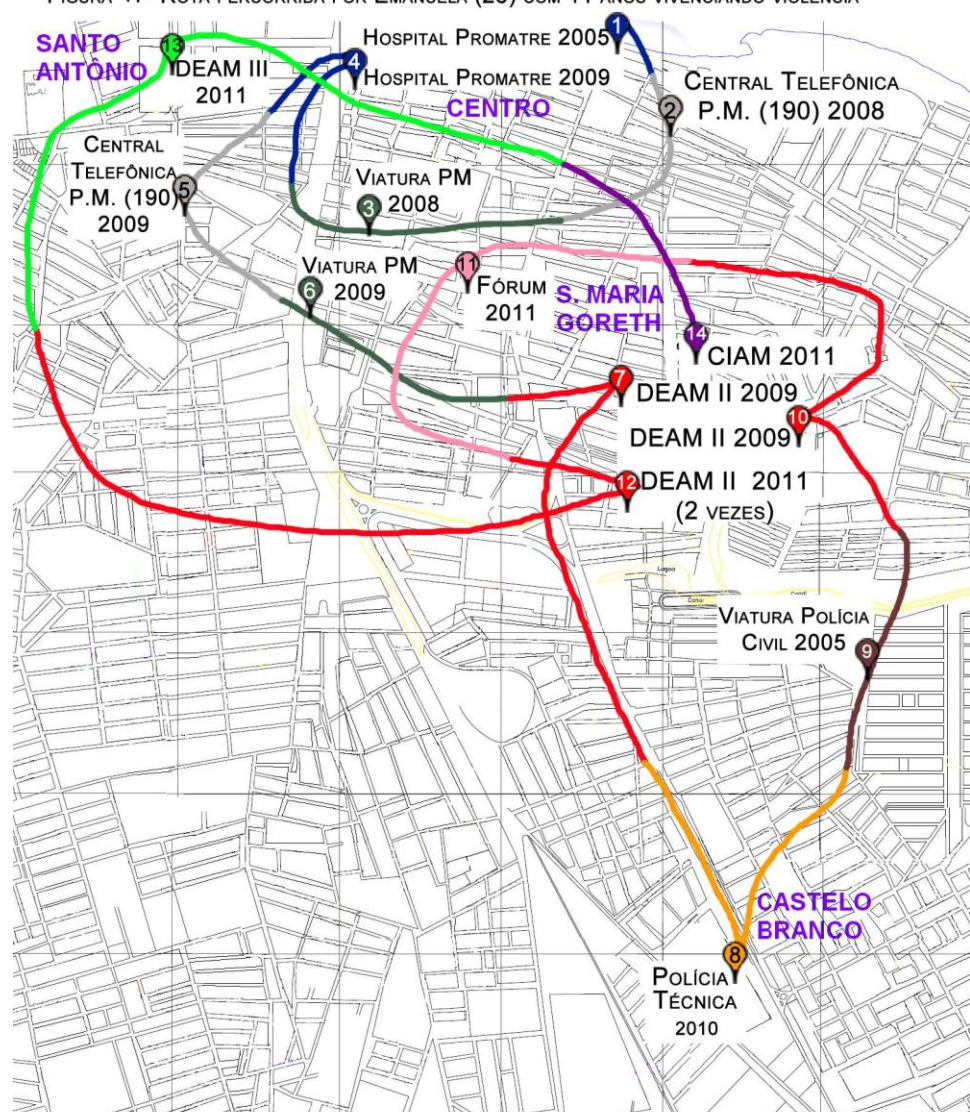
APÊNDICE G – Rotas Complexas

FIGURA 16- ROTA PERCORRIDA POR OLÍVIA (42) COM 7 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 17- ROTA PERCORRIDA POR EMANUELA (26) COM 11 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

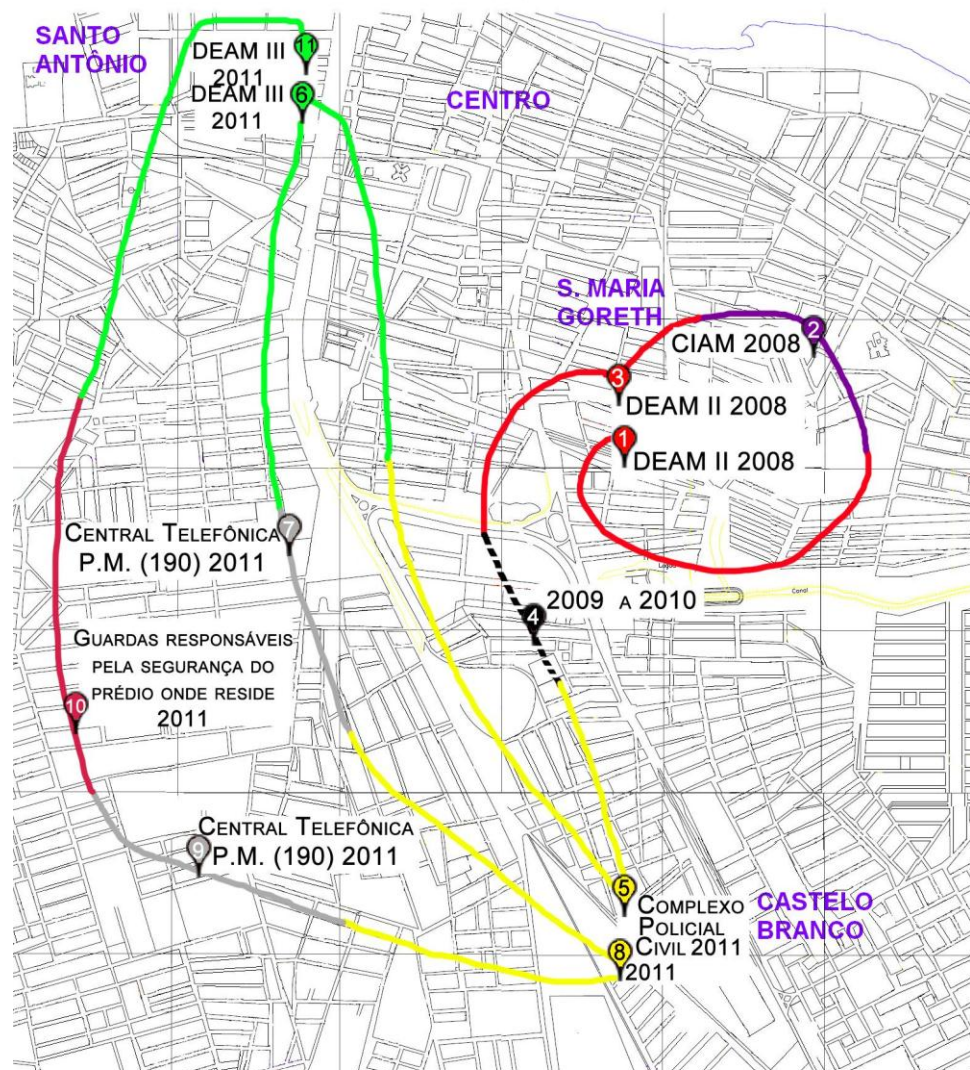


LEGENDA:

- 1 - HOSPITAL PROMATRE (APÓS AGRESSÃO FÍSICA REALIZADA PELO COMPANHEIRO, PROCUROU O SERVIÇO PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL);
 - 2 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. 190 (A VIZINHA TELEFONOU PARA A P.M. SOLICITANDO A PRESENÇA DE POLÍCIAS);
 - 3 - VIATURA P.M. (APÓS A SOLICITAÇÃO, OS POLÍCIAS PROCURARAM O COMPANHEIRO, MAS NÃO FOI ENCONTRADO);
 - 4 - HOSPITAL PROMATRE (NOVAMENTE FOI AGREDIDA FISICAMENTE PELO COMPANHEIRO. O MESMO, POSSUÍA COM PORTAMENTO VIOLENTO APÓS A INGESTÃO DE DROGAS);
 - 5 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M.190 (A VIZINHA LIGOU PARA A P.M. SOLICITANDO A PRESENÇA DE POLÍCIAS);
 - 6 - VIATURA P.M. (APÓS A SOLICITAÇÃO, OS POLÍCIAS PROCURARAM O COMPANHEIRO, MAS NÃO FOI ENCONTRADO);
 - 7 - DEAM II (NO PRIMEIRO DIA ÚTIL, APÓS A AGRESSÃO, PROCUROU O SERVIÇO PARA REALIZAR UMA DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO. ENTRADA NO PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA);
 - 8 - POLÍCIA TÉCNICA (REALIZOU EXAME DE CORPO E DELITO);
 - 9 - VIATURA POLÍCIA CIVIL (COM O AUXÍLIO DOS POLÍCIAS, RETORNOU A RESIDÊNCIA QUE MORAVA COM O COMPANHEIRO PARA PEGAR SEUS PERTENCES PESSOAIS);
 - 10 - DEAM II (DOIS MESES APÓS A DENÚNCIA SAIU A LIBERAÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA, O COMPANHEIRO FOI CHAMADO PARA PRESTAR DEPOIMENTO);
 - 11 - FÓRUM (MUTIRÃO PARA AGILIZAR ALGUNS PROCESSOS DA DELEGACIA SOBRE CONCILIAÇÃO, MAS NÃO ENCONTRARAM O PROCESSO QUE ELA TINHA NA DEAM II);
 - 12 - DEAM II (ESTAVA SEPARADA DO COMPANHEIRO E NÃO SAIA MAIS DE CASA, DADA AS AMEAÇAS DO EX-COMPANHEIRO. REALIZOU MAIS DUAS NOVAS DENÚNCIAS PORQUE ELE NÃO ACEITAVA O FIM DO RELACIONAMENTO);
 - 13 - DEAM III (PROCUROU O SERVIÇO PARA COMPREENDER PORQUE O EX-COMPANHEIRO NÃO HAVIA SIDO CHAMADO NA DELEGACIA, MESMO DEPOIS DAS DENÚNCIAS);
 - 14 - CIAM (REALIZOU TRIAGEM, PARTICIPOU DE CURSOS DE GERAÇÃO DE RENDA E POR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E COM A ADVOGADA PARA TRATAR DA PENSÃO DAS CRIANÇAS);
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 18 – ROTA PERCORRIDA POR Fabíola (38) COM 04 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

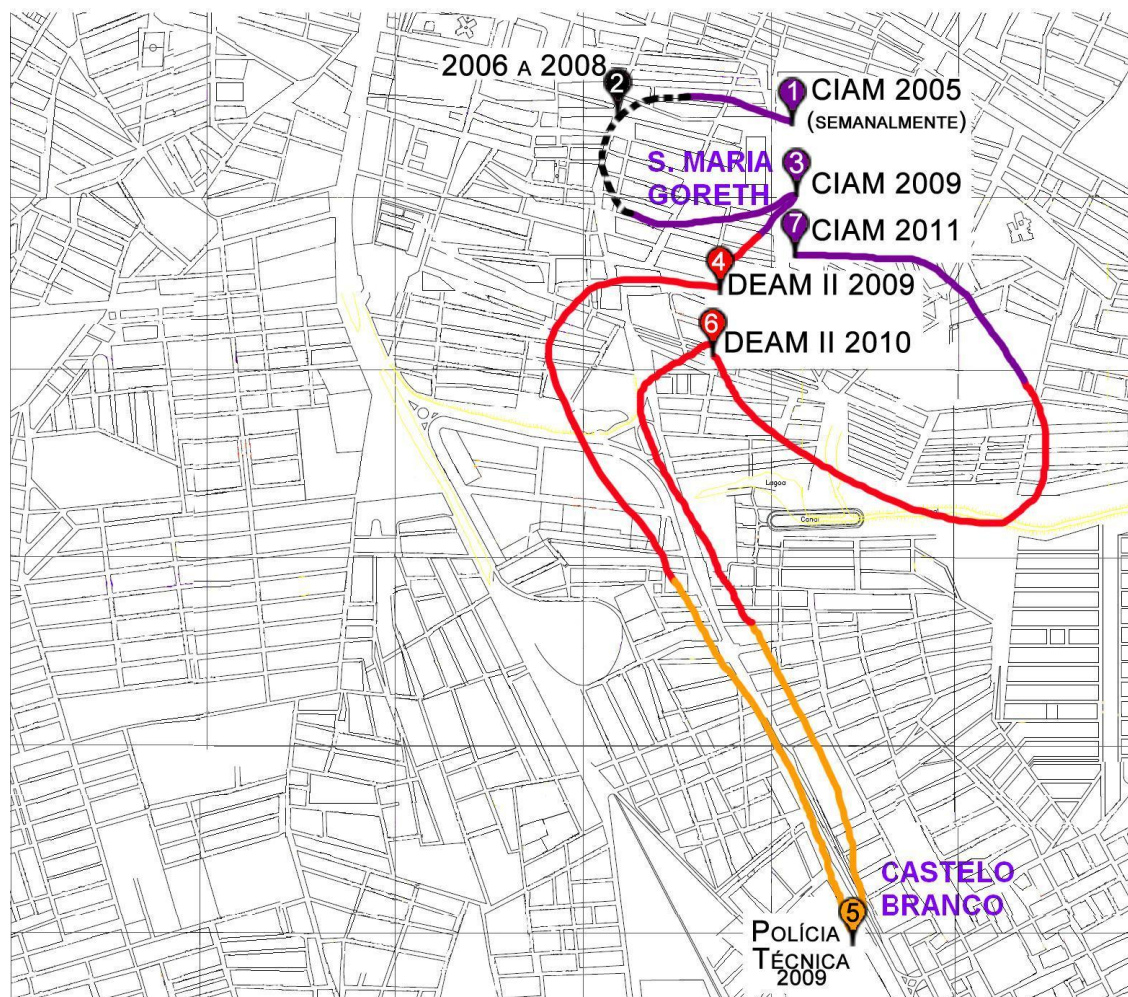


FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - DEAM II (FORMALIZOU DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO POR TENTATIVA DE VIOLÊNCIA SEXUAL);
 - 2 - CIAM (ATENDIMENTO PSICOLÓGICO UMA ÚNICA VEZ);
 - 3 - DEAM II (AO CHEGAR EM CASA APÓS A DENÚNCIA REALIZADA NA DEAM SOFREU AGRESSÃO FÍSICA POR PARTE DO COMPANHEIRO E RETORNOU NA INSTITUIÇÃO SOLICITANDO QUE A DENÚNCIA NÃO FOSSE ADIANTE);
 - 4 - NOS ANOS DE 2009 E 2010 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO. O COMPANHEIRO NÃO AGREDIA FÍSICAMENTE, MAS PASSAVA POR OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA;
 - 5 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (APÓS A PRIMEIRA TENTATIVA DE SEPARAÇÃO FOI PARA A CASA DOS IRMÃOS E SOLICITOU O AUXÍLIO DE POLICIAIS PARA RETIRAR SEUS PERTENCES QUE ESTAVAM COM O COMPANHEIRO. NO ENTANTO, OS PROFISSIONAIS NO SERVIÇO INFORMARAM QUE NÃO PODERIAM FAZER ESSE TIPO DE PROCEDIMENTO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. UM ÚNICO POLICIAL PASSOU O TELEFONE POLICIAL E AFIMROU QUE NÃO PODERIA ENTRAR COM ELA, MAS SE ELA PRECISASSE FICARIA NA PORTA ESPERANDO ELA PEGAR OS PERTENCES. NO FIM, NÃO PRECISOU DA AJUDA DO POLICIAL POR QUE O PRÓPIO COMPANHEIRO LIBEROU OS OBJETOS);
 - 6 - DEAM III (APÓS ALGUNS DIAS RETORNOU A CONVIVER COM O COMPANHEIRO, NO ENTANTO ELE NOVAMENTE PASSOU A FORÇAR RELAÇÕES SEXUAIS. POR ISSO, TENTOU FORMALIZAR MAIS UMA TENTATIVA DE VIOLÊNCIA SEXUAL, NO ENTANTO O SERVIÇO ESTAVA FECHADO POR SER FIM DE SEMANA);
 - 7 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. (COMO A DEAM ESTAVA FECHADA DECIDIU LIGAR PARA O 190 NA BUSCA DE INFORMAÇÕES. FOI INSTRUÍDA A PROCURAR O COMPLEXO POLICIAL CIVIL);
 - 8 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (O SERVIÇO AFIMROU QUE ELA DEVERIA ESPERAR A DELEGACIA ABRIR PARA FORMALIZAR A DENÚNCIA);
 - 9 - CENTRAL TELEFÔNICA P.M. (RESOLVEU LIGAR NOVAMENTE PARA A CENTRAL TELEFÔNICA PARA SABER COMO PROCEDER. FOI INFORMADA QUE A CENTRAL NÃO PODERIA MAIS FAZER NADA POR ELA E FOI INSTRUÍDA A AGUARDAR SEGUNDA-FEIRA PARA IR ATÉ A DEAM);
 - 10 - GUARDAS DE SEGURANÇA DO PRÉDIO (O COMPANHEIRO INVADIU A RESIDÊNCIA E OS GUARDAS DO PRÉDIO LIGARAM PARA A CENTRAL 190 E OS POLICIAIS NÃO ATENDERAM AO CHAMADO ALEGANDO QUE NÃO SERIA UM CASO DE EMERGÊNCIA. OS PRÓPRIOS GUARDAS SE APROXIMARAM DO COMPANHEIRO E ELE RESOLVEU IR EMBORA);
 - 11 - DEAM III (PROCUROU O SERVIÇO PARA OFICIALIZAR A DENÚNCIA, NO ENTANTO AS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO ESTAVAM PARALISADAS. SÓ DEPOIS DE ALGUNS MINUTOS DE ESPERA CONSEGUIU A SENSIBILIZAÇÃO DE UMA DAS PROFISSIONAIS E CONSEGUIU REALIZAR A DENÚNCIA);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
 PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FIGURA 19 – ROTA PERCORRIDA POR FERNANDA (28) COM 5 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

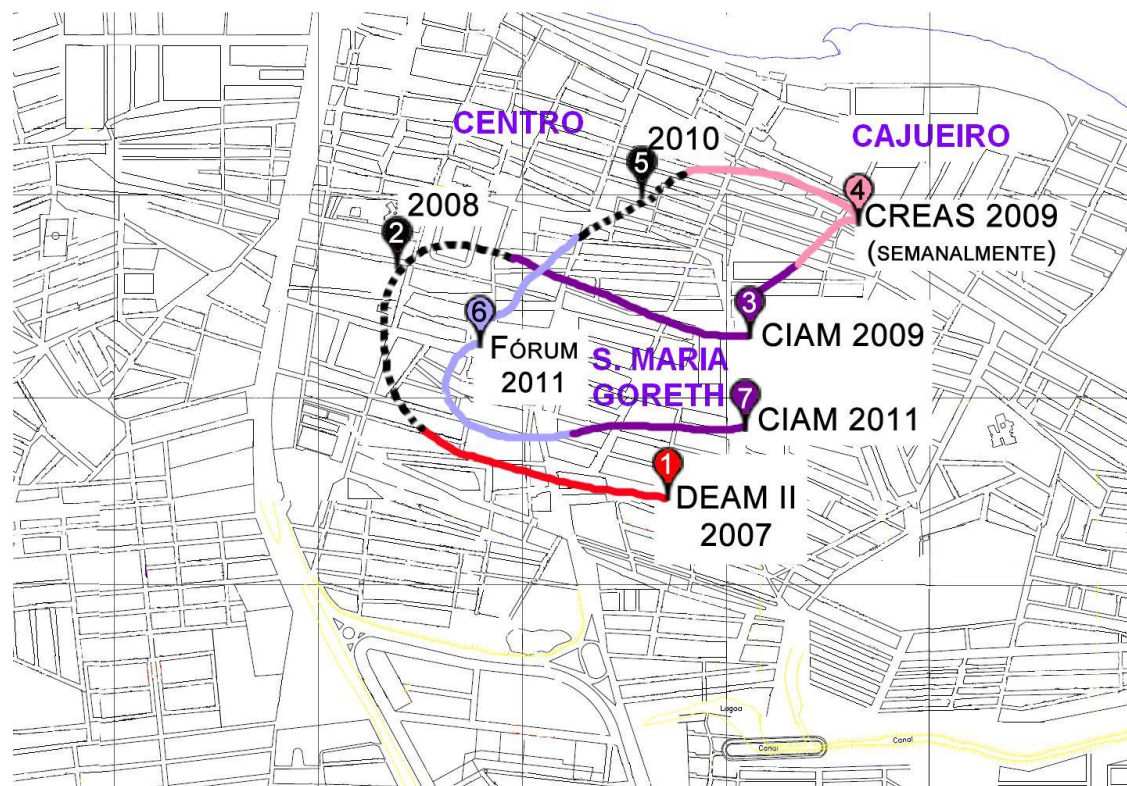


FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - CIAM (PARTICIPOU DAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO PROPOSTAS PELO SERVIÇO, DEVIDO A UM ESTUPRO SOFRIDO PERPETRADO POR AUTOR DESCONHECIDO. AOS POUCOS COMEÇOU A REFLETIR SOBRE A RELAÇÃO COM O ENTÃO COMPANHEIRO E PERCEBEU QUE SOFRIA VIOLÊNCIA DO MESMO);
- 2 - NOS ANOS DE 2006 A 2008 PARTICIPOU EVENTUALMENTE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS PELO CIAM;
- 3 - CIAM (PROCUROU O SERVIÇO APÓS UMA FACADA NO BRAÇO PERPETRADA PELO COMPANHEIRO);
- 4 - DEAM II (FORMALIZOU A DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO E DECIDIU O CICLO DE CONVIVÊNCIA COM O MESMO);
- 5 - POLÍCIA TÉCNICA (FEZ O EXAME DE CORPO E DELITO. SOBRE ESSE EXAME AFIRMOU QUE SENTIU-SE HUMILHADA DURANTE A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL);
- 6 - DEAM II (NOVA DENÚNCIA REALIZADA CONTRA O AGORA EX-COMPANHEIRO, PELA NÃO ACEITAÇÃO DO FIM DO RELACIONAMENTO);
- 7 - CIAM (RETORNOU AO SERVIÇO PARA PARTICIPAR DE UMA ATIVIDADE DE GRUPO TERAPÊUTICO SOBRE A TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. AFIRMOU QUE O EX-COMPANHEIRO PAROU DE PERSEGUI-LA NOS ÚLTIMOS MESES);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

FIGURA 20 – ROTA PERCORRIDA POR HELENA (30) COM 10 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA

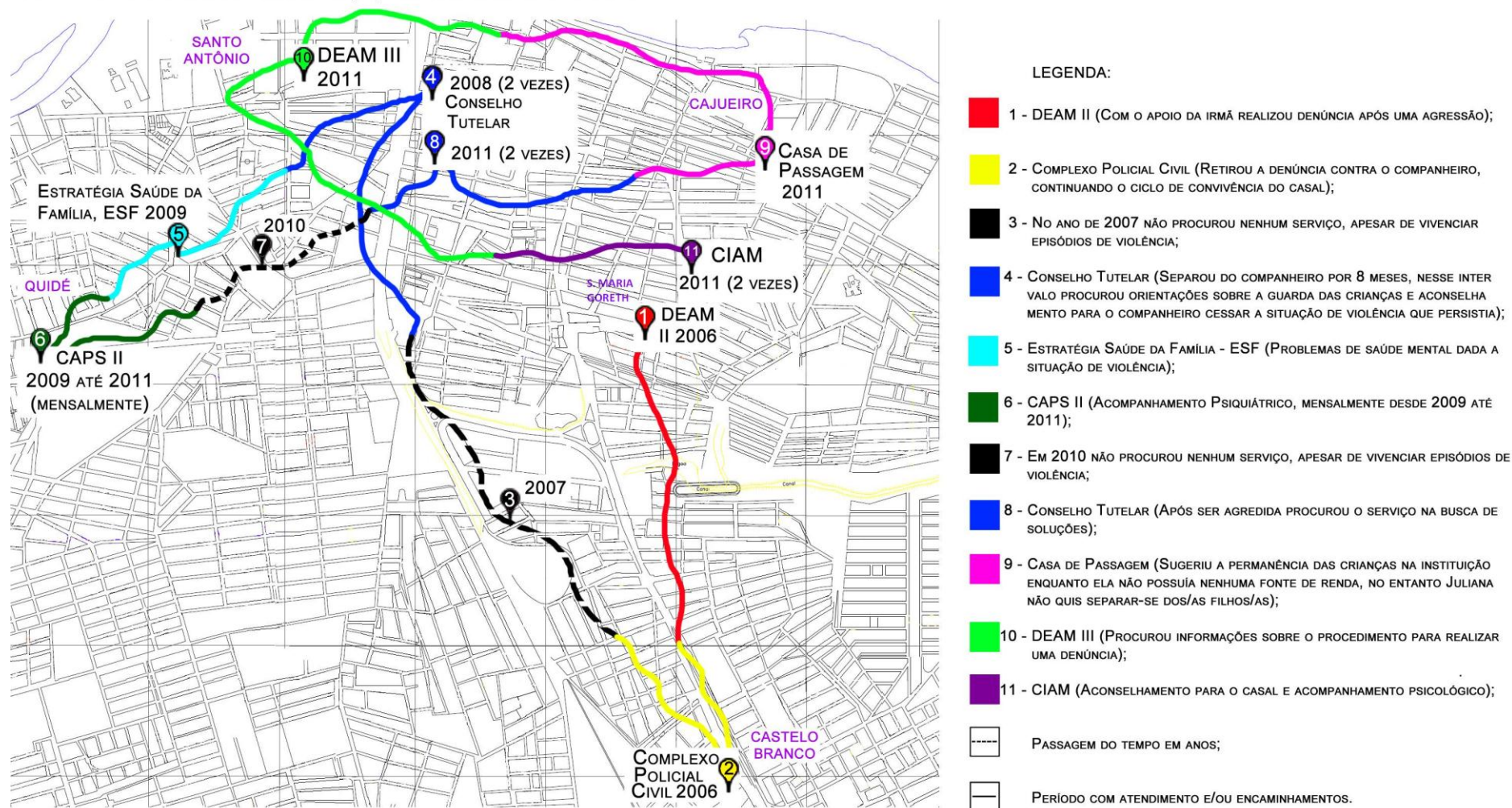


LEGENDA:

- 1 - DEAM II (FORMALIZOU UMA DENÚNCIA POR AGRESSÃO FÍSICA DO EX-COMPANHEIRO);
- 2 - NO ANO DE 2008 NÃO PROCUROU POR NENHUM SERVIÇO;
- 3 - CIAM (PASSOU POR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DURANTE UM ANO PARA LIDAR COM A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SOFRIDA E SEPARAÇÃO DO COMPANHEIRO);
- 4 - CREAS (ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA AS FILHAS ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011);
- 5 - NO ANO DE 2010 DECIDIU NÃO CONTINUAR COM O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO CIAM, DANDO CONTINUIDADE, APENAS, AO ACOMPANHAMENTO PARA AS FILHAS NA CASA DE PASSAGEM;
- 6 - FÓRUM (COM UM DEFENSOR PÚBLICO REGULARIZOU A SITUAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA DAS FILHAS);
- 7 - CIAM (ATENDIMENTO PSICÓLOGA E COM A ADVOGADA PARA DECIDIR SE TEM DIREITO A PENSÃO DO EX-COMPANHEIRO);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.

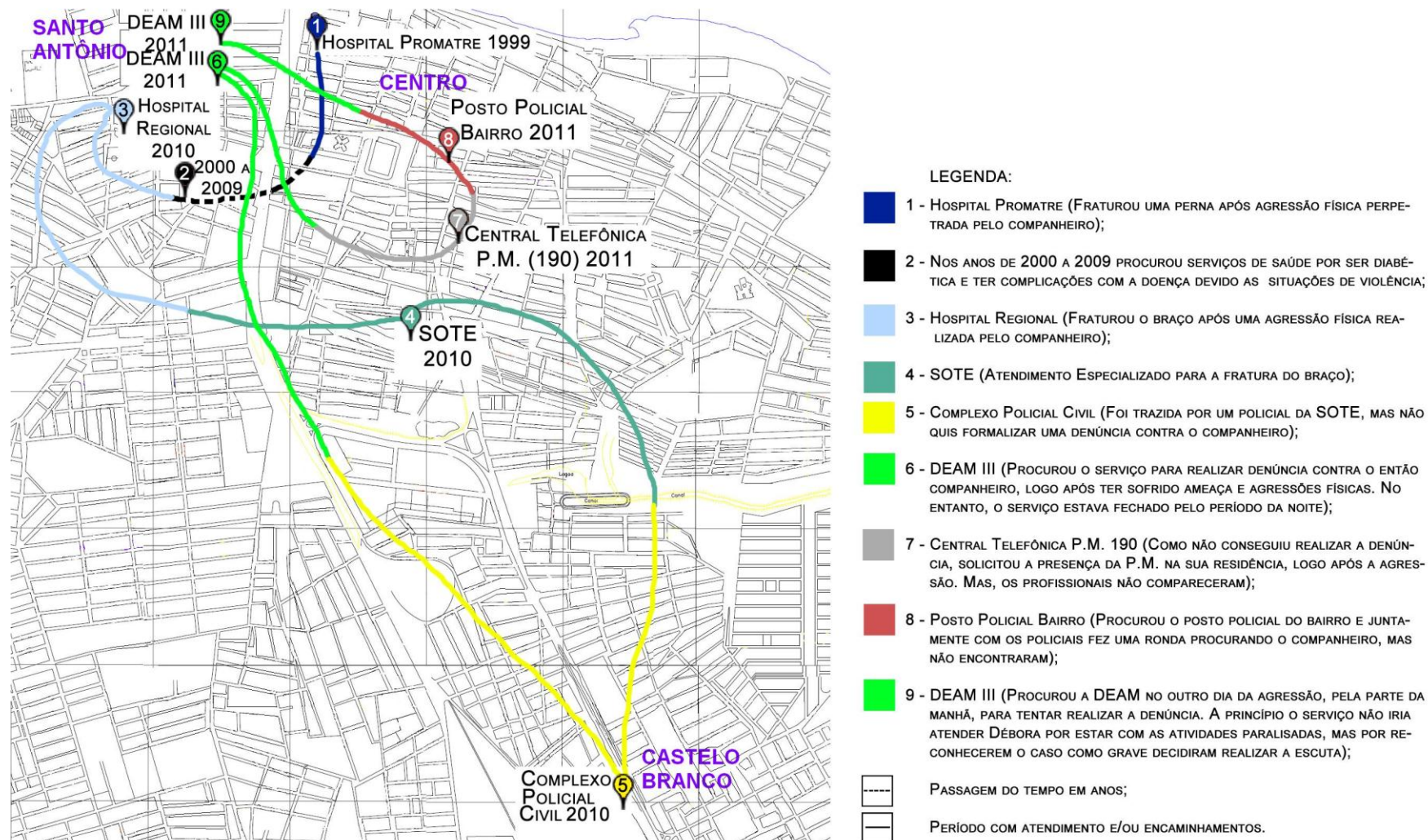
FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 21- ROTA PERCORRIDA POR JULIANA (30) COM 9 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



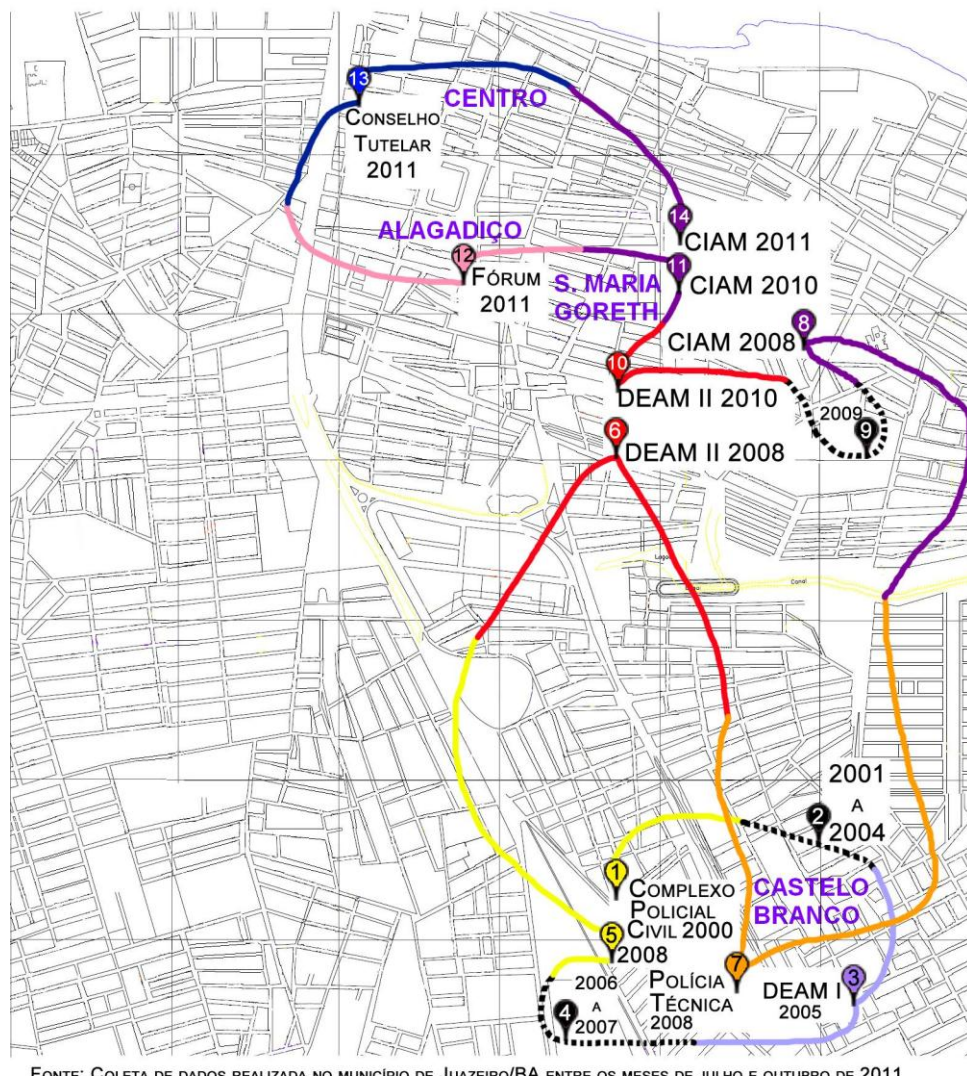
FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA, ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011.

FIGURA 22 - ROTA PERCORRIDA POR DÉBORA (32) COM 13 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

FIGURA 23 – ROTA PERCORRIDA POR APARECIDA (38) COM 17 ANOS VIVENCIANDO VIOLÊNCIA



FONTE: COLETA DE DADOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA ENTRE OS MESES DE JULHO E OUTUBRO DE 2011

LEGENDA:

- 1 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (DESDE A PRIMEIRA VEZ QUE FOI AGREDIDA PELO ENTÃO COMPANHEIRO PROCUROU O SERVIÇO PARA FORMALIZAR A DENÚNCIA);
 - 2 - NOS ANOS DE 2001 A 2004 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO, APESAR DE VIVENCIAR EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA;
 - 3 - DEAM I (NOVA DENÚNCIA CONTRA O COMPANHEIRO DEVIDO AGRSSÃO DURANTE A GESTAÇÃO);
 - 4 - NOS ANOS DE 2006 E 2007 DECIDIU ENCERRAR O CICLO DE CONVIVÊNCIA COM O COMPANHEIRO, SEPARANDO-SE;
 - 5 - COMPLEXO POLICIAL CIVIL (JÁ SEPARADA DO ENTÃO COMPANHEIRO FOI AGREDIDA POR ELE E PELO SOGRO. PROCUROU O SERVIÇO PARA FORMALIZAR A DENÚNCIA E FOI INFORMADA QUE A DEAM ESTAVA FUNCIONANDO EM OUTRO ENDEREÇO);
 - 6 - DEAM II (FORMALIZOU A DENÚNCIA CONTRA O EX-COMPANHEIRO E SOGRO);
 - 7 - POLÍCIA TÉCNICA (REALIZOU EXAME DE CORPO E DELITO);
 - 8 - CIAM (PARTICIPOU DE DIFERENTES ATIVIDADES PROPOSTAS EM GRUPO PELA INSTITUIÇÃO, COMO TAMBÉM DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL COM A PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA);
 - 9 - NO ANO DE 2009 NÃO PROCUROU NENHUM SERVIÇO;
 - 10 - DEAM II (REALIZOU NOVA DENÚNCIA POR AGRSSÃO VERBAL DO EX-COMPANHEIRO DEVIDO A NÃO ACEITAÇÃO DO FIM DA RELAÇÃO);
 - 11 - CIAM (ATENDIMENTO ADVOGADA, PARA DAR ENTRADA NO PROCESSO DE DIVÓRCIO E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA AS CRIANÇAS);
 - 12 - FÓRUM (PRIMEIRA AUDIÊNCIA DO DIVÓRCIO E PENSÃO DAS CRIANÇAS. O PROCESSO AINDA ESTÁ EM ABERTO);
 - 13 - CONSELHO TUTELAR (PROCUROU O SERVIÇO POR DISCORDAR DE ALGUNS ENSEINAMENTOS DO PAI PARA COM AS CRIANÇAS, FOI SOLICITADA QUE PROCURASSE A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO FÓRUM);
 - 14 - CIAM (DECIDIU NÃO PROCURAR O FÓRUM E TRAZER O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PARA A ADVOGADA QUE JÁ ESTÁ CUIDANDO DO PROCESSO DE DIVÓRCIO E PENSÃO);
- PASSAGEM DO TEMPO EM ANOS;
- PERÍODO COM ATENDIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS.